**UMA ANÁLISE DE INSUMO-PRODUTO DA ECONOMIA
BRASILEIRA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO(1990-1994) PARA A
FORMAÇÃO DO MERCOSUL**

REGINA CELIA FARIA SIMÕES
Economista

Orientador: Prof. Dr. **JOAQUIM JOSÉ MARTINS GUILHOTO**

Tese apresentada à Escola Superior de
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de
São Paulo, para obtenção do Título de Doutor
em Ciências, Área de Concentração:
Economia Aplicada.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

Janeiro – 1998

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - Campus "Luiz de Queiroz"/USP

Simões, Regina Celia Faria

Uma análise de insumo-produto da economia brasileira no período de
transição (1990-1994) para a formação do MERCOSUL / Regina Celia Faria
Simões. - - Piracicaba, 1998.

198 p.

Tese (doutorado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1998.
Bibliografia.

1. Economia aplicada 2. Integração econômica 3. MERCOSUL 4. Relação
insumo-produto I. Título

CDD 382.98

**UMA ANÁLISE DE INSUMO-PRODUTO DA ECONOMIA
BRASILEIRA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO (1990-1994) PARA A
FORMAÇÃO DO MERCOSUL**

REGINA CELIA FARIA SIMÕES

Aprovada em: 30.04.1998

Comissão julgadora:

Prof. Dr. Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho	ESALQ/USP
Prof ^a . Dr ^a . Heloísa Lee Burquist	ESALQ/USP
Prof. Dr. Pedro Ramos	UNICAMP
Prof ^a . Dr ^a . Angela Maria Cassavia Jorge Corrêa	UNIMEP

Prof. Dr. JOAQUIM JOSÉ MARTINS GUILHOTO

Orientador

Aos meus pais, Manoel e Cely,
aos meus filhos Thiago, Rafael e
Leandro, ao Fábio, uma pessoa
especial, dedico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui minha gratidão pelas contribuições que recebi.

Ao Departamento de Economia da ESALQ/USP, por tudo que aprendi.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Ao Professor Joaquim José Martins Guilhoto, pela inteligente orientação e pelo apoio dado nas horas mais difíceis que enfrentei.

Aos membros da banca examinadora, Professor Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, Professora Heloísa Lee Burnquist, Professora Angela Corrêa e Professor Pedro Ramos.

Aos amigos, Júnior, Claudinei, Maura, Cristina, Flávia, Sebastião, Ricardo, Patrícia, Cecília, Matilde, Valdir, Valéria e Solange pela ajuda valiosa.

Aos meus colegas de curso pelas interessantes discussões e pelos bons momentos que passamos.

À minha família, aos meus filhos Thiago (em especial), Rafael e Leandro e ao Fábio Chagas Orsi pela compreensão.

A Deus pela oportunidade que me deu de chegar até aqui, pois sem Ele não conseguiria nada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xvi
RESUMO	xx
SUMMARY	xx
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Considerações Iniciais	1
1.2 O Problema e sua Importância	2
1.3 Objetivos	3
1.4 Integração: Conceitos e Definições	4
1.5 Teorias da Integração	8
2 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA	18
2.1 A CEPAL e a Integração Econômica	19
2.2 Movimentos de Integração na América Latina	23
2.3 A ALALC e a ALADI	25
2.4 A Integração Econômica nos anos oitenta e noventa	34
2.5 MERCOSUL - Mercado Comum do Sul	37

2.5.1	O Período de Transição	41
2.5.2	A Estrutura do MERCOSUL	41
2.5.3	Regime Geral de Origem	45
2.5.4	Solução de Controvérsias	45
2.5.5	Cláusula de Salvaguarda	46
2.5.6	A Tarifa Externa Comum - TEC	46
2.6	O MERCOSUL e as Novas Parcerias	47
2.6.1	Chile	48
2.6.2	Bolívia	49
2.6.3	Reflexos da Entrada do Chile e Bolívia no MERCOSUL	50
2.6.4	Área de Livre Comércio das Américas – ALCA	50
3	CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL	52
3.1	Perfil dos Países do MERCOSUL	52
3.2	Desempenho do Brasil no Comércio Internacional	54
3.3	A Economia dos países do MERCOSUL	63
3.3.1	Argentina	80
3.3.2	Brasil	81
3.3.3	Paraguai	83
3.3.4	Uruguai	84
4	REFERENCIAL TEÓRICO E FONTE DOS DADOS	86
4.1	Introdução	86
4.2	Referencial Teórico	92
4.2.1	Representação Algébrica do Modelo	92
4.2.2	Representação Matricial do Modelo	93
4.2.3	Multiplicadores.....	95

4.3	Índices de Ligação para frente e para trás	95
4.4	Índice Puro de Ligações Interindustriais	98
4.5	Campo de Influência	102
4.6	Apresentação das Fontes e Tratamento dos Dados	104
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	110
5.1	Mudanças Estruturais	110
5.1.1	Estrutura Produtiva.....	110
5.1.2	Estrutura da Demanda Final	114
5.1.3	Tecnologia da Produção	117
5.2	Multiplicadores Setoriais de Produto.....	119
5.3	Índices de Ligações Interindustriais	135
5.3.1	Índices de ligações para trás	135
5.3.2	Índices de ligações para frente	139
5.3.3	Índices Puros de Ligações	139
5.4	Setores-Chave	143
5.5	Campo de Influência	145
6	CONCLUSÕES	169
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
	APÊNDICES	178

LISTA DE TABELAS

Tabelas n.º		Página
3.1	MERCOSUL - Dados Gerais – 1995	52
3.2	Brasil - Intercâmbio Comercial - Totais Gerais (US\$ Milhões) FOB.....	55
3.3	Brasil - Exportações Totais por Blocos - US\$ milhões/FOB	57
3.4	Brasil - Importações do Brasil por Blocos de Origem (US\$/FOB)	58
3.5	Brasil: Exportação por Fator Agregado US\$ milhões/FOB	59
3.6	Brasil: Exportações e Importações - Bloco Europeu	60
3.7	Brasil: Exportações e Importações - Bloco América do Norte.....	61
3.8	Brasil: Exportações e Importações - Bloco Asiático	61
3.9	Brasil: Exportações e Importações - Bloco América do Sul.....	62
3.10	Brasil: Exportações e Importações - Bloco MERCOSUL.....	62
3.11	Brasil: Exportações e Importações - Resto do Mundo.....	63

3.12	Exportações Brasileiras para os países do MERCOSUL, Chile, Bolívia - 1990-1996 (US\$ milhões-FOB).....	65
3.13	Importações Brasileiras para os países do MERCOSUL, Chile, Bolívia - 1990-1996 US\$ milhões-FOB).....	65
3.14	Exportações Brasileiras para a Argentina - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	68
3.15	Exportações Brasileiras para o Paraguai - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	68
3.16	Exportações Brasileiras para o Uruguai - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	69
3.17	Exportações Brasileiras para o Chile - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	69
3.18	Exportações Brasileiras para a Bolívia - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	70
3.19	Exportações Brasileiras para o Resto do Mundo - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB .	70
3.20	Importações Brasileiras da Argentina - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	71
3.21	Importações Brasileiras do Paraguai - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	71
3.22	Importações Brasileiras do Uruguai - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	72
3.23	Importações Brasileiras do Chile - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	72
3.24	Importações Brasileiras da Bolívia - 1990-1996 - US\$ milhões - FOB	73
3.25	Importações Brasileiras do Resto do Mundo 1190-1996 - US\$ milhões - FOB	73

3.26	Principais Parceiros Comerciais - Argentina	80
3.27	Principais Parceiros Comerciais - Brasil	82
3.28	Principais Parceiros Comerciais - Paraguai .	84
3.29	Principais Parceiros Comerciais - Uruguai ...	85
4.1	Setores do Modelo	108
5.1	Valor Adicionado (%) - 1990-1994	112
5.2	Estrutura Produtiva (%) - 1990-1994	113
5.3	Participação da Demanda Final na Produção Total (%) - 1990-1994	115
5.4	Participação das Exportações Brasileiras na Produção Total (%) - 1990-1994	116
5.5	Participação dos Insumos Importados do Mercosul na Produção Total (%) - 1990-1994 .	118
5.6	Multiplicador de Produto por ramo da atividade econômica - Brasil - 1990-1994	121
5.7	Multiplicador de Produto - Argentina 1990-1994	125
5.8	Multiplicador de Produto - Paraguai 1990-1994	126
5.9	Multiplicador de Produto - Uruguai 1990-1994	126
5.10	Multiplicador de Produto - Chile-1990-1994 ...	127
5.11	Multiplicador de Produto-Bolívia-1990-1994 ..	127
5.12	Multiplicador de Produto=Resto do Mundo 1990-1994	128
5.13	Impactos-Consumo das Famílias/Demanda Final - 1990-1994	128

5.14	Impactos-Consumo do Governo/Demanda Final - 1990 - 1994	129
5.15	Impactos-Formação Bruta de Capital/ Demanda Final - 1990-1994	129
5.16	Impactos-Variação de Estoque/Demanda Final - 1990-1994	130
5.17	Impactos-Exportações Totais Brasileiras/ Demanda Final - 1990-1994	130
5.18	Impactos Exportações para a Argentina/ Exportações Totais - 1990-1994	131
5.19	Impactos Exportações para o Paraguai/ Exportações Totais - 1990-1994	131
5.20	Impactos Exportações para o Uruguai/ Exportações Totais - 1990-1994	132
5.21	Impactos Exportações para o Chile/ Exportações Totais - 1990 - 1994	132
5.22	Participação (%) dos Produtos Importados em Relação ao Consumo das Famílias (F) 1990 – 1994	134
5.23	Participação (%) dos Produtos Importados em Relação à Formação Bruta de Capital (K) 1990-1994	134
5.24	Índice de ligações para trás de Rasmussen/ Hirschman - Brasil - 1990--1994	137
5.25	Índice de ligações para frente de Rasmussen/ Hirschman - Brasil - 1990-1994	137
5.26	Dispersão do índice de ligações para trás de Rasmussen/Hirschman - Brasil - 1990-1994	138
5.27	Dispersão do índice de ligações para frente de Rasmussem/Hirschman - Brasil-1990-1994 .	138

5.28	Índice puro de ligações para trás - Brasil 1990-1994	141
5.29	Índice puro de ligações para frente-Brasil 1990-1994	141
5.30	Índice puro total de ligações - Brasil-1990-1994	142

LISTA DE FIGURAS

Figura n.º	Página
2.1 A Estrutura do MERCOSUL	43
3.1 Exportações Brasileiras Totais, Importações Brasileiras Totais e saldo (US\$ milhões - FOB) 1980-1996	56
3.2 Exportações Brasileiras para os países do Mercosul, Chile e Bolívia (US\$ milhões - FOB) 1990-1996	66
3.3 Importações Brasileiras para os países do Mercosul, Chile e Bolívia (US\$ milhões - FOB) 1990-1996	66
3.4 Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Argentina -	74
3.5 Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Paraguai -	75
3.6 Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Uruguai -	75
3.7 Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Chile -	76

3.8	Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Bolívia -	76
3.9	Exportações Brasileiras e Importações Brasileiras no período de 1990-1996 - Resto do Mundo -	77
4.1	Estrutura das Matrizes de Insumo- Produto Utilizada no Modelo	109
5.1	Índice de ligação para trás-1990	146
5.2	Índice de ligação para trás-1991	146
5.3	Índice de ligação para trás-1992	147
5.4	Índice de ligação para trás - 1993	147
5.5	Índice de ligação para trás - 1994	148
5.6	Índice de ligação para frente - 1990	148
5.7	Índice de ligação para frente - 1991	149
5.8	Índice de ligação para frente - 1992	149
5.9	Índice de ligação para frente - 1993	150
5.10	Índice de ligação para frente - 1994	150
5.11	Dispersão Rasmussen/Hirschman-1990 .	151
5.12	Dispersão Rasmussen/Hirschman-1991 .	151
5.13	Dispersão Rasmussem/Hirschman-1992	152
5.14	Dispersão Rasmussen/Hirschman-1993 .	152
5.15	Dispersão Rasmussen/Hirschman-1994 .	153
5.16	Dispersão para frente Rasmussen/ Hirschman - 1990	153

5.17	Dispersão para frente Rasmussen/ Hirschman - 1991.....	154
5.18	Dispersão para frente Rasmussen/ Hirschman - 1992	154
5.19	Dispersão para frente Rasmussen/ Hirschman - 1993	155
5.20	Dispersão para frente Rasmussen/ Hirschman - 1994	155
5.21	Índice puro de ligações para trás-1990	156
5.22	Índice puro de ligações para trás-1991	156
5.23	Índice puro de ligações para trás-1992	157
5.24	Índice puro de ligações para trás-1993	157
5.25	Índice puro de ligações para trás-1994	158
5.26	Índice puro de ligações para frente-1990 .	158
5.27	Índice puro de ligações para frente-1991 .	159
5.28	Índice puro de ligações para frente-1992 .	159
5.29	Índice puro de ligações para frente-1993 .	160
5.30	Índice puro de ligações para frente-1994 .	160
5.31	Índice puro-total de ligação - 1990	161
5.32	Índice puro-total de ligação - 1991	161
5.33	Índice puro-total de ligação - 1992	162
5.34	Índice puro-total de ligação - 1993	162
5.35	Índice puro-total de ligação - 1994	163
5.36	Coeficientes com maior Campo de Influência – 1990	164

5.37	Coeficientes com maior Campo de Influência – 1991.....	165
5.38	Coeficientes com maior Campo de Influência – 1992	166
5.39	Coeficientes com maior Campo de Influência – 1993	167
5.40	Coeficientes com maior Campo de Influência – 1994	168

UMA ANÁLISE DE INSUMO-PRODUTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO (1990-1994) PARA A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Autora: Regina Celia Faria Simões

Orientador: Joaquim José Martins Guilhoto

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos da formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sobre a economia brasileira. Mais especificamente, pretende-se verificar os efeitos da criação do MERCOSUL sobre o comércio externo brasileiro, a estrutura produtiva brasileira e sobre a demanda final, levando-se em conta seus componentes, ou seja, formação bruta de capital, gastos do governo, consumo das famílias e exportações.

Utilizou-se o modelo de insumo-produto para detectar os reflexos do MERCOSUL sobre a economia brasileira. Além disso, foram usados outros conceitos a saber: Multiplicadores Setoriais, Índices de Ligação para frente e para trás, Índices Puros, Setores-Chave e o conceito de Campo de Influência para mostrar os impactos da criação do MERCOSUL em 21 setores da economia brasileira.

Os resultados evidenciaram que o comércio externo brasileiro apresentou crescimento rigoroso no período analisado mas, a estrutura produtiva brasileira não apresentou mudanças significativas. Com relação ao comportamento da demanda final, apenas o consumo das famílias apresentou pequenas modificações.

An ANALYSIS OF INPUT-OUTPUT OF THE BRAZILIAN ECONOMY IN THE PERIOD OF TRANSITION (1990-1994) FOR THE FORMATION OF MERCOSUL

Author: Regina Celia Faria Simões

Adviser: Joaquim José Martins Guilhoto

Summary

The goal of this study is to analyze the impacts of the formation of the Common Market of South America (MERCOSUL) on the Brazilian economy. More specifically, the effects of MERCOSUL on the Brazilian external commerce, on the Brazilian productive structure, and on the final demand are verified considering their components, that is, the gross capital formation, government expenditures, family consumption, and exports.

The input-output model was used to detect the influences of MERCOSUL on the Brazilian economy. In addition, other concepts were used such as sectorial multipliers, backward and forward linkage indexes, pure indexes, key-sectors and field of influence approach to show the impacts of the creation of MERCOSUL on 21 sectors of the Brazilian economy.

The results showed evidences that the Brazilian external commerce had an extreme growth during the analyzed period, although the Brazilian productive structure failed to present significant changes. In regard to the behavior of the final demand, only the family consumption had a few modifications.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

As profundas transformações do cenário mundial ocorridas nos últimos 30 anos reservaram ao mundo mudanças significativas nos campos social, político e econômico. Vários acontecimentos marcaram mais profundamente este período, entre eles a formação e consolidação de blocos econômicos, cujos efeitos são enfocados por este trabalho.

Esta nova ordem mundial é um desafio que a América Latina tem que enfrentar. Já Balassa (1961) explicitava a motivação da integração econômica decorrente de intervenção estatal nas economias nacionais e da restrição ao comércio, dada a necessidade de diminuir as flutuações e promover o crescimento dos povos. “No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, o crescimento econômico surge como consideração primordial. Os países que seguem os conselhos dos defensores da doutrina do crescimento econômico equilibrado podem procurar a integração econômica a fim de assegurar um mercado suficientemente vasto para o desenvolvimento paralelo de novas indústrias”.

Dessa forma, em março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção pelos governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Neste tratado, prevê-se como objetivo final a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como um mercado comum integrado pelos quatro países.

Enquanto projeto integracionista o MERCOSUL prevê a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas dentro dos limites dos quatro países envolvidos no projeto e, paralelamente, o estabelecimento de barreiras comuns perante o resto do mundo no que se refere a aspectos tais como normas de controle de qualidade, certificados de origem, nível das alíquotas de importações, etc. (Hirst, 1992, Jank, 1992).

A formação do MERCOSUL é uma estratégia de desenvolvimento dos países latinos frente à nova conjuntura internacional. É sem dúvida uma tentativa ambiciosa de constituir um espaço econômico comum que permita conjugar esforços e assegurar uma inserção mais competitiva dos países membros em terceiros mercados.

1.2 O problema e sua importância

O processo de instabilidade e inflação vivido pela economia brasileira nas duas últimas décadas foi bastante grave no sentido de desestruturar a capacidade dos setores produtivos.

De uma das economias mais fechadas durante quatro décadas de protecionismo, a economia brasileira passa a ser uma das mais abertas do mundo, através das políticas de liberalização comercial que vêm sendo implantadas a partir de meados da década de 80, mais notadamente nos anos 90.

Por outro lado, a organização dos países em blocos regionais reforça a condição de hegemonia dos países desenvolvidos com maior capacidade científica e tecnológica. Esse contexto apresenta-nos o acirramento competitivo do mercado, exigindo a modernização e a reestruturação dos setores produtivos nacionais.

Além disso, a teoria da integração econômica argumenta que qualquer processo integracionista provocará mudanças na estrutura produtiva e no comércio dos países-membros.

Portanto, a partir da criação do MERCOSUL, que mudanças ocorreram na estrutura produtiva da economia brasileira? Quais os impactos causados na demanda final? Como os diferentes setores estão se comportando frente ao MERCOSUL?

Parece oportuno tentar encontrar respostas, como pretende esta pesquisa, para as questões levantadas anteriormente, no período chamado de “período de transição”, ou seja, no período 1990-94. É importante ressaltar que a partir da consolidação do MERCOSUL, ou seja, a médio e longo prazos, o processo do MERCOSUL deverá alterar essa estrutura de forma mais significativa.

As mudanças efetuadas por qualquer um dos países-membros desse processo integracionista com relação à condução de sua política doméstica refletirá de maneira mais direta nas economias dos outros países, tendo em vista as disparidades existentes entre os mesmos.

Face à implantação do MERCOSUL, tem-se procurado avaliar em vários aspectos as consequências que o mesmo acarretará para as economias dos países participantes do Acordo. Vários estudos discutem as perspectivas do setor agrícola, setor este considerado o mais sensível frente a esse processo integracionista e que deverá arcar com o ônus maior da integração (Perez, 1988; Jank, 1992; Lopes, 1992; Stulp, 1992).

A validade desse estudo é indiscutível para subsidiar estudos posteriores que permitirão avaliar os efeitos do MERCOSUL a partir da sua consolidação.

1.3 Objetivos

Este trabalho tem por objetivo geral apresentar uma análise de insumo-produto da economia brasileira no período de transição (1990-1994) para a formação do MERCOSUL. Especificamente, para atingir esse objetivo pretende-se:

a) caracterizar o comércio brasileiro junto aos países-membros no sentido de identificar os principais setores e as possíveis mudanças na estrutura desse comércio;

b) verificar os impactos da criação do MERCOSUL sobre os componentes da demanda final setorial (consumo das famílias, gastos do governo e investimentos) que provocarão mudanças no valor da produção setorial;

c) fazer uma análise da evolução da estrutura produtiva da economia brasileira no período 1990-1994, através do uso de algumas informações básicas contidas nas tabelas de insumo-produto e através dos Multiplicadores Setoriais de Produto, Índices de ligações para trás e para frente, visando a determinação de setores-chave, dos Índices Puros e do Conceito de Campos de Influência, sobre os setores a serem definidos a partir deste trabalho;

1.4 Integração: conceitos e definições

Em comércio internacional, um programa de integração econômica pode ser definido como um conjunto de acordos, convênios, normas, regulamentações, entre outros, estabelecidos entre dois ou mais países, com o intuito de promover o desenvolvimento conjunto de suas respectivas economias, a partir do aproveitamento das vantagens econômicas oferecidas por acordos comerciais, por acordos setoriais de produção, pela eliminação de barreiras comerciais, pelo incremento do intercâmbio de mercadorias e fatores de produção e pela harmonização de políticas econômicas nacionais e internacionais.

Várias definições têm sido formuladas sobre integração. Para Balassa (1961), integração econômica é o processo ou estado de coisas pelas quais diferentes nações decidem formar um bloco regional. Ainda, o autor considera que a integração se dá em diferentes dimensões: integração comercial, integração setorial, integração em nível

dos fatores, integração em nível de política, integração total. As definições de integração podem ser econômicas ou podem priorizar os aspectos políticos envolvidos.

Baumann & Lerda (1987, p.13) consideram que “o termo integração é reservado para caracterizar um processo político entre governos nacionais, visando reduzir parcial ou totalmente as barreiras (tarifárias ou não-tarifárias) que limitam o comércio recíproco. Tal processo pode ou não incluir acordos relativos às barreiras dos países signatários em relação ao resto do mundo, e o âmbito da integração pode ser bilateral ou multilateral, incluindo apenas uma parte ou a totalidade dos bens potencialmente transacionáveis entre os membros da Comunidade”.

Já Cohen (1981) citado por Perez (1988) define integração como sendo um processo mediante o qual dois ou mais países adotam, com o apoio das instituições comuns, medidas conjuntas para aprofundar a sua interdependência e obter assim benefícios mútuos.

A integração econômica pode assumir várias formas diferenciadas conforme a abrangência das normas e dos acordos entre os países. Balassa (1961), Baumann & Lerda (1987) e Machado (1991), mostram as diferenças existentes nos vários estágios de integração, até chegar à sua plenitude.

Um processo de integração pode se iniciar com a formação de uma Zona de Livre Comércio, passando por uma União Aduaneira e Mercado Comum, até chegar ao estágio mais avançado de integração, ou seja, uma União Monetária ou Econômica.

A primeira etapa de um processo de integração seria a instalação de uma **Zona de Livre Comércio**, que consiste em uma celebração de acordo, onde são eliminadas todas as tarifas entre os países membros, embora cada qual mantenha suas tarifas em relação aos países não membros.

Os países interessados negociam entre si a criação de uma zona onde os bens podem circular livremente, sem a existência de barreiras tarifárias e de barreiras técnicas (padrões diferentes), de saúde (controles sanitários), fiscais (impostos ou

taxas discriminatórios) e físicas (controle das fronteiras). Para se impedir que outros países fora da zona se beneficiem do acordo, é criado um instrumento importante de comércio chamado regras de origem, que determina a procedência dos bens que poderão se beneficiar das preferências negociadas.

A segunda etapa seria uma Zona de Livre Comércio mais uma tarifa externa comum, o que convencionamos chamar de **União Aduaneira**, sendo esta uma forma mais avançada de integração. Tanto as Uniões Aduaneiras como as Zonas de Livre Comércio têm uma tarifa nula entre os sócios. A diferença entre ambas está na adoção de uma estrutura uniforme de barreiras tarifárias em relação ao resto do mundo. Neste estágio de integração é indispensável um mínimo de harmonização das políticas fiscal, monetária e cambial entre os diversos membros do bloco, para que não se impeça o andamento do processo, pois essa etapa é difícil pelo fato de gerar zonas de conflito (Veiga, 1991).

Na terceira etapa, **Mercado Comum**, atinge-se uma forma mais elevada de integração econômica, em que são abolidas não só as restrições comerciais, mas, também, as restrições aos movimentos de fatores produtivos. Tal negociação exige a criação de instituições supranacionais que determinam a legislação do mercado comum, além de políticas comuns acima das políticas nacionais. Mais ainda, implica a coordenação e harmonização da legislação fiscal, trabalhista e de sociedades.

O estágio superior de um processo integracionista, a **União Monetária ou Econômica**, é a quarta etapa, que é definida a partir de um Mercado Comum cujos membros decidem adotar políticas uniformes com respeito à moeda, crédito, impostos, entre outros.

Na síntese de Montoya (1993, p. 136) “um esquema de integração, qualquer que seja a forma adotada, inicia-se com a implementação de mecanismos destinados a eliminar a discriminação ao comércio intra-regional, enquanto se estabelecem tarifas externas contra terceiros países. Fica definido, assim, um só espaço econômico, no

qual se possibilita o aproveitamento das vantagens comparativas e as economias de escala que um mercado ampliado permite”.

Como exemplos atuais de zona de livre comércio temos a European Free Trade Association (EFTA) entre os países nórdicos e transalpinos e o North American Free Trade Agreement (NAFTA) entre os Estados Unidos, Canadá e México. Fazem parte deste exemplo ainda a Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) cuja formação o Brasil vem liderando e o Asian Free Trade Agreement (AFTA) recém criado pelos países do sudeste asiático.

São exemplos de união aduaneira a então Comunidade Econômica Européia (CEE) na sua fase inicial e o estágio atual da integração do MERCOSUL que, apesar de imperfeita, já definiu uma Tarifa Externa Comum (TEC) para cerca de 85% do universo dos produtos classificados na nomenclatura comum do MERCOSUL.

A CEE até 1994, reforçada com a criação do programa do mercado interno que procurou destruir as barreiras físicas, técnicas e fiscais que impediam que o mercado comum pleno funcionasse entre os seus doze membros, é um exemplo de mercado comum. Outro exemplo é o MERCOSUL, que, como o próprio nome diz, tem por objetivo a formação de um mercado comum.

O Tratado de Maastrich que criou a União Européia em substituição à CEE e que deverá ser implantada até 1999 é um exemplo de processo de criação de uma união econômica. Cabe ressaltar que a integração leva cada país a renunciar, parcialmente, ao controle de sua política econômica e, conseqüentemente, a uma parcela de sua soberania. Com o aumento da interdependência entre países ocorre um inevitável debilitamento das soberanias nacional, econômica e política. Para recuperar graus de soberania e influência internacional é preciso avançar coletivamente na formação de mercados comuns (Ibarra, 1991).

1.5 Teorias da integração

As primeiras contribuições a respeito da teoria da integração econômica encontram-se nas obras dos economistas clássicos. Adam Smith diz:

“Quando uma nação se obriga por um tratado a permitir a entrada de certos produtos de um país estrangeiro, enquanto proíbe essa entrada quando os mesmos são oriundos dos demais, ou quando isenta de direitos os produtos de um país, que os demais países são obrigados a pagar, o país ou pelo menos os comerciantes e fabricantes desse país, cujo comércio é tão favorecido, devem necessariamente tirar grandes vantagens desse tratado. Esses comerciantes e fabricantes gozam de uma espécie de monopólio no país que é tão indulgente para com eles. Esse país se transforma em um mercado mais amplo e vantajoso para os seus produtos...” (Smith, 1776, citado por Ricardo, 1817, p. 230).

David Ricardo no início do século XIX já mencionava a existência de vantagens comparativas como um motivo para que o livre comércio gerasse um ganho em termos de eficiência alocativa aos países. No entanto, não é apenas uma maior eficiência alocativa que parece motivar o livre comércio, ganhos em termos de extensão de mercado, exploração de ganhos de escala, aumento da competitividade e um maior incentivo a busca do progresso tecnológico seriam também outras consequências do livre comércio.

Analisando os tratados comerciais do ponto de vista do país importador, Ricardo diz:

“O inconveniente do tratado para o país importador seria o seguinte: obrigaria a França, por exemplo, a comprar produtos na Inglaterra pelo preço natural, quando poderia talvez comprá-los por um preço natural muito mais baixo em outro país. O tratado provoca, portanto, uma desvantajosa distribuição do capital geral, que reflete principalmente no país que é obrigado pelo mesmo a comprar no mercado menos

produtivo.... Em que consistem então as vantagens do estabelecimento desse tratado? Consistem no seguinte: esses produtos não poderiam ser fabricados na Inglaterra para exportação, se esse país não gozasse do privilégio de abastecer com exclusividade o mercado em questão; porque a concorrência de um país onde o preço natural fosse mais baixo eliminaria para a Inglaterra qualquer possibilidade de vender essas mercadorias”. (Ricardo, 1817, p. 231).

A primeira referência explícita a um processo de integração mais ambicioso parece datar de 1840, quando o economista alemão Friedrich List argumenta, em seu tratado “Das nationale system der politischen ôkonomie”, que o desenvolvimento econômico de uma nação depende da posse de um território adequado, e aponta a associação de estados baseada em acordos bilaterais voluntários - especialmente uniões alfandegárias - como a melhor forma de corrigir eventuais inadequações territoriais.

Mas é através da publicação de Viner (1950) “The customs union issue” que a teoria da integração econômica ganha consistência. Preocupado com os problemas envolvidos na criação de uniões aduaneiras, seu modelo apresenta os efeitos da formação de uma união alfandegária, através dos conceitos de “criação de comércio” e “desvio de comércio”. Haverá criação de comércio quando, dada a eliminação das barreiras comerciais entre dois países, um deles deixa de produzir internamente determinado bem, passando a importá-lo do outro, em decorrência do menor custo de produção deste e, conseqüentemente, do seu menor preço; e haverá desvio de comércio quando um determinado membro da união alfandegária passe a importar certo bem do outro membro, deixando de comprá-lo de um terceiro país, de fora da união, que antes constituía a fonte de oferta mais barata; nesse caso, ocorre desvio de comércio, pois a oferta proveniente de um país menos eficiente na produção do bem em questão aumenta relativamente à oferta de um produtor mais eficiente.

Quando existe criação de comércio significa que o país substituiu sua oferta interna, que era cara, por importações mais baratas do parceiro comercial, o que produz um ganho de bem-estar. Quando o que ocorre é desvio de comércio significa,

que o país substituiu importações mais baratas do resto do mundo por importações caras de seu novo parceiro comercial, o que é uma desvantagem, não havendo nenhum ganho de bem-estar. Do ponto de vista do livre comércio, a “criação de comércio” é benéfica, e o “desvio de comércio” é prejudicial.

Muitos trabalhos surgiram baseados na obra de Viner (1950) incorporando várias contribuições, uma vez que a sua análise restringia-se ao lado da produção. Mas, no final da década de 70, surge a nova teoria do comércio internacional, caracterizada por hipóteses de mercados imperfeitamente competitivos e retornos crescentes de escala, permitindo incorporar à análise dos problemas do comércio internacional aspectos da realidade brasileira (economias de escala, diferenciação de produtos, firmas com poder de mercado, entre outros).

As primeiras tentativas de integração na América Latina a partir da década de 60 sofreram influência tanto da teoria tradicional da integração, como da teoria cepalina do desenvolvimento econômico, que propunha a integração econômica como instrumento capaz de reduzir os desequilíbrios produzidos pela industrialização periférica com base na substituição de importações. A teoria tradicional do comércio, também chamada de teoria dos acordos preferenciais de comércio ou ainda, teoria da união aduaneira, sustentou vários projetos de integração e, ainda hoje, a influência dessa teoria se faz presente nas posições do GATT e do Banco Mundial.

Os efeitos positivos e negativos da integração econômica foram analisados por vários autores. Balassa (1961) considera como a integração econômica contribui para o bem-estar, utilizando o conceito de bem-estar potencial, num sentido estático, onde um aumento nesta variável seria equivalente a uma melhor distribuição dos recursos. Mas o autor não limita sua investigação a hipótese estática e analisa o efeito da integração na eficiência dinâmica. Ele define a “eficiência dinâmica como a taxa de crescimento hipotética do rendimento nacional que se pode obter com uma dada utilização dos recursos (materiais e trabalho) e um dado coeficiente de poupança” (Balassa p. 28-29). E a partir desta definição compara a taxa de crescimento hipotética que se pode atingir antes e depois da integração. Assim, um aumento da taxa de

crescimento seria equivalente a uma maior eficiência dinâmica e representaria um acréscimo do bem-estar potencial.

Para Thorstensen et alii (1994, p.41), os ganhos estáticos surgem com a remoção de barreiras e sua consequente incrementação do comércio, ampliando o mercado para as empresas, com efeitos positivos sobre a alocação de recursos dos países membros. As principais fontes de ganhos estáticos são: “aumento de eficiência na produção devido ao aumento na especialização e utilização de insumos e bens de capital especializados; aumento no nível de produção devido ao aproveitamento das economias de escala com o acesso a um mercado mais amplo; melhoria no poder de barganha internacional, devido ao tamanho maior do mercado, levando a melhores termos de troca; mudanças forçadas na eficiência econômica (custos menores, maior nível de emprego, maiores salários) trazidas pela competição maior; mudanças que afetam o volume e a qualidade dos fatores de produção devido ao progresso tecnológico” (El-Agraa, 1985, p. 184-185).

Os efeitos dinâmicos de comércio derivam do aumento da taxa de crescimento da economia que o incremento de comércio com redução de barreiras traz: “economias de escala tornadas possíveis pelo acesso a mercados mais amplos; economias externas às firmas, que podem reduzir os custos específicos ou gerais; aumento na taxa de investimento devido ao aumento de fluxo de capital do exterior; efeito polarização, devido à concentração do efeito de criação de comércio ou desenvolvendo tendência a atrair fatores de produção de outras regiões; efeito da eficiência econômica e da confiança devido ao aumento de competição e redução de incerteza” (El-Agraa, 1985, p. 192).

Para Ffrench-Davis (1978, p. 265), os efeitos distributivos da integração econômica são: a integração econômica altera a estrutura do comércio exterior e da produção de todos os países-membros e condiciona a forma e o nível de desenvolvimento que cada país pode atingir; influi no tipo de distribuição de benefícios entre a região integrada e o resto do mundo, dependendo do investimento estrangeiro e afeta de forma diferenciada as diversas regiões e os diferentes grupos sociais.

Entre os efeitos positivos da formação das uniões aduaneiras, podemos destacar: (a) a diminuição das distorções de consumo; (b) o surgimento de economias de escala, devido à ampliação do espaço econômico e, (c) a melhora dos termos de intercâmbio. Todos esses efeitos da formação de uma união aduaneira, tanto para os países membros quanto para terceiros, são condicionados pelos níveis que venha a assumir a Tarifa Externa Comum (TEC) da região.

No caso de uma união aduaneira, quanto mais elevada a TEC, maior será o nível de proteção à produção interna da região integrada e maior a probabilidade de que, num primeiro momento, os preços domésticos sejam mais elevados que os preços internacionais e, portanto, mais elevado o preço para consumidores e produtores dentro da região.

Se a tarifa externa comum é muito baixa, não se deve esperar um crescimento acentuado do comércio intra-regional, pois a produção doméstica não estará suficientemente protegida em relação a terceiros países, e aumentarão as dificuldades para uma reestruturação da produção regional que permita aproveitar as oportunidades de um mercado ampliado.

A TEC determinará, portanto, até o ponto em que a integração econômica abrirá novos mercados para os produtores regionais dentro da própria região e em que medida melhorarão os termos de intercâmbio dos produtos regionais. Faz-se evidente, assim, a relevância do estabelecimento da TEC tanto para o relacionamento comercial intra-regional quanto para o intercâmbio com o resto do mundo. A TEC ocasiona mudanças nos padrões de comércio exterior. As mudanças nos fluxos de comércio recíproco produzem alterações na composição da demanda efetiva e tendem a afetar a estrutura produtiva.

Ainda, a teoria da integração econômica ressalta que o consumo será afetado com a conseqüente substituição de bens produzidos interna e externamente por mercadorias dos países participantes, o que modificará a estrutura da produção e o fluxo de comércio. Estas alterações nas razões de troca

implicarão numa redistribuição do rendimento real dos países participantes e não participantes, afetando o bem-estar mundial.

De fato, o MERCOSUL, que na realidade é um grande desafio de integração econômica assumido entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, efetivamente implantado no dia 1º de janeiro de 1995, já produziu impactos consideráveis em relação ao padrão de comércio regional. As exportações brasileiras para os países do MERCOSUL somaram, em 1990, US\$ 1.330 milhões/FOB, passando, em 1996, para US\$ 7.299 milhões/FOB, apresentando nesse período um crescimento de 448,8%, aproximadamente. Em relação às importações brasileiras dos países do MERCOSUL, verifica-se um crescimento de 254,9%, ou seja, em 1990, as importações brasileiras foram da ordem de US\$ 2.326 milhões/FOB, passando para US\$ 8.256 milhões/FOB, em 1996. (Secretaria do Comércio Exterior - SECEX).

Mas para que a integração econômica ocorra é necessário a resolução dos problemas de distribuição dos recursos, crescimento e políticas econômicas, dadas as diferentes dimensões de mercado.

A integração da economia como um todo exigiria nas palavras de Balassa (p. 32), “uma atividade concentrada em todo o campo da atividade econômica, desde a abolição de barreiras à coordenação das políticas fiscais”.

A formação de blocos regionais para os países em desenvolvimento, que não conseguem garantir de certa forma a estabilidade política, pode ser de grande importância na medida que romper acordos internacionais é muito mais difícil do que mudar políticas internas, tornando irreversíveis as reformas e acrescentando um elemento de estabilidade das políticas desses países.

A integração em blocos regionais, liderados por países desenvolvidos, como é o caso do NAFTA, pode promover a reestruturação econômica contornando a fragilidade do sistema político, deixando as próprias pressões do mercado mundial globalizado promoverem as reformas, removendo os obstáculos para que aquelas tendências

transformadoras do mercado possam atuar. As resistências políticas serão menores uma vez iniciadas as transformações mais profundas na estrutura da sociedade, agora com novo paradigma tecnológico e penetradas pelas forças globalizadoras.

Balassa descreve ainda outra maneira de se chegar à integração econômica fazendo-a setor por setor, integrando várias indústrias sucessivamente. O argumento era que seria mais fácil um governo se comprometer limitadamente com um setor do que com todos os setores ao mesmo tempo. Esperava-se com isso que a integração em um setor encorajasse a integração em maior escala.

Enquanto a integração simultânea de todos os setores permite alterações compensatórias, num processo mais suave de ajustamento dos preços relativos e de redistribuição dos recursos, além de facilitar a manutenção do equilíbrio externo, no método setorial, como coloca Balassa (p. 32), “cada passo na integração resulta num equilíbrio novo e temporário de preços, custos e distribuição de recursos e este “equilíbrio” é perturbado em cada fase seguinte”, além ainda de causar pressões na balança de pagamentos.

Para Baumann & Lerda (1987, p.24-25), entre as condições básicas para viabilizar um processo de integração, “destaca-se a adoção de um conceito amplo de reciprocidade, envolvendo uma convergência de políticas referentes a balanço de pagamentos e estratégia de crescimento, o que implica em consequências para a definição das políticas fiscal, de investimento e de desenvolvimento regional, entre outras”.

“Em segundo lugar - talvez mais importante a curto prazo - é necessário que sejam definidas as bases para um tratamento comum em relação ao capital estrangeiro. A premência desta definição se explica pelo atrativo que representa a constituição de um mercado amplo como o que resultará da integração”. (Baumann & Lerda, 1987, p. 25).

Ibarra (1991, p. 200) coloca que “a formação das zonas de livre comércio e depois a industrialização conjunta, criariam novos focos de desenvolvimento capazes de atenuar as pressões de pagamentos por seus efeitos na criação e desvio de comércio. Isso mesmo fortaleceria o poder externo de negociação, entretanto o aproveitamento das economias de escala e das associadas à articulação interindustrial melhoraria a eficiência comparativa frente ao exterior e permitiria abordar depois os mercados de terceiros países”.

No caso da América Latina, “a abertura sem integração cancelaria boa parte das potenciais economias de complementaridade e debilitaria permanentemente o poder latino-americano de negociação em um mundo transnacionalizado e dividido em grandes regiões econômicas. Em contraste, a integração permitiria aliviar em algum grau as crescentes restrições externas que afrontam os países latino-americanos e ganhar experiências incalculáveis no processo de remodelação das articulações com terceiros países”. (Ibarra, p. 210).

Com a integração econômica, as uniões aduaneiras podem forçar as indústrias mais conservadoras a aperfeiçoarem suas técnicas de produção e comércio, a fim de que se mantenham no ramo. Assim haverá ganhos na poupança de recursos produtivos e na capacidade de gerenciamento empresarial.

Por outro lado, com o aumento das dimensões do mercado haverá um aumento da demanda. Considerando então que as empresas trabalham a pleno emprego ou sem “capacidade ociosa”, elas podem aumentar o tamanho de suas fábricas mais rapidamente gerando economias de escala. Com a integração econômica, portanto, existirão mais ganhos acelerados na tecnologia e investimento. Para que esses ganhos se concretizem é preciso considerar a localização geográfica do mercado e seu custo de transporte o que poderá eliminar as vantagens comparativas existentes.

“Por último, qualquer que for a natureza dos efeitos estáticos e dinâmicos da integração, a concepção dos “custos e benefícios” da teoria, em seu avanço, sugerem, na realidade, uma redistribuição de recursos entre as indústrias existentes, utilizando

os suprimentos de fatores e a tecnologia disponível. Assim, algumas indústrias se expandem, outras se contraem, enquanto os consumidores gozam de preços mais baixos para determinados produtos; caso contrário, tudo continuaria como antes". (Montoya, p. 144).

"Países a caminho da industrialização geralmente querem estabelecer indústrias nascentes: seu objetivo ao formarem um mercado comum ou uma área de livre comércio é ter um mercado maior que lhes permita estabelecer e fazer expandir indústrias nascentes mais depressa e/ou de modo mais barato que o que seria possível de outra forma. Outro nome para o estabelecimento de sua própria indústria nascente seria destruição de comércio - o oposto de criação de comércio". (Willianson, 1989, p.92).

Wonnacott e Wonnacott (1981, in Dornbusch, p. 19) argumentam corretamente que "os ganhos por maior acesso aos mercados não se baseiam rigorosamente em um acesso preferencial. Eles se fundamentam no acesso, mas a proximidade geográfica, e portanto o menor custo de transporte que no resto do mundo, podem proporcionar a países associados uma renda natural derivada do acesso aos mercados".

Os países participantes de uma união aduaneira podem diminuir seus custos de produção industrial entre os membros de diferentes maneiras: vantagens comparativas regionais ou dentro da união, economias de escala na produção, aumento da diversidade para os consumidores, além de um incremento na competitividade.

Segundo Machado (1993), o êxito dos esforços de integração no MERCOSUL dependerá fundamentalmente da superação de dois obstáculos, sendo um deles "vencer as resistências nacionais ao estabelecimento de uma tarifa externa comum, criando as condições para a geração permanente de vantagens comparativas na região".

O MERCOSUL apresenta uma diferença qualitativa importante em relação aos processos anteriores de integração na América Latina. No MERCOSUL os países

membros desejam promover, simultaneamente, a integração sub-regional e a maior inserção na economia mundial. Em primeiro lugar, porque este processo de abertura para o exterior já se havia iniciado, a nível de cada país, antes mesmo do Tratado de Assunção, ainda que com ritmos diferentes. Ademais, levou-se em conta o fracasso dos esquemas anteriores de integração.

No próximo capítulo mostram-se os antecedentes que levaram à criação do MERCOSUL onde a idéia principal é avaliar em que medida o projeto de integração contido no Tratado de Assunção representa um marco que o diferencia das tentativas anteriores de integração.

2 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

A experiência de integração na América Latina possui uma tradição de mais de um século, seja como um movimento social na busca de afirmar sua cultura, seja como uma estratégia de desenvolvimento econômico, ou mais recentemente como uma exigência da globalização econômica mundial. Na América Latina, a exemplo da Europa, a idéia de integração é um velho sonho. A integração oferecia a possibilidade de ampliar o mercado.

Silva (1990, p.34) relata que as primeiras idéias integracionistas na América Latina nasceram na fase de luta pela independência política dos países da região no século XVIII. A maior expressão desse ideal foi Simon Bolivar. Assinaram o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua em 26 de julho de 1826 no Congresso de Panamá, as Repúblicas da Colômbia, Centro América, Peru, Estados Unidos e México, e pela Organização da Grã-Colômbia, que buscava a união em uma só república a Colômbia, Venezuela, Equador e Peru.

Simon Bolivar acreditava em uma América hispânica e portuguesa por extensão independente de qualquer domínio exterior. Afirmava constantemente sobre a unidade Latino Americana que “era uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligasse suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma lingua, os mesmos costumes e uma região, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que

venham a formar-se”. (Ezcurra, 1988). O mesmo anseio de unificação ou de confederação estava no espírito de San Martín.

2.1 A CEPAL e a integração econômica

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em 28 de fevereiro de 1948, constituindo-se um ramo regional do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Constituiu, na verdade, o primeiro esforço integrado na procura de soluções estruturais para os males econômicos e sociais que, no final da década de 50, já afligiam a América Latina.

Desde logo enfatizou-se a necessidade da integração econômica da América Latina: ela foi afirmada em nível técnico, claramente, no chamado “Manifesto” da CEPAL, elaborado em 1949 e publicado em 1950 pelas Nações Unidas com o título “El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas”. A CEPAL teve, de fato, atuação decisiva nas iniciativas de integração regional, como a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 com o Tratado de Montevideu, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1961, e o Pacto Andino em 1969.

A secretaria executiva da CEPAL criou em 1957 o “Grupo de Trabalho de Mercado Regional Latino Americano” e o “Comitê de Comércio”, com a finalidade de promover a integração regional bem como acelerar as primeiras definições de uma fórmula que deflagrasse esse processo. Na sua primeira reunião de consulta, em 1958, ativou estudos e propôs a criação de Mercado Comum Latino-Americano para liberalização progressiva do comércio recíproco. A secretaria executiva da CEPAL cujo presidente era Raul Prebisch, preparou o documento “O Mercado Comum Latino Americano”, publicado em junho de 1959, com o objetivo de apoiar as negociações a

criarem uma instituição que gerasse um processo de integração econômica no continente, nos moldes de um Mercado Comum.

O documento sintetiza claramente a estratégia de desenvolvimento que deveria ser implementada na região, a partir da perspectiva de um Mercado Comum Latino Americano. Defendia a tese de que o problema econômico fundamental da região residia em alcançar uma taxa satisfatória de crescimento sustentado, que lhe permitia diminuir progressivamente as diferenças de renda e dependência com os grandes centros industriais do mundo (CEPAL, 1990, p.142).

O funcionamento do Mercado Comum como estratégia de desenvolvimento econômico, deveria ajudar a consolidar a industrialização, além de reduzir a vulnerabilidade econômica da região com o exterior. Frente à lentidão da expansão das exportações tradicionais, a industrialização era concebida como um meio imprescindível para acelerar o desenvolvimento. A indústria deveria não só substituir importações de bens manufaturados como, também, incrementar na medida do possível as exportações não tradicionais. A integração econômica através da intensificação do comércio intra-regional permitiria uma substituição muito mais eficiente, através da especialização e economias de escala que o mercado ampliado permite (Salgado, 1990, p.117).

A escola cepalina criou o conceito de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos primários, defendendo modelos nacionais baseados na substituição de importações, forma obrigatória da industrialização no processo de desenvolvimento das economias periféricas, na industrialização protegida, e com ênfase na necessidade de ampliação dos mercados limitados pelo estabelecimento de mercado comum latino-americano, trazendo essa industrialização substitutiva a tendência inerente ao desequilíbrio externo. Identificam-se, quanto à tecnologia, dois aspectos: a inadequação da densidade de capital e a inadequação da escala. É neste segundo aspecto que entra o papel da integração. Segundo a análise de Rodriguez (1981, p. 161), “a inadequação da escala em relação ao tamanho de cada um dos mercados periféricos gera um alto grau de subutilização de capital, com a industrialização sendo

levada a cabo em compartimentos estanques. A integração e a especialização industrial das diversas economias da área representam, por outro lado, uma possibilidade concreta de reduzir de forma considerável essas grandes margens de capacidade ociosa”.

Na visão da CEPAL, os benefícios da integração estão vinculados à redução dessas margens de capacidade ociosa, com pelo menos três efeitos: alívio da tensão do balanço de pagamentos, dado o melhor aproveitamento das divisas destinadas à aquisição de equipamentos importados; industrialização mais eficiente com consequente maior taxa global de crescimento e maior volume de comércio com o resto do mundo; possibilidade de exportar manufaturas para o resto do mundo, dado o aumento da eficiência industrial.

Além disso, a redução das margens de capacidade ociosa afeta a produtividade do capital e, ao elevar a taxa de acumulação, afeta favoravelmente o crescimento.

Cabe mencionar aqui que a teoria econômica tradicional enfatiza os efeitos da integração sobre o emprego dos recursos de forma estática, e a CEPAL ressalta esses efeitos sobre a dinâmica do desenvolvimento periférico, considerando a integração - mais do que uma forma de melhor alocar os recursos - como um instrumento eficaz para reduzir as tensões e desequilíbrios próprios do desenvolvimento para dentro. No dizer de Rodriguez (1981, p. 162), “no pensamento da CEPAL, a integração regional é uma conclusão de política econômica coerentemente ligada ao conjunto de contribuições teóricas que constituem a interpretação da industrialização periférica”.

As tentativas de integração na América Latina foram avaliadas por Thoumi (1989) através da elaboração de um estudo econométrico dos fluxos de comércio bilateral na América Latina e Caribe, para explorar a estrutura do comércio intra-regional na América Latina e Caribe, identificando as características que certos tipos de integração teriam mais chance de sucesso que outros. Os sistemas de integração entre países não muito distantes, de tamanho e nível de desenvolvimento similares, e

que perseguem políticas econômicas semelhantes, têm mais chance de sucesso que outros sistemas (Thoumi, p. 427).

Embora por vezes haja um superdimensionamento da necessidade de integração, elevada quase à categoria de única solução eficaz, o raciocínio básico é relativamente simples e poderia ser assim esquematizado: as economias de escala exigem grandes volumes de produção que por sua vez requerem uma grande demanda consumidora; dado que nos países latino-americanos a demanda é insuficiente (mercados limitados), a solução imediata é a integração dos mercados.

Resumidamente, as teses mais importantes da CEPAL, sobre a integração do mercado regional, nas décadas de 50 e 60 são apresentadas por Salgado (1979, p.89-92):

a) a CEPAL reconhecia que o objetivo de longo prazo deveria ser a formação de um mercado comum latino-americano, mas que esse objetivo somente poderia ser alcançado avançando aos poucos, por etapas, levando em consideração as condições particulares dos países e a flexibilidade dos instrumentos utilizados. A proposta inicial da CEPAL apoiava, basicamente, uma área de tarifas preferenciais que, no prazo de 10 anos, conseguisse uma redução substancial do nível médio das tarifas alfandegárias. A liberalização plena do comércio e a elaboração de uma tarifa externa comum ficariam para uma segunda etapa;

b) a insistência num processo gradualista decorre da ambição de que o mercado regional deveria ter a suficiente flexibilidade para facilitar a incorporação de todos os países da América Latina;

c) desde o início, a CEPAL insistiu na incorporação de um tratamento preferencial relativo para os países de menor desenvolvimento relativo (PMDR) e para os intermediários, para evitar a concentração dos benefícios nos países mais evoluídos. Para isso, a CEPAL propunha dois tipos de medidas: o princípio da

reciprocidade no comércio intra-regional e o tratamento diferenciado segundo o grau de desenvolvimento dos países-membros;

d) no caso da ALALC, a posição da CEPAL era a de aceitar a função do mecanismo de mercado na alocação de recursos, principalmente cedendo às pressões dos países maiores. No MCCA, as condições foram mais propícias para recomendar uma distribuição deliberada de certas indústrias, ou seja, uma espécie de programação industrial;

e) a CEPAL aceitava suas exceções importantes à cláusula de nação mais favorecida (também utilizada pelo GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que determina uma concessão outorgada a outro país participante do mesmo acordo de integração ou a um terceiro país deve, automaticamente, ser estendida a todos os países-membros): o tratamento preferencial para os PMDR e os acordos de complementação. Estes últimos tinham como objetivo o desenvolvimento das novas indústrias de integração ou a racionalização de indústrias já existentes. A CEPAL achava que esses acordos de especialização e complementação estariam entre os instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento da indústria integrada. É por isso que se justificava que fossem excluídos da cláusula de nação mais favorecida. Essa posição da CEPAL contrariava as concepções mais difundidas sobre a integração com base na teoria tradicional.

2.2 Movimentos de integração na América Latina

Ao final da década de 40 a idéia de estabelecer um mercado comum latino-americano passa a receber apoio crescente. A CEPAL (para quem, como vimos, a integração permitiria a ampliação de mercados, com a consequente elevação de produtividade via economias de escala, o que viabilizaria assim a industrialização substitutiva de importações e a superação do subdesenvolvimento) tem influência

marcante nos movimentos integracionistas da região, que buscavam a ampliação do comércio intra-regional.

Deste modo, já na década de 50, a integração econômica da América Latina era vista como um caminho à industrialização bem como uma forma de isolar a América Latina da instabilidade do setor externo da região, instabilidade decorrente das oscilações dos preços dos bens primários de exportação no mercado internacional.

“De acordo com a interpretação da CEPAL, o processo de desenvolvimento das economias latino-americanas havia chegado, na segunda metade dos anos 50, a um impasse, provocado pelas perspectivas de contração da capacidade de importar da região (...), extremamente dependentes da importação de máquinas, equipamentos e tecnologia dos países industrialmente desenvolvidos: a capacidade de importar surgia então como um importante fator limitativo ao crescimento”. (Versiani, 1987, p.27).

O comércio intra-regional, entretanto, sofreu um declínio na década de 50, comenta French-Davis (1982, p. 119), de forma que o restabelecimento dos fluxos comerciais prévios, agora sobre uma base distinta e mais estável, se transformou em um dos principais objetivos dos esforços integracionistas. Em 1959, a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai pretendiam formar uma zona de livre comércio.

Assim é que surgem vários movimentos de integração na América Latina, a partir da década de 60: o Tratado Geral de Integração Centro-Americana, instrumento normativo básico do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), com Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, assinado em dezembro de 1960, e, entrando em vigor em junho de 1961; Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), com Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela criada em 1960 pelo Tratado de Montevideu, em junho de 1965. As nações do Caribe (Antígua, Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad-Tobago e sete territórios) assinaram o Tratado de Dickenson Bay, pelo qual se estabeleceu a Associação Caribenha de Livre Comércio (CARIFTA); em 1969 foi firmado o Pacto Andino (com Chile, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) visando intensificar

a integração através de um mercado comum andino; em 1973, o Tratado de Chaguaramas substituiu a CARIFTA pela Comunidade do Caribe e pelo Mercado Comum do Caribe (CARICOM); e, em 1980, substituindo a ALALC, é criada através do Tratado de Montevideu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Todos esses processos de integração estão em andamento, atualmente. Soma-se a esses processos a iniciativa de formar um grupo sub-regional, ou seja, o MERCOSUL constituído por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, criado em 1991.

Esses sistemas variaram substancialmente no grau de redução das barreiras comerciais internas, estabelecimento de tarifas externas e promoção da industrialização regional. Todos eles enfrentaram as expectativas que foram injustificadamente depositadas sobre eles. Particularmente a partir do segundo choque do petróleo, associado ao choque dos juros internacionais em 1979, a fragilidade externa da América Latina impõe graves restrições a esses esquemas integracionistas. De fato, com o agravante da crise da dívida externa que eclode em 1982 com a moratória mexicana, o comércio intra-regional sofre uma redução dramática na década de 80, colocando em xeque o futuro da integração regional.

2.3 A ALALC e a ALADI

Dentro do contexto de formação de blocos, aumenta a necessidade dos países ditos periféricos de assumirem posições concretas, para acompanharem as tendências e não mais ficarem às margens do desenvolvimento dos países centrais. Neste sentido, já em meados da década de cinquenta, iniciou-se um concreto movimento para a criação de uma Associação de Livre Comércio na América Latina.

Em fevereiro de 1960 é assinado o Tratado de Montevideu, dando origem à ALALC, cujo objetivo era a constituição, no prazo de doze anos de um mercado comum regional para a eliminação gradual de barreiras ao intercâmbio intrazonal, estimulando

o fortalecimento das economias nacionais e a racionalização da produção e do comércio exterior. Concordando com as idéias da CEPAL, tem objetivo de menor alcance, dado a alta coordenação de políticas nacionais exigidas pelas propostas amplas da CEPAL e, dado aos maus olhos com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) via o desvio de comércio para a região.

Um movimento que inicialmente (1956 a 1959) obteve um caráter sub-regional, que previa a liberalização do comércio na área do Brasil, Chile, Uruguai e Argentina, tornou-se mais amplo com a adesão, em 1959, da Bolívia, do Paraguai e do Peru. Em 1960 foi a vez do México, em 1961, do Equador, em 1966, da Venezuela e, finalmente, em 1967 foi a vez da Bolívia.

Ante os inconvenientes e as dificuldades que representaria uma liberalização imediata e automática do comércio dentro da região, o tratado previa uma fórmula moderada de atuação através de negociações periódicas de produto por produto entre as partes. A partir destas negociações seriam formadas as Listas Nacionais e as Listas Comuns, que não tiveram bons resultados, e também o Conselho de Ministros de Relações Exteriores da ALALC (Silva, 1990).

A ALALC dispunha de dois mecanismos principais para promover a integração: acordos complementares e um programa de liberalização. Os acordos complementares visavam a desenvolver diferentes sub-ramos ou estágios de produção de novas indústrias nos países que voluntariamente participassem de cada acordo. Quando a produção se iniciava, estes produtores recebiam preferências tarifárias previstas no acordo. O programa de liberalização baseava-se em negociações país a país, onde preferências tarifárias eram intercambiadas.

A mecânica da liberalização da ALALC consistia de redução das barreiras alfandegárias através de dois instrumentos básicos. O primeiro eram as Listas Nacionais, em que cada país arrolava produtos concedendo 8% anuais de redução nas importações da área, sob a forma de concessões revogáveis. O segundo instrumento eram as Listas Comuns, elaboradas a cada três anos em termos de concessões

irrevogáveis. Uma característica importante desses mecanismos é que as concessões feitas a um país eram automaticamente estendidas a todos os demais países da ALALC, isto é, adotava-se a cláusula de Nação Mais Favorecida incondicional a nível regional.

Os resultados da ALALC, segundo análise de Versiani (in Baumann e Lerda, 1987, p. 26-42), indicam que o ímpeto inicial era apenas aparente. Em 1969 as concessões das Listas Nacionais tornam-se inexpressivas, e já em 1967 a segunda negociação trienal da Lista Comum não chega a um consenso. O instrumento básico passa a ser os acordos de complementação, que abrangiam determinados setores industriais, proporcionando concessões tarifárias para estímulo de sua expansão, porém revogando-se o princípio de multilateralismo, isto é, de extensão automática de concessões a todos os países membros. Há de se destacar, entretanto, que estes acordos concentraram-se nos países grandes, tendo participação decisiva das multinacionais.

O prazo de eliminação total das barreiras comerciais é estendido de 1972 para 1980, através do Protocolo de Caracas de 1969, começando a reconhecer-se o limitado sucesso da ALALC.

De 1960 a 1980 há um crescimento contínuo e lento do comércio intra-regional, talvez não tanto devido aos acordos integracionistas, mas sim em função do crescimento (ao menos até 1973) dos países industrializados, que elevou o comércio internacional.

Até o final de sua primeira década de existência (1970), a ALALC funcionou com resultados positivos chegando mesmo a criar-se sistema de compensação de pagamentos entre os países-membros (1965). Mas, apresentou resultados limitados, com um problema grave de distribuição de seus benefícios e custos, dada a própria heterogeneidade dos países membros. Houve, todavia, algum grau de especialização da produção, com a expansão do comércio, além de um maior aproveitamento da capacidade instalada.

“Muitas são as explicações para o fracasso da ALALC, mas de uma maneira geral, o fracasso pode ser diagnosticado através do fato de que “Os problemas enfrentados pela ALALC não eram superficiais e ligavam-se às suas próprias raízes. O programa proposto limitou-se, mesmo assim de modo extremamente tímido, aos processos de integração que representam o lado aparente e superficial deste fenômeno: as relações comerciais entre as partes que se integram” (Silva, 1990).

Mas, podemos elencar as razões que contribuíram para que a ALALC apresentasse resultados tímidos: (a) o abandono do “princípio de reciprocidade”, pelo qual o país teria garantida uma elevação das exportações correspondente ao incremento das suas importações da região. O cumprimento do princípio de comércio equilibrado mostrou-se extremamente difícil; (b) o “plurilateralismo”, isto é, a generalização compulsória das concessões revelou muito mais problemas que a concessão bilateral de reduções alfandegárias; (c) a inexistência de uma regulamentação sobre a implantação de novas indústrias, o que fez os países menores temerem a reprodução dentro da América Latina das disparidades entre a região e os países avançados centrais; (d) a ausência de harmonização das políticas macroeconômicas em geral, e das políticas comerciais em particular, foi certamente uma das razões do insucesso da ALALC; (e) a dificuldade de estimar os ganhos da integração dadas as distorções dos preços relativos devidas ao protecionismo. Foi comum associar os resultados da integração aos saldos das balanças comerciais; (f) o princípio de manutenção da “soberania nacional” que predispunha alguns governos desfavoravelmente à integração; (g) o crescimento das próprias desigualdades econômicas intrarregionais, por exemplo a nível dos graus de desenvolvimento industrial; e, (h) um obstáculo grave que impediu o avanço da ALALC foi a oposição de setores e interesses internos a cada país, isto é, de produtores domésticos temerosos da concorrência que as importações dos países da região poderiam significar.

Paralelamente à ALALC, surgiram vários grupos sub-regionais que se uniram em entidades várias e adequaram às suas características nacionais projetos prioritários para constituição de áreas comuns de livre-comércio. Formado pelo Tratado de

Manágua, em dezembro de 1960, o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), nasceu praticamente com o Tratado de Montevideu (ALALC), reunindo a Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e, em 1962, a Costa Rica. O documento constitutivo estatuiu e cumpriu, no prazo de cinco anos (1966), a meta de liberação tarifária de produtos do intercâmbio sub-regional para a constituição de união aduaneira com tarifa externa comum. Com sua sede na capital guatemalteca, o MCCA possui a sua própria nomenclatura aduaneira unificada.

No decorrer dos anos 70, a situação agravou-se na América Central com a eclosão de conflitos armados, que acirravam posições radicais de grupos armados e guerras civis. A Comunidade Européia participou ativamente e com êxito na manutenção de ajuda econômica à América Central, reservando-lhe (1985) cerca de 60% da assistência externa comunitária dada à América Latina, com prioridade para o desenvolvimento das estruturas rurais. Constituído pela Colômbia, México, Panamá e Venezuela, o Grupo Contadora recebeu apoio da CE na procura de solução pacífica para os conflitos (1984-1987). O Brasil uniu-se ao Grupo de Apoio a Contadora (1985) que, posteriormente, viria a constituir o Grupo do Rio (1988).

Os Acordos de Esquipulas (1986) reativaram as atividades do MCCA, dando início à série de reuniões presidenciais e redigindo Plano de Ação (1988) para expansão do movimento de integração, inclusive com substancial ajuda externa. Entendimentos com o México e a Venezuela levaram o acordo-macro para o estabelecimento de zona de livre comércio (1991) que foi considerado o primeiro passo para sua ampliação, com a participação do Grupo dos Três de dois países do Caribe. Mas assim como a primeira associação, “o descontentamento de alguns países com a marcha da integração e com vários aspectos institucionais e comerciais do programa vigente, advindos do conflito entre El Salvador e Honduras, agravaram mais esta situação de crise. Esta crise tem razões muito mais profundas ligadas à própria situação de dependência latino-americana” (Silva, 1990).

Complementadas as atividades da ALALC, surgiram em 1963 e 1964 a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) e o Instituto para Integração da América Latina (INTAL). A CECLA, em 1970, tomou a iniciativa de estabelecer sistema permanente de cooperação com a Comunidade Européia, através do grupo de embaixadores latino-americanos em Bruxelas, o GRULA. O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) foi instituído em 1975, para promover a cooperação e integração regionais, bem como a coordenação dos países-membros da América Latina e do Caribe, no plano internacional.

Vários foram os movimentos para acelerar a “integração” durante os anos sessenta. A Caribbean Free Trade Association (CARIFTA) foi formada em abril de 1968, em Antígua, com a participação de quatro países (Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad-Tobago) e mais sete territórios (Antígua, Dominica, Granada, Montserrat, San Kitts-Nevis, Anguila, Santa Lúcia e São Vicente), aos quais Beliza aderiu em 1971. Os objetivos da associação eram a expansão, diversificação e eliminação de barreiras ao intercâmbio comercial, assegurando o crescimento econômico da região. Em 1973, os quatro países mencionados firmaram o tratado constitutivo do Mercado Comum do Caribe (CARICOM), ao qual aderiram, em 1974, os demais oito territórios integrantes da CARIFTA. Os gravames sobre importações procedentes da área foram reduzidos para 90%, estabelecendo-se tarifa aduaneira e regras comuns de comércio extrazonal.

O CARICOM beneficiou-se, sobretudo, da Iniciativa do Caribe que lhe permite livre acesso, por duração indefinida, aos mercados dos Estados Unidos e do Canadá.

O Pacto Andino foi um dos exemplos mais representativos de um acordo sub-regional, proveniente da não concretização do mercado comum sob as perspectivas citadas anteriormente, mas que, por possuir muitos indícios de influências estrangeiras ligadas ao capital internacional, além do atraso de implantação dos programas, acabou por enfraquecer esta “nova” tentativa de integração entre alguns países latino-americanos. Ainda, os países localizados no Cone Sul, por falta de efetividade dos outros programas, adotaram medidas que os aproximassem.

agilizar o processo de liberalização do intercâmbio, intensificar a programação industrial, canalizar recursos públicos e investimentos estrangeiros para a área e harmonizar as políticas econômicas e sociais peculiares àquela sub-região. Nestes aspectos, o Grupo Andino evoluía de zona de livre comércio para a constituição de união aduaneira. Ou seja, a elaboração conjunta de esquema progressivo de liberação de impostos sobre comércio intrazonal, concomitantemente ao estabelecimento de tarifa externa comum.

O Acordo de Integração Andina registrou progressos sobre a ALALC pela criação de órgãos permanentes, bem como moeda escritural de caráter regional (peso andino), visivelmente inspirados nos mecanismos similares da Comunidade Européia. Dois membros, Equador e Bolívia, gozam de regimes especiais para lhes favorecerem o crescimento económico mais rápido. Por ocasião da assinatura do Acordo de Integração Sub-regional, a ALALC confirmou a compatibilidade do Grupo Andino com o I Tratado de Montevideu, reconhecendo inclusive às nações de menor desenvolvimento relativo, ao aderirem ao Pacto Andino, tratamento similar ao concedido à Bolívia e ao Equador.

Constatados progressos iniciais, o novo esquema da costa do Pacífico passou a enfrentar crises institucionais. Em 1976, o Chile sob a ditadura Pinochet retirou-se do Grupo, alegando prejuízos decorrentes de normas concernentes aos investimentos estrangeiros e à tarifa externa comum. Neste último aspecto, alguns países relutaram em aceitar o regime tarifário e as limitações ao influxo de capitais estabelecidos para implementação do Programa Setorial de Desenvolvimento Industrial. Com a instalação do regime-forte Fujimori, no Peru, este país foi boicotado no Grupo Andino.

A partir da década de 70, as relações comerciais entre Argentina, Brasil e Uruguai caracterizam-se pela utilização de vários convênios bilaterais de complementação económica.

A partir da década de 70, as relações comerciais entre Argentina, Brasil e Uruguai caracterizam-se pela utilização de vários convênios bilaterais de complementação econômica.

Foi desta maneira que, em 1973, através da Ata das Cataratas, ocorreu a assinatura de um tratado entre o Brasil e o Paraguai, com vistas à construção da usina de Itaipu, em trecho contíguo a ambos países, no rio Paraguai.

A seguir surgiu o Acordo de Cooperação Econômica (CAUCE), em 1975, entre a Argentina e o Uruguai e o Protocolo de Expansão Comercial (PEC), em 1976, entre o Uruguai e o Brasil, medidas essas que foram fontes importantes para a dinamização do comércio exterior do Uruguai (Quijano, 1991).

Em 1979, através de um acordo tripartite - Brasil, Paraguai e Argentina - chega-se a um denominador comum: a Argentina aceita o complexo de Itaipu como sendo uma obra irreversível e o Brasil permite que Buenos Aires e Assunção construam, conjuntamente, a usina de Corpus.

Em 1980, reconhecendo o fracasso da ALALC, surge em seu lugar, através da assinatura do Tratado de Montevideu, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), impulsionada pelo aumento da retórica integracionista em face da crise do petróleo dos anos 70, o que estimulou a princípio o comércio intra-regional, mas que, devido ao contexto recessivo internacional, foi bastante limitado.

A ALADI previa novos mecanismos, com objetivos mais limitados e caracterizados por maiores realismo e flexibilidade. Buscava-se compatibilizar acordos bilaterais ou sub-regionais ao aparelho institucional pré-existente, visando agora à integração econômica por convergência, a partir de acordos mais limitados do ponto de vista setorial ou geográfico.

Entre os instrumentos multilaterais, a Preferência Alfandegária Regional (PAR) tem especial importância como antecedente do MERCOSUL. Ela entrou em vigor em

1984 e determinou a redução percentual das tarifas alfandegárias para importação de produtos regionais entre os países membros da ALADI.

As preferências negociadas foram estabelecidas segundo três tipos de países: (a) os de menor desenvolvimento relativo (Equador, Bolívia e Paraguai); (b) os países de desenvolvimento intermediário (Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela); (c) os demais países definidos como os de maior desenvolvimento relativo (Argentina, Brasil e México).

A PAR aplica-se a todo o universo alfandegário, exceto por uma lista de produtos que cada país considera “sensíveis”, porém dentro de uma quantidade limitada de acordo com os diferentes tipos de países: quanto menor é o grau de desenvolvimento do país, maior a lista de produtos “sensíveis”. Cabe destacar que a extensão dessas listas de exceções tem limitado seriamente o êxito do mecanismo, a ponto de somente canalizar 20% do comércio regional. Em paralelo à PAR negociaram-se nada menos que 130 acordos de alcance parcial. Os convênios bilaterais que triangularizam as relações comerciais entre Argentina, Brasil e Uruguai denominam-se Acordos de Complementação Econômica (ACE), mas sua utilização não têm se estendido além dos países do Cone Sul.

As perspectivas da ALADI são ainda, porém, tímidas, em função da limitação das margens de preferência face à ampla heterogeneidade dos patamares de tarifação nos países da área.

Segundo Teixeira (1991) a ALADI abriu caminho para a criação do MERCOSUL, pois propunha inicialmente uma zona de preferências comerciais a ser formada mediante a celebração de Acordos de Alcance Parcial entre dois ou mais países. Neste estágio de integração tem-se tarifas preferenciais entre os países.

Sintetizando, a experiência ALALC/ALADI foi relativamente modesta, porém válida. O enfraquecimento ocorreu, porque seus membros preferiram manter o intercâmbio comercial, principalmente com os EUA e a Europa, em vez de elevar o

comércio intra-regional. A viabilidade do sistema foi reduzida, devido à heterogeneidade de desenvolvimento industrial e econômico, a dificuldades de transporte e de comunicação entre o sul e o norte da América Latina e à contrastante superioridade tecnológica ou financeira de alguns países em relação a outros. O México entrou na órbita de influência econômica dos EUA com adesão ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e houve a formação de um subsistema denominado Pacto Andino. Enquanto a ALALC atuava em base de negociações multilaterais, a ALADI passou a incorporar entendimentos bilaterais, reconhecendo, como a Comunidade Européia, interesses nacionais, concedendo tratamentos especiais a países menos desenvolvidos.

2.4 A Integração econômica nos anos oitenta e noventa

Embora a idéia da integração econômica tenha começado a ter vigência na América Latina em inícios da década de 50, sob o impulso da CEPAL, só modernamente é que a região pode dar significativos passos em direção à uma integração mais efetiva.

Frustrados frente à impossibilidade de atingir ou reformular os objetivos propostos nos modelos tradicionais de integração econômica, alguns países da América Latina procuraram novos modelos, para enfrentar os desafios da economia competitiva globalizada deste final de milênio. Enfrentaram, também, a consolidação de poderosos blocos regionais e o acirramento da concorrência internacional.

Os projetos de integração, em andamento, passaram por uma profunda reformulação, principalmente os da Comunidade do Caribe, do Mercado Comum Centro Americano e do Pacto Andino. O fortalecimento das relações bilaterais, por meio de novos acordos de complementação econômica e de livre comércio, foi a saída encontrada por diversos países.

Os acordos entre Brasil e Argentina, incorporando lições do passado, propõem um processo mais gradual, progressivo e realista que as tentativas anteriores. Em novembro de 1985, em Foz do Iguaçu, o encontro entre os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney produz a Declaração de Iguaçu, em que se afirma a necessidade da união de esforços para a defesa conjunta dos interesses argentino-brasileiros no plano internacional.

Em junho de 1986, em Buenos Aires, os presidentes da Argentina e do Brasil assinam a Ata para a integração Brasileiro-Argentina e mais doze protocolos, iniciando o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países.

Ainda, em dezembro de 1986, em Brasília, é assinada a Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, que eleva para dezessete o número de protocolos do Programa. Em função de negociações posteriores, o Programa é ampliado, passando a abranger vinte e quatro protocolos que contemplam os mais diversos temas, com prioridade para a expansão comercial e a troca de conhecimentos técnico-científicos em áreas como energia nuclear e biotecnologia, mas incluindo também a cooperação cultural para o treinamento de recursos humanos em vários campos de atividade.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, manifesta explicitamente a intenção integracionista em seu título I (dos princípios fundamentais), artigo 4º (dos princípios nas relações internacionais), parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Em novembro de 1988, em Buenos Aires, assina-se o Tratado de Integração e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, depois aprovado pelos dois congressos nacionais em agosto de 1989, visando à formação de um Mercado Comum entre os dois países no prazo de dez anos. Ainda, em 1988, foram assinados 11 protocolos visando um maior intercâmbio comercial, criação de empresas binacionais, etc. (Catania, 1990).

Marques (1991) cita várias tentativas de integração econômica através de relações bilaterais que contribuíram para o surgimento do MERCOSUL, ou seja, a celebração do Acordo Tripartite já mencionado neste trabalho, sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná; o Convênio de Cooperação Nuclear de 1980; a Ata de Iguaçu em 1985 e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988.

Em virtude das necessidades do próprio processo de desenvolvimento mundial, ou seja, da formação de blocos, em julho de 1986 foi assinada a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, onde ficou decidido “estabelecer o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (...)” (Macadar e Bello, 1990).

Iniciou-se, já com os primeiros protocolos de integração e cooperação assinados, um processo de discussões no sentido de se efetivarem medidas para a retomada do crescimento, onde a recuperação dos investimentos e a difusão de inovações tecnológicas estivessem relacionadas com o processo de integração, proporcionando a recuperação crescente das economias destes países. Neste período, o Uruguai inseriu-se no movimento dos países vizinhos.

Na década de 90 inicia-se uma tendência para a segmentação da economia mundial em blocos regionais que se caracterizam por agrupamento de países menos industrializados, em torno de um ou mais países centrais, com o objetivo principal de substituir a concorrência entre nações pela concorrência entre regiões. Os processos de integração estão se efetivando como estratégia de defesa à formação de outros blocos como tentativa de aumentar o nível de competitividade de modo a garantir sua sobrevivência e inserção no cenário internacional.

Em 1991, em documento divulgado pela CEPAL já se mencionava a aproximação entre o Brasil e a Argentina, indicando uma nova fase na integração latino-americana, dando ênfase na abertura simultânea do comércio regional e internacional, através da eliminação de todo tipo de barreiras ao intercâmbio, e da

efetiva integração entre as economias a partir da complementação e a criação do comércio.

Em 1991, já com a inserção do Paraguai, concretizou-se o Tratado de Assunção, que colocou efetivamente em andamento o projeto de integração, através da criação do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

2.5 MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

Quatro países escolhem uma forma de assumir suas inter-relações, bem como de conviver com a comunidade econômica mundial.

Em meados de 1990, os presidentes do Brasil e da Argentina, Fernando Collor de Mello e Carlos Meném, respectivamente, firmaram a Ata de Buenos Aires, fixando o prazo de 31 de dezembro de 1994 para a consolidação efetiva do Mercado Comum entre o Brasil e a Argentina, estabelecendo como principal objetivo do processo de integração as reduções tarifárias lineares, generalizadas e automáticas, até atingir tarifa zero. Atribuíram, ainda, ao mercado o papel do mecanismo principal de alocação de recursos e cerceia-se a capacidade governamental de alocar diretamente recursos produtivos e localizações (CEPAL, 1992). No mesmo ano, ainda, tanto o Paraguai como o Uruguai foram convidados para fazerem parte desse processo em andamento.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai entrou em vigor em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção pelos governos destes respectivos países, baseando-se em fatos históricos de cooperação e na convergência das políticas macroeconômicas. Os presidentes ponderaram que a unificação dos mercados era requisito essencial para o desenvolvimento econômico e a melhor opção para inserir, de maneira conveniente, os países-membros no âmbito internacional. O Tratado consta de seis capítulos, vinte e

quatro artigos e cinco anexos e logo no seu preâmbulo pode-se confirmar a intenção dos Estados-Partes com relação ao processo de integração onde “a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (Brasil, 1991, p. 37).

Os pontos mais importantes do MERCOSUL são: a abertura comercial e integração econômica dos quatro países até dezembro de 1994; maior competitividade no comércio internacional, decorrente da complementarização das economias dos quatro países; a promoção de um meio ambiente melhor para investimentos na região e o fortalecimento de economias de escala.

Já no primeiro artigo, é estabelecido como objetivo constituir um Mercado Comum que deverá estar consolidado a 31 de dezembro de 1994 ou seja, no curto espaço de quatro anos, e que esse mercado comum implicará:

“A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração” (Brasil, 1991, p. 37).

Hirst (1992), sintetiza o artigo primeiro do Tratado de Assunção reforçando que um Mercado Comum requer: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os quatro países membros; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados membros; e o compromisso destes Estados de harmonizarem suas legislações nas áreas correspondentes.

No Tratado, os governantes assumiram, também, o compromisso de respeitar os acordos anteriores, firmado pelas quatro nações, principalmente no âmbito da ALADI.

Entre setembro e outubro de 1991, os congressos nacionais dos países membros ratificaram os termos do Tratado de Assunção.

A semelhança das estratégias econômicas nacionais e a eficaz coordenação das políticas macroeconômicas dos quatro países, foram os requisitos fundamentais para o sucesso dessa fase de integração. Portanto, os primeiros resultados positivos dos programas de ajuste econômico demonstraram que os instrumentos utilizados foram corretos e que os objetivos do Tratado de Assunção poderão ser alcançados.

Na verdade, os acordos entre Brasil-Argentina, assinados em 1985 pelos presidentes dos dois países, e, as negociações iniciadas em setembro de 1990 para a formação de um “Mercado Comum do Sul”, para englobar também o Paraguai e o Uruguai, contribuíram para o surgimento do MERCOSUL.

O Tratado de Integração Brasil-Argentina norteou os termos e parâmetros do Tratado de Assunção e estabeleceu a intenção de se constituir, até dezembro de 1994, um mercado comum.

O Tratado de Assunção busca à criação de um “mercado comum” que como forma de integração prevê a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os quatro países através da eliminação dos direitos alfandegários e das

restrições não tarifárias à circulação de mercadorias ou qualquer outra medida de efeito equivalente.

O Tratado prevê, ainda, a redução a zero das tarifas alfandegárias entre os países membros e tarifas iguais para o resto do mundo e a articulação das políticas macroeconômicas e setoriais entre os quatro países - políticas fiscal, monetária, agrícola, cambial, industrial, de transporte, entre outras que se fizerem necessários.

Segundo Branco (1991), dos pontos elencados no Tratado de Assunção, os Estados membros procuraram o desenvolvimento econômico e social como o principal objetivo deste mercado comum.

O artigo do DIEESE (1992) coloca que a idéia do MERCOSUL está vinculada à pregação de abertura dos mercados, da “modernidade”, e da livre circulação de mercadorias e mão-de-obra. Como surge com a onda neoliberal que invade a América Latina, toda a ênfase é posta na questão dos ganhos de escala e no aumento de produtividade, enquanto que a questão social é ignorada.

Em seu trabalho, Hirst (1992) aponta como principal objetivo da integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a criação de um espaço econômico integrado entre o Brasil e os países do Cone Sul. Ainda segundo a autora, os principais desafios do MERCOSUL, serão o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a harmonização das políticas macroeconômicas.

Além dos objetivos apontados anteriormente, o MERCOSUL enquanto integração regional visa ampliar o potencial produtor-consumidor de uma região ao gerar economias de escala, beneficiando tanto a produção como o consumo regional. Ainda, pode possibilitar o fortalecimento das economias através da inserção competitiva no mercado mundial, tornando os investimentos mais atrativos nas regiões participantes deste processo.

O MERCOSUL é sem dúvida uma tentativa ambiciosa de se formar uma área de mercado comum pois, segundo os países que assinaram o Tratado de Assunção, a

integração levaria a uma ampliação dos mercados de tal sorte que todos seriam beneficiados: os consumidores teriam uma maior quantidade de bens à sua disposição a preços reduzidos e os produtores que sobrevivessem à competição teriam um mercado muito maior para os seus produtos.

2.5.1 O período de transição

No período compreendido entre a assinatura do Tratado de Assunção e a instauração do Mercado Comum, foram negociados alguns instrumentos para facilitar a constituição do Mercado Comum, entre eles:

- a) um programa de liberalização gradual do comércio, que consistiu em reduções tarifárias progressivas e lineares, além do compromisso da eliminação das restrições não tarifárias de qualquer natureza;
- b) a coordenação das políticas macroeconômicas, que se realizou com a desgravação tarifária e com a eliminação das restrições não tarifárias;
- c) uma tarifa externa comum;
- d) a adoção de acordos setoriais.

2.5.2 A estrutura do MERCOSUL

A execução do Tratado de Assunção está a cargo de dois órgãos distintos, sendo:

a) Conselho do Mercado Comum - é o órgão superior que cuida da condução da política do processo de integração e da tomada de decisão para o cumprimento dos objetivos do Tratado de Assunção. É composto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos Estados-Membros; e

b) Grupo Mercado Comum - é o órgão executivo do MERCOSUL e tem a função de coordenar os subgrupos de trabalhos técnicos, formular sugestões e propor medidas concretas para cumprimento das obrigações assumidas pelos países. O Grupo é integrado apenas pelos Ministros de Relações Exteriores dos Estados-Partes.

Com o objetivo de facilitar o avanço até a conformação do Mercado Comum, estabeleceu-se uma Comissão Parlamentar Conjunta como canal de representação dos parlamentos dos quatro países, de caráter consultivo e deliberativo, com suas atribuições específicas.

O artigo 18 indica que “antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados-Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões” (Brasil, 1991, p. 39).

Agregaram-se a essa estrutura conforme podemos ver no figura 2.1 a seguir:

a) a Comissão de Comércio do MERCOSUL que assiste o Grupo Mercado Comum, zelando pela aplicação dos principais instrumentos de política comercial comum pelos Estados-Partes para funcionamento da união aduaneira e acompanha o desenvolvimento dos temas e matérias relacionadas às políticas comerciais comuns ao comércio intra-MERCOSUL e a terceiros países;

b) A Secretaria Administrativa do MERCOSUL que presta apoio operacional e serviços aos órgãos do MERCOSUL; a sede permanente é em Montevideu, no Uruguai, conforme decisão da reunião de presidentes, em Fortaleza, com funções e atribuições específicas; e

c) O Foro Consultivo Econômico-Social de caráter consultivo privado, que permite aos diferentes setores da sociedade (sindicatos, consumidores, sociedade civil em geral) encaminhar seus pleitos e proposições aos órgãos de decisão.

Figura 2.1 - A estrutura do MERCOSUL

O Tratado está aberto à adesão dos demais países-membros da ALADI, mas as solicitações somente poderão ser encaminhadas depois de cinco anos de vigência do

Tratado. A única exceção é para os países-membros da ALADI que não fazem parte de outros esquemas de integração sub-regional ou de associação extra-regional.

Em novembro de 1991 foi registrado na ALADI o Acordo de Complementação Econômica número 18 (ACE-18), inscrevendo o Tratado de Assunção como um Acordo de Alcance Parcial entre quatro membros dessa Associação.

O Tratado de Assunção apresenta, ainda, cinco anexos, cuja constituição segue aqui:

a) Anexo I - estabelece o sistema progressivo de redução das tarifas alfandegárias e das listas de exceções contempladas no comércio entre os quatro países;

b) Anexo II - institui o regime de qualificação de origem, isto é, são estabelecidos graus mínimos de nacionalização dos produtos para que esses bens recebam o tratamento de nacionais e se beneficiem do programa de desgravação;

c) Anexo III - trata da sistemática que será utilizada para a solução de controvérsias;

d) Anexo IV - regula a aplicabilidade de cláusulas de salvaguarda à importação;

e) Anexo V - fixa um prazo de trinta dias após a entrada em vigor do Tratado para a criação de subgrupos de trabalho necessários à coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais. Foram previstos dez subgrupos com a finalidade de tratar assuntos específicos para a concretização do Mercado Comum.

2.5.3 Regime geral de origem

As regras de origem são estabelecidas por um grupo de países que fazem parte de um esquema preferencial, pelas seguintes razões:

- a) evitar distorções no comércio quando os países membros mantêm tarifas de importação diferenciadas em relação a terceiros países;
- b) obtenção de vantagens proporcionadas pelo esquema preferencial, ao comprovar que mercadorias importadas de países membros sejam efetivamente produzidas neles ou tenham sofrido uma transformação substancial;
- c) comodidade no intercâmbio de mercadorias quando estas cumprem os requisitos para seu ingresso em qualquer um dos países membros.

2.5.4 Solução de controvérsias

Na primeira reunião de cúpula, em 1991, denominada Protocolo de Brasília, foi estabelecido um inédito sistema de solução de controvérsias sobre a interpretação, aplicação ou descumprimento dos acordos celebrados no âmbito do MERCOSUL. O sistema baseia-se em instrumento de caráter jurídico, portanto, obrigatório.

A agilidade na criação de um sistema viável para solucionar controvérsias preenche a necessidade básica de dotar o MERCOSUL de um mecanismo jurídico prático e eficaz.

2.5.5 Cláusula de salvaguarda

A cláusula de Salvaguarda prevista no Tratado de Assunção foi utilizada exclusivamente no comércio entre os países do MERCOSUL, não afetando o comércio com terceiros. A medida destinava-se a corrigir eventuais distorções que o processo de desgravação pudesse provocar durante a fase de transição.

A resolução 6/93 do Grupo Mercado Comum estabelecia os procedimentos para aplicar a cláusula de salvaguarda no MERCOSUL como um recurso aplicável “às importações de determinado produto, originário ou proveniente dos países do MERCOSUL quando o sensível aumento das mesmas produzidas por um curto período provoque ou ameace provocar dano grave a seu mercado nacional”.

2.5.6 A Tarifa externa comum - TEC

O artigo 5 do Tratado de Assunção prevê o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a coloca como um instrumento de incentivo à “competitividade externa dos Estados-Parte” durante o período de transição. A TEC é importante para garantir o futuro da integração. Para o Brasil, ela se torna importante, uma vez que o crescimento do comércio regional com taxas mais baixas nos demais Estados-Parte pode afetar o parque industrial brasileiro, via desvio de comércio.

Como previsto pelo Tratado de Assunção, no dia 1º de janeiro de 1995 o MERCOSUL avançou para uma área de livre comércio, embora apresentando uma lista de produtos em regime de adequação, e para uma união aduaneira imperfeita, com uma Tarifa Externa Comum (TEC) entre 0 e 20% para aproximadamente 90% do universo alfandegário (Rego, 1995).

2.6 O MERCOSUL e as novas parcerias

A primeira metade dos anos 90 foi marcada pelo pacto comercial celebrado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Já a segunda metade tem seu início caracterizado pelas iniciativas de articulação com outros países ou grupos de países.

Os países que constituem o MERCOSUL encaram sua associação como um meio de aproximar a região dos objetivos definidos pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). O Tratado de Assunção declara que o bloco deve ser considerado como uma etapa do processo de integração da América Latina. O MERCOSUL é uma plataforma para a inserção dos países membros na economia internacional.

O caráter aberto do bloco evidencia-se de duas formas: por um lado, existe a possibilidade de adesão de novos membros, prevista no artigo 20 do Tratado; por outro, ocorrem as negociações com países ou esquemas regionais.

Nos últimos tempos, a agenda externa vem ampliando-se consideravelmente, tendo se revelado geograficamente diversificada, envolvendo iniciativas nos planos regional, hemisférico e extra-hemisférico. Três temas constituem os pontos principais dessa articulação:

a) a renegociação, no formato 4 + 1, dos acordos firmados bilateralmente pelos parceiros do MERCOSUL com os demais países da ALADI, especificamente, Chile, Bolívia, México e o restante do Pacto Andino - Peru, Venezuela, Equador e Colômbia. É uma primeira etapa para a celebração de acordos de livre comércio, que, por sua vez, abrirá caminho para a formação da Área de Livre Comércio Americana (ALCA). Além disso, esse tipo de negociação procura evitar perfurações à Tarifa Externa Comum (TEC);

b) as negociações relacionadas com a constituição de uma Área de Livre Comércio Americana (ALCA), previstas para se encerrarem até o ano de 2005; e

c) as negociações envolvendo o acordo UE-MERCOSUL.

2.6.1 Chile

O Acordo de Complementação Econômica (ACE) entre os países do MERCOSUL e o Chile foi assinado em junho de 1996, passando a vigorar em primeiro de outubro do mesmo ano. O acordo permite integrar o Chile, de forma parcial, através de uma zona de livre comércio, abrangendo unicamente a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio, num período médio de dez anos, sem que o mesmo seja obrigado a adotar as alíquotas de importação da TEC. O objetivo original chileno incluía, ainda, a liberalização nas áreas de serviços e investimentos, regras de solução de controvérsias e garantia de acesso bilateral aos mercados de bens e serviços.

Já em meados da década de 70, o Chile iniciou um processo de liberalização comercial, com ênfase na unilateralidade e caracterizado pela existência de tarifas baixas. Enquanto a alíquota média de importação do bloco MERCOSUL, adotada a partir de primeiro de janeiro de 1995, ainda está na faixa dos 20%, o Chile, opera com tarifas médias de importação de 11%.

Desde 1991, o país orienta a sua estratégia de comércio exterior para acordos bilaterais ou regionais, entre os quais se destaca a negociação com o MERCOSUL. Somente no início de julho de 1994 é que o Chile manifestou oficialmente a intenção de associar-se ao MERCOSUL, em regime de área de livre comércio.

2.6.2 Bolívia

Com a finalidade de formar uma zona de livre comércio reduzindo as tarifas no prazo de dez anos, o MERCOSUL e a Bolívia definiram as bases para a entrada em vigor, a partir de 01/01/97, de um novo Acordo de Complementação Econômica.

A Bolívia não poderia ingressar como membro pleno no MERCOSUL, uma vez que, no Tratado de Assunção, há uma cláusula assinalando que, em um prazo de cinco anos de sua vigência, não poderão fazer parte do bloco os países que pertencem a outros acordos regionais. A saída então foi a negociação de um acordo de livre comércio.

Em 1994, a Bolívia começou a participar como observadora das reuniões semestrais do Conselho do Mercado Comum. Na cúpula presidencial de Fortaleza, celebrada em dezembro de 1996, o MERCOSUL e a Bolívia assinaram o ACE, do qual consta o Programa de Liberalização Comercial que, de forma paulatina e automática, liberalizará o comércio recíproco. No comunicado final, foi anunciado o desejo de concluir as negociações ainda em 1997. O Acordo teve a sua implementação adiada por quatro meses, de primeiro de janeiro (a data preliminarmente fixada pelos negociadores) para 30 de abril de 1997.

O novo Acordo substitui o ACE 34, acertado em dezembro de 1995, por intermédio do qual foram unificadas as concessões oferecidas pelos membros do MERCOSUL e pela Bolívia, um a um.

O Acordo com a Bolívia inclui aspectos normativos vinculados às restrições não tarifárias, regime geral de origem, medidas de salvaguarda e mecanismos de solução de controvérsias. O Acordo será benéfico se criar condições para melhorar a posição dos exportadores no MERCOSUL e contribuir para a atração de investimentos destinados a melhorar a limitada oferta exportável atual.

2.6.3 Reflexos da entrada do Chile e Bolívia no MERCOSUL

As associações do Chile e da Bolívia ao MERCOSUL foram por razões diferentes. O Chile traz para o MERCOSUL sua reconhecida eficiência exportadora. Reconhece com sua associação à primeira etapa do MERCOSUL, isto é, na Zona de Livre Comércio, que seria imprudência ignorar o bloco regional de seus vizinhos e, especialmente para o Brasil, viabiliza o Pacífico. A associação da Bolívia, um dos componentes do Pacto Andino, tem a importância estratégica da abertura para negociações com o Bloco Andino, caminhando em direção à formação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). Ela beneficia especialmente o Brasil e passa pelo imenso gasoduto que vai proporcionar uma significativa redução de custos e alavancar o desenvolvimento de regiões com deficiência de suprimento energético.

A Bolívia ganha com o MERCOSUL o acesso ao mar, em direção ao Pacífico, pelo Chile, e ao Atlântico, pelo Brasil. Para o MERCOSUL, a Bolívia não tem a mesma expressão que o Chile, comercialmente. Mas, o Acordo representa um passo importante, no sentido de constituir uma rede de acordos de livre comércio sul-americanos, vinculados à união aduaneira.

2.6.4 Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

A proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), prevista para março de 1998, abrange todo o continente americano, do Alasca à Terra do Fogo, e acompanha a tendência de liberalização comercial em todo mundo. Tem como um dos objetivos eliminar as barreiras comerciais existentes entre os países da região, para criar um mercado comum, mediante a suspensão da cobrança de tarifas aduaneiras. Envolve uma população de 800 milhões de pessoas, aproximadamente, e

um PIB estimado em US\$ 8,8 trilhões. No continente existe cinco blocos econômicos, a saber: NAFTA, MERCOSUL, Pacto Andino, CARICOM e Mercado Comum Centro-Americano.

Os princípios adotados para a criação da ALCA incluem: a maximização da abertura dos mercados com base nos acordos existentes no hemisfério; a plena convergência dos dispositivos da Organização Mundial do Comércio - OMC; a abrangência de todas as áreas contempladas no Plano de Ação, o que demonstra a intenção de ampliar as áreas de que tratam os acordos negociados pelo GATT, na Rodada Uruguai. Todas as siglas utilizadas neste capítulo se encontram no Apêndice A.

3 CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL

3.1 Perfil dos países do MERCOSUL

O programa do MERCOSUL, estabelecido pelo Tratado de Assunção, abrange uma área de 11,9 milhões de quilômetros quadrados, equivalendo aproximadamente a 9% da superfície ocupada por todos os países do mundo, onde estão cerca de 200,9 milhões de habitantes que, em 1994, correspondiam a 43% da população da América Latina e a 73% da população dos Estados Unidos e um PIB da ordem de US\$ 1.011,1 bilhões (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1 - MERCOSUL - Dados Gerais - 1995

Indicadores	BRASIL	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
População (milhões)	159	33,9	4,8	3,2	200,9
Área (milhões Km ²)	8,5	2,8	0,4	0,2	11,9
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	18,3	12,2	11,4	17,6	17
Taxa de Natalidade (nasc/1000hab)	23,3	20,3	33,1	17,1	23,4
PIB (bilhões US\$)	701,5	282,8	9	17,8	1011,1
PIB per capita (US\$)	4.411	8.342	1.875	5.562	5.033
Crescimento do PIB (%)	4,2	-4,4	4,7	-2	1,5
Exportações (US\$ bilhões) - FOB	46,5	20,9	1,9	2,1	71,4
Importações (US\$ bilhões) - FOB	49,7	18,7	3	2,6	74,3
Saldo Balança (US\$ milhões)	-3,2	2,2	-1,4	-0,5	-2,9
Reservas (US\$ bilhões)	49,7	14,3	1	1,1	66,1

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EUI). Londres, 1996.

3.2 Desempenho do Brasil no comércio internacional

O Brasil, a partir de 1980, vinha apresentando saldos comerciais significativos, dentro de uma política de comércio exterior que incentivava as exportações e continha as importações, seguindo os imperativos das negociações da dívida externa brasileira. Assim, por 15 anos, aproximadamente, o país apresentou saldos positivos na sua balança comercial.

As exportações brasileiras evoluíram de US\$ 20,1 bilhões em 1980, para US\$ 47,7 bilhões em 1996. O crescimento global desses dezesseis anos foi de 137%. Cabe ressaltar que de 1991 para 1992 o crescimento foi de 13%, e de 1992 para 1993, de 8%, contrastando com o crescimento mundial de apenas 4%. (ver Tabela 3.2 e Gráfico 3.1).

O desempenho do Brasil em 1992 e 1993 reverteu um quadro de estagnação de 1990 e 1991, quando as exportações caíram de US\$ 34,4 bilhões em 1989 para US\$ 31,4 bilhões em 1990 e US\$ 31,6 bilhões em 1991, aproximadamente, voltando a evoluir a partir de 1992. (Ver Tabela 3.2).

Tabela 3.2 - Brasil: intercâmbio comercial
Totais Gerais (US\$ Milhões) FOB

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1980	20.132	22.955	-2.804
1981	23.293	22.091	1.202
1982	20.175	19.395	779
1983	21.899	15.429	6.470
1984	27.005	13.916	13.098
1985	25.639	13.153	12.471
1986	22.349	14.044	6.294
1987	26.224	15.051	11.174
1988	33.789	14.605	19.186
1989	34.383	18.263	16.125
1990	31.414	20.661	10.752
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.308
1993	38.555	25.256	13.009
1994	43.545	33.079	10.583
1995	46.506	49.858	-3.352
1996	47.747	53.286	-5.539

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

As importações brasileiras atingiram cerca de US\$ 23 bilhões em 1980 e US\$ 53 bilhões em 1996. A média de importações, que no início de 1980 girava em torno de US\$ 20 bilhões, caiu para US\$ 15 bilhões no período de 1983 a 1988, só se recuperando em 1989, mostrando que a economia brasileira era extremamente fechada. Em 1996, tanto em relação às exportações quanto às importações, os dados apontam recordes históricos de desempenho, com valores de US\$ 47.747 milhões e US\$ 53.286 milhões, respectivamente, que representam aumentos de 2,67% e 6,88% em relação ao ano de 1995, apresentando um saldo negativo de US\$ 5.539 milhões. Embora as importações tenham crescido 6,88% sobre o ano de 1995, essa taxa de

crescimento foi bastante inferior à da comparação 95/94 (50,13%), indicando a progressiva estabilização da corrente importadora após a fase inicial de abertura.

**Tabela 3.3 - Brasil: Exportações - Totais por Blocos
(US\$ Bilhões) FOB**

Blocos	1980	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
B. Europeu	6,8	11,4	10,5	10,4	11,1	10,4	10,6	13,4	12,1
B. América do Norte	4,2	9,6	8,6	7,5	8,5	9,3	8,5	9,8	8,2
B. Asiático	1,6	5,3	5	5,4	5,3	5,8	5,9	7,5	5,8
América do Sul	3	3,1	2,7	4,2	6,5	8,2	7,3	9,5	9,1
Mercosul	1,8	1,4	1,3	2,3	3,9	5,4	5,9	6,2	7,3
Resto do Mundo	4,6	5,1	4,5	4,2	4,7	5	5,4	6,3	5,2
Mundo	20,1	34,4	31,4	31,6	35,9	38,7	43,6	46,5	47,7

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Em termos de valores globais, o principal parceiro do Brasil continua sendo o Bloco Europeu (UE - União Européia e EFTA - European Free Trade Association) destino de US\$ 12,1 bilhões, ou seja, 26,8% das exportações totais, aproximadamente. A seguir vem o Bloco América do Norte formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, para onde o Brasil exportou cerca de US\$ 8,2 bilhões em 1996, ou seja, 19,3% das exportações aproximadamente. Para o MERCOSUL foram destinados, em 1996, cerca de US\$ 7,3 bilhões, ou seja 15,3% das exportações totais. (Ver Tabela 3.3). É importante observar que a participação do MERCOSUL que vinha crescendo rapidamente, não se alterou muito no ano de 1995 em relação a 1994. Em termos de crescimento, as exportações que mais cresceram foram para o Bloco Asiático com 21%. As exportações para o NAFTA apresentaram decréscimo com -7,1%. As exportações do Brasil para o MERCOSUL apresentaram um crescimento inferior à média de crescimento do Brasil como um todo.

**Tabela 3.4 - Brasil: Importações do Brasil por blocos de origem
(US\$ Bilhões) FOB**

Blocos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
B. Europeu	4,8	5,3	5,7	5,5	6,9	9,6	12,3	14,2
B. América do Norte	4,5	5	5,7	5,7	6,9	7,9	10,4	11,3
B. Asiático	1,6	1,7	1,8	1,7	2,9	4,8	7,9	8,1
América do Sul	3,1	3,4	3,5	3,3	4,4	6	6,8	6,3
Mercosul	2,2	2,3	2,3	2,2	3,3	4,6	6,8	8,3
Resto do Mundo	4,2	5,3	4,5	4,4	4,6	4,7	5,5	5,1
Mundo	18,3	20,7	21	20,6	25,2	33,1	49,7	53,3

Fonte SECEX

O principal parceiro comercial do Brasil em 1995, levando-se em consideração as importações continua a ser o Bloco Europeu, de onde o Brasil importou cerca de US\$ 14,6 bilhões. Do MERCOSUL o Brasil importou US\$ 6,8 bilhões, em 1995. Em termos de crescimento, as importações que mais cresceram foram as do Bloco Asiático (65%), seguido do NAFTA (57%) e da América do Sul e do Bloco Europeu com 52%. (ver Tabela 3.4). A definição dos blocos encontra-se no Apêndice B.

Em 1996, o Brasil exportou US\$ 47,7 bilhões, sendo US\$ 12,2 bilhões de produtos básicos, e US\$ 34,7 bilhões em industrializados. Destes, US\$ 8,3 bilhões foram semimanufaturados e US\$ 26,4 bilhões manufaturados. O crescimento nos últimos dezesseis anos foi de 41,9% nos básicos, 204,4% nos industrializados, sendo 245,8% nos semimanufaturados e 193,3% nos manufaturados. (ver Tabela 3.5).

**Tabela 3.5 - Brasil: Exportação por fator agregado
(US\$ Bilhões) FOB**

Anos	Básico (a)	Semimanu faturado (b)	Manufaturado (c)	Industrializado (b+c)	Total
1980	8,6	2,4	9	11,4	20
1990	8,7	5,1	17,2	22,3	31
1992	8,9	5,8	21,2	27	35,9
1995	11	9,1	25,6	34,7	45,7
1996	12,2	8,3	26,4	34,7	46,9
Taxa Crescimento (80/96)	41,9	245,8	193,3	204,4	133,3

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

As exportações e importações brasileiras também podem ser classificadas por grandes grupos de produtos, segundo as seções da NBM - SH (Normas Brasileiras de Mercadorias - Sistema Harmonizado). As tabelas 3.6 a 3.11 a seguir mostram os grupos de produtos exportados para os diversos blocos econômicos e, também, as importações brasileiras por blocos e por grupos de produtos. Esses dados mostram de maneira mais exata a importância de cada bloco regional, tanto no destino das exportações, quanto na origem das importações do Brasil. As exportações do Brasil para o MERCOSUL se concentraram principalmente em Material de Transporte (26,1%), Máquinas e Equipamentos (17,1%), Metais Comuns (12,4%) e Produtos Alimentares (10%), em 1992. (Tabela 3.10).

Em 1995, as exportações do Brasil se concentraram principalmente em Material de Transporte (15%), Máquinas e Equipamentos (18%), Químicos (12,28%), Produtos Alimentares (12,67%) e Metais (10,35%), mantendo-se, portanto, o mesmo perfil. As importações do Brasil provenientes do MERCOSUL também apresentaram o mesmo perfil, ou seja, se concentraram em produtos alimentícios (50,8%) e (41,5%), para os anos de 1991 e 1995, respectivamente. (Tabela 3.10).

Tabela 3.6 - Brasil: Exportações (1992) e importações (1991) - Bloco Europeu

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)	Importações (US\$ Milhões)	Exportações (%)	Importações (%)
Alimentos/Fumo/Bebidas	4.821	612	43,2	10,8
Minerais	1.214	104	10,9	1,8
Químicos	484	1.337	4,3	23,7
Plásticos/Borracha	147	215	1,3	3,8
Calçados/Couro	516	35	4,6	0,6
Madeira	276	5	2,5	0,1
Papel	576	145	5,1	2,6
Têxtil	435	110	3,9	2
Minerais não-metálicos/ Metais preciosos	161	75	1,4	1,3
Metais Comuns	1.170	335	10,5	5,9
Máquinas/Equipamentos	739	1.990	6,6	15,2
Material de Transporte	503	359	4,5	6,4
Ótica/Instrumentos	37	299	0,3	5,3
Outros	90	31	0,8	0,5
Total	11.162	5.650	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Tabela 3.7 - Brasil: Exportações (1992) e Importações (1991) - Bloco América do Norte

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)	Importações (US\$ Milhões)	Exportações (%)	Importações (%)
Alimentos/Fumo/Bebidas	1.622	457	19,1	8,5
Minerais	415	792	4,9	14
Químicos	380	948	4,5	16,8
Plásticos/Borracha	210	306	2,5	5,4
Calçados/Couro	1.161	16	13,6	0,3
Madeira	134	1	1,6	0
Papel	229	206	2,7	3,7
Têxtil	426	81	5	1,4
Minerais não-metálicos/ Metais preciosos	135	65	1,6	1,2
Metais Comuns	1.046	204	12,3	3,6
Máquinas/Equipamentos	1.631	1763	19,2	3,6
Material de Transporte	937	395	11	7
Ótica/Instrumentos	88	381	1	6,7
Outros	100	15	1,2	0,3
Total	8.514	5.653	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Tabela 3.8 - Brasil: Exportações (1992) e Importações (1991) - Bloco Asiático

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)	Importações (US\$ Milhões)	Exportações (%)	Importações (%)
Alimentos/Fumo/Bebidas	871	69	16,4	3,8
Minerais	934	103	17,6	5,7
Químicos	268	122	5	6,7
Plásticos/Borracha	74	116	1,4	6,4
Calçados/Couro	97	29	1,8	1,6
Madeira	6	1	0,1	0
Papel	193	9	3,6	0,5
Têxtil	140	56	2,6	3,1
Minerais não-metálicos/ Metais preciosos	37	17	0,7	0,9
Metais Comuns	2.347	83	44,2	4,6
Máquinas/Equipamentos	174	940	3,3	51,9
Material de Transporte	164	80	3,1	4,4
Ótica/Instrumentos	8	170	0,2	9,4
Total	5.314	1.812	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Tabela 3.9 - Brasil: Exportações (1992) e Importações (1991) - Bloco América do Sul

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)	Importações (US\$ Milhões)	Exportações (%)	Importações (%)
Alimentos/Fumo/Bebidas	514	1.259	7,9	36,3
Minerais	197	771	3	22,3
Químicos	513	247	7,9	7,1
Plásticos/Borracha	451	98	6,9	2,8
Calçados/Couro	84	143	1,3	4,1
Madeira	34	23	0,5	0,7
Papel	264	73	4,1	2,1
Têxtil	397	278	6,1	8
Minerais não-metálicos/ Metais preciosos	122	35	1,9	1
Metais Comuns	999	240	15,3	6,9
Máquinas/Equipamentos	1.184	168	18,2	4,8
Material de Transporte	1.627	111	15	3,2
Ótica/Instrumentos	57	11	0,9	0,3
Outros	75	8	1,1	0,2
Total	6.517	3.464	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Tabela 3.10 - Brasil: Exportações e Importações - Bloco MERCOSUL

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)		Importações (US\$ Milhões)		Exportações (%)		Importações (%)	
	1992	1995	1991	1995	1992	1995	1991	1995
Alimentos/Fumo/Bebidas	412	780	1.153	2.829	10	1,27	50,8	41,5
Minerais	149	243	61	822	3,6	3,9	2,7	12
Químicos	335	756	193	280	8,1	12,3	8,5	4,1
Plásticos/Borracha	305	539	78	281	7,4	8,8	3,4	4,1
Calçados/Couro	37	60	139	172	0,9	0,9	6,1	2,5
Madeira	25	39	22	43	0,6	0,6	1	0,6
Papel	174	296	24	104	4,2	4,8	1,1	1,5
Têxtil	247	303	249	547	6	4,9	11	8
Minerais não-metálicos/ Metais preciosos	68	122	17	41	1,6	1,9	0,7	0,6
Metais Comuns	513	637	49	100	12,4	10,3	2,2	1,4
Máquinas/Equipamentos	707	1108	156	471	17,1	18	6,9	6,9
Material de Transporte	1.076	1117	111	1041	26,1	18,1	4,9	15,3
Ótica/Instrumentos	28	41	9	11	0,7	0,7	0,4	0,2
Outros	52	88	8	44	1,3	1,4	0,3	0,6
Total	4.128	6154	2.268	6.821	100	100	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

Tabela 3.11 - Brasil: Exportações (1992) e Importações (1991) - Resto do Mundo

Grupos de Produtos	Exportações (US\$ Milhões)	Importações (US\$ Milhões)	Exportações (%)	Importações (%)
Alimentos/Fumo/Bebidas	1.580	189	33,6	4,2
Minerais	478	3.547	10,2	79,5
Químicos	130	392	2,8	8,8
Plásticos/Borracha	190	5	4	0,1
Calçados/Couro	61	21	1,3	0,5
Madeira	128	1	2,7	0
Papel	242	13	5,2	0,3
Têxtil	93	45	2	1
Minerais não-metálicos/	72	2	1,5	0,1
Metais preciosos				
Metais Comuns	733	46	15,6	1
Máquinas/Equipamentos	296	110	6,3	2,5
Material de Transporte	225	50	4,8	1,1
Ótica/Instrumentos	15	37	0,3	0,8
Outros	458	3	9,7	0,1
Total	4.700	4.462	100	100

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

3.3 A Economia dos países do MERCOSUL

Desde as negociações iniciais para estabelecer o MERCOSUL, em 1991, observou-se um crescimento vigoroso no intercâmbio regional, devido ao processo de desgravação tarifária e a reorientação do comércio entre os países participantes.

O fluxo de comércio Brasil-MERCOSUL entre 1980 e 1985 teve uma queda correspondente a 42,5%, sendo que a redução das exportações brasileiras foi maior (45,5%) do que a das importações originárias do MERCOSUL (cerca de 38%), evidenciando que, no caso das relações do Brasil com os demais países da sub-região, a estratégia de ajustamento externo adotada na primeira metade dos anos 80 determinou uma contribuição negativa ao saldo comercial do país. Em consequência,

determinou uma contribuição negativa ao saldo comercial do país. Em consequência, em 1985, não mais que 3,86% das exportações e 4,96% das importações brasileiras envolviam os países do MERCOSUL. (Veiga, 1992).

O crescimento começou em 1988 com um salto espetacular em 1991, ano da assinatura do Tratado de Assunção. Em 1985 e 1988 o comércio intra-regional já havia crescido em 54%, o que - juntamente com a consolidação no mundo, da tendência à formação de espaços regionais de livre comércio e com a percepção “doméstica” da necessidade de mudar o regime de política comercial na direção de uma maior liberalização - configura um quadro de incentivos ao aprofundamento do processo de integração entre Brasil e Argentina. Na verdade, o comércio intra-regional começa a crescer em 1986, em função do aumento do nível de atividade e do início de processos de desgravação tarifária nesses períodos. (Veiga, 1992).

O intercâmbio em 1993 atingiu US\$ 10.027 bilhões, 142% a mais do que 1990. Este valor representou 18,5% do comércio total dos quatro países, bem acima dos 5,5% registrados em 1985.

No período 1990-1996, as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram de US\$ 1.320 milhões para US\$ 7.306 milhões, ou seja, 453,8%, aproximadamente. (Tabela 3.12 e Figura 3.2). Em 1990, a participação das exportações para o MERCOSUL em relação as exportações totais era de 4,2% passando, em 1996, para 15,3%.

TABELA 3. 12
Exportações Brasileiras para os Países do Mercosul e Exportações Totais - 1990-96
(US\$ Milhões - FOB)

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina	646	1455	3040	3659	4136	4041	5164
Paraguai	385	499	543	952	1057	1301	1325
Uruguai	299	338	518	776	732	812	810
MERCOSUL	1330	2292	4101	5387	5925	6154	7299
Chile	370	674	923	1108	999	1210	922
Bolívia	173	250	333	431	470	530	531
Total Geral	31414	31620	35793	38555	43551	46506	47747

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

TABELA 3. 13
Importações Brasileiras dos Países do Mercosul e Importações Totais - 1990-96
(US\$ Milhões - FOB)

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina	1400	1615	1732	2717	3662	5481	6777
Paraguai	339	220	195	276	352	515	549
Uruguai	587	434	302	385	569	738	930
MERCOSUL	2326	2269	2229	3378	4583	6734	8256
Chile	368	370	478	436	592	1094	918
Bolívia	36	28	15	19	23	28	61
Total Geral	20661	21041	20554	25256	33079	49858	53286

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX

As importações brasileiras provenientes do MERCOSUL cresceram de US\$ 2.326 milhões, em 1990, para US\$ 8.256 milhões, em 1996, ou seja 254,9%, aproximadamente. (ver Tabela 3.13 e Figura 3.3).

As tabelas 3.14 a 3.19 apresentam as exportações brasileiras para a Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Resto do Mundo, respectivamente, no período 1990-1996, em milhões de dólares/FOB, por setores da economia brasileira. Já as tabelas 3.20, 3.21, 3.22, 3.23, 3.24 e 3.25 apresentam as importações brasileiras da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, da Bolívia e do Resto do Mundo por setores da economia, no período 1990-1996, em milhões de dólares/FOB.

Tabela 3.14
Exportações Brasileiras para a Argentina - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	26872	68903	158625	182974	168267	170307	220881
2 Mineração	7607	7975	20873	75180	92152	39002	35224
3 Minerais não Metálicos	111419	111419	123025	161306	164244	179681	222728
4 Metalurgia	155056	372973	791328	911936	1066756	1016442	1280804
5 Mecânica e Material Elétrico	39465	90776	166813	226470	244255	250086	295766
6 Material de Transporte	65497	261059	882995	910311	1000225	781094	1260832
7 Madeira e Mobiliário	3737	15043	40072	68779	85519	66136	80805
8 Papel e Papelão	16053	79619	125898	193876	170327	206848	240098
9 Borracha	13568	56584	84876	80831	94131	93231	128114
10 Indústria Química	134782	164512	231342	306094	383605	515331	527829
11 Indústria Farmacêutica	1765	3935	12098	17752	25596	46446	63556
12 Plásticos	25934	75160	117543	176814	205047	239429	250872
13 Indústria Têxtil	11642	50625	92497	110077	111232	119422	199450
14 Vestuário	322	17277	52004	48506	65444	58403	80240
15 Calçados e Couros	161	3373	14143	11900	18927	21934	38357
16 Produtos Alimentares	28269	61294	106679	144929	211918	204526	220807
17 Diversos	3007	35643	19167	31038	28211	32810	18188
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	646248	1452779	3039978	3658773	4135856	4041128	5164551

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.15
Exportações Brasileiras para o Paraguai - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	1036	2556	4301	5279	9216	16815	22991
2 Mineração	20772	20599	23387	31401	33417	38404	40599
3 Minerais não Metálicos	20731	20731	24294	37103	35141	46642	50816
4 Metalurgia	72809	106444	116990	199636	217055	250587	255655
5 Mecânica e Material Elétrico	25376	31645	30121	52382	60007	82199	109913
6 Material de Transporte	35780	34505	35355	66999	91757	130000	102351
7 Madeira e Mobiliário	1539	1388	2082	3778	4805	7289	7607
8 Papel e Papelão	11648	14080	16076	30966	28168	41271	38942
9 Borracha	33602	37624	39912	77710	97944	92476	114779
10 Indústria Química	26765	37908	44403	92190	102778	129195	151455
11 Indústria Farmacêutica	10935	13593	9124	15145	12993	14470	15813
12 Plásticos	13638	17323	18112	29671	36024	46522	44815
13 Indústria Têxtil	20903	20285	18848	34351	39139	41908	39022
14 Vestuário	28870	41834	39957	60135	41016	31674	33523
15 Calçados e Couros	9665	15114	14453	32812	28965	29171	26093
16 Produtos Alimentares	43544	74595	97627	167772	200138	280528	249489
17 Diversos	2883	5890	8267	14984	18057	21579	20363
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	384700	499256	543309	952314	1056620	1300730	1324226

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.16
Exportações Brasileiras para o Uruguai - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	24938	27385	39175	53486	54815	69177	72497
2 Mineração	3062	351	9258	62898	87190	30895	11019
3 Minerais não Metálicos	3770	3770	6923	12875	15991	15976	15181
4 Metalurgia	56178	65893	105087	148782	122104	142488	144894
5 Mecânica e Material Elétrico	31933	20195	27333	43362	54391	46786	42090
6 Material de Transporte	62076	77894	172	198454	142184	206254	142715
7 Madeira e Mobiliário	5183	6479	11565	24449	29619	27705	24403
8 Papel e Papelão	7131	13949	19084	26082	25300	32274	32412
9 Borracha	5593	7899	10939	11853	12916	16204	15471
10 Indústria Química	30433	33016	34622	41292	37029	40601	59399
11 Indústria Farmacêutica	6792	9764	3129	3861	5355	9997	11391
12 Plásticos	31684	31458	33665	42681	50917	51258	62684
13 Indústria Têxtil	10563	15649	20794	30240	25562	40546	33931
14 Vestuário	1033	4254	10064	26823	17115	18289	22335
15 Calçados e Couros	5519	6707	6690	8581	7683	8087	11429
16 Produtos Alimentares	7075	11198	16065	34360	37292	49490	103258
17 Diversos	1673	1207	3863	5727	6309	5868	4865
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	299094	338476	358428	775806	731772	811895	809974

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.17
Exportações Brasileiras para o Chile - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	9494	14023	14735	17161	27368	28159	30762
2 Mineração	246	5559	1799	1000	1058	1001	1161
3 Minerais não Metálicos	9408	9408	21030	28325	21466	29788	29166
4 Metalurgia	154878	203587	275813	378686	303983	376322	166476
5 Mecânica e Material Elétrico	49766	39961	46850	58642	53823	74200	67488
6 Material de Transporte	341	187468	286242	312753	260528	262831	254805
7 Madeira e Mobiliário	1184	1216	1863	4457	3673	8793	7929
8 Papel e Papelão	21530	30531	35726	38011	44920	72357	38009
9 Borracha	15296	19100	26152	34817	25998	38551	35213
10 Indústria Química	34147	45108	57164	53476	58626	84950	68873
11 Indústria Farmacêutica	1581	3224	3419	5701	9021	12714	13072
12 Plásticos	25330	33009	43535	50832	55322	56292	58144
13 Indústria Têxtil	21086	35761	50632	52050	43786	43300	43072
14 Vestuário	4942	7210	11456	14024	12236	13039	16306
15 Calçados e Couros	513	2178	9493	13837	16253	20746	23753
16 Produtos Alimentares	14505	29262	29638	30514	50443	54759	59273
17 Diversos	5650	10648	7968	14045	10309	32669	8277
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	369568	674021	923515	1108331	998813	1210471	921779

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.18
Exportações Brasileiras para a Bolívia - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	1012	1774	1865	1860	3536	5181	5355
2 Mineração	117	402	702	3221	1666	770	1634
3 Minerais não Metálicos	9035	9035	12666	17268	18290	19431	15513
4 Metalurgia	49447	81040	111542	135837	141668	150288	137161
5 Mecânica e Material Elétrico	19615	20525	24427	29942	29187	36935	58009
6 Material de Transporte	14799	23539	33507	32095	45577	42319	42325
7 Madeira e Mobiliário	1625	2069	2605	3897	4765	4218	3260
8 Papel e Papelão	7672	11834	13479	15574	19026	28778	17437
9 Borracha	4743	6460	9469	15218	21823	27779	34567
10 Indústria Química	11919	19261	23625	29314	33817	37782	44850
11 Indústria Farmacêutica	491	866	6051	8616	8827	12983	12802
12 Plásticos	9283	9897	11970	19403	27036	24796	23353
13 Indústria Têxtil	9416	14461	22075	31796	32622	42743	44836
14 Vestuário	11235	14419	17975	30349	27060	26524	21720
15 Calçados e Couros	13229	10580	10354	14130	15588	24595	26879
16 Produtos Alimentares	13033	20035	26422	35539	33857	38573	35300
17 Diversos	5595	9758	3896	6589	5747	6378	6126
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	179309	249870	332630	430648	470092	530073	531127

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.19
Exportações Brasileiras para o Resto do Mundo - Período 1990-96 - US\$ milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	420016	531262	3076859	3457458	4963777	4152215	4423574
2 Mineração	596477	597514	471962	472181	576500	300744	331320
3 Minerais não Metálicos	2501847	2501847	2742948	2748440	2816534	3082600	3230579
4 Metalurgia	5743126	6083785	7820658	8060312	8582313	9429846	9468694
5 Mecânica e Material Elétrico	856832	811734	1067869	1158122	1241263	1250746	1232105
6 Material de Transporte	1433000	1040505	2201869	1912079	2265719	1913673	1917817
7 Madeira e Mobiliário	49560	263561	1392361	1720864	2083566	2835457	2338418
8 Papel e Papelão	549408	507458	526854	538586	686684	874518	590657
9 Borracha	233772	232638	300224	313063	350054	426613	396241
10 Indústria Química	769906	658057	1159827	1187012	1246296	1478109	1597125
11 Indústria Farmacêutica	543889	63478	112948	117393	129957	156159	163181
12 Plásticos	391952	363952	375704	386710	412210	391094	294625
13 Indústria Têxtil	5580922	5554819	687397	454510	543119	626611	456788
14 Vestuário	2766723	2444606	445671	497741	453130	384286	305076
15 Calçados e Couros	420949	657688	1857223	2302423	2045859	2019716	2263673
16 Produtos Alimentares	6576387	6127751	5824949	5951935	7187816	8591902	9223224
17 Diversos	106848	169599	529793	350067	573204	701693	124514
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	29541614	28405667	30595116	31628896	36158001	38615982	38357611

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.20
Importações Brasileiras da Argentina - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	648.660	668.236	803.061	1.010.877	1.271.694	1.731.904	1.968.299
2 Mineração	13.462	53.131	109.994	525.447	610.159	823.552	1.232.513
3 Minerais não Metálicos	111.419	111.419	9.590	11.716	16.818	31.609	24.727
4 Metalurgia	152.349	172.486	156.299	211.090	232.113	426.395	479.860
5 Mecânica e Material Elétrico	20.540	26.466	19.461	25.681	55.916	127.310	90.236
6 Material de Transporte	59.739	108.939	222.060	476.344	669.072	1.026.227	1.364.914
7 Madeira e Mobiliário	16.676	7.862	3.137	3.245	7.853	28.614	63.305
8 Papel e Papelão	36.198	15.665	8.386	7.556	10.511	81.605	99.637
9 Borracha	7.727	7.091	7.221	17.386	35.466	61.007	64.364
10 Indústria Química	91.916	126.665	120.665	110.573	148.136	199.264	238.223
11 Indústria Farmacêutica	2.190	1.462	3.481	8.095	18.574	35.514	74.496
12 Plásticos	28.744	41.440	50.676	45.585	65.351	132.408	165.073
13 Indústria Têxtil	48.414	51.897	60.503	79.617	192.081	279.017	404.146
14 Vestuário	2.150	2.061	1.289	913	2.460	15.733	10.191
15 Calçados e Couros	36.338	107.724	92.974	94.080	103.607	150.530	144.662
16 Produtos Alimentares	87.312	78.482	61.392	86.722	218.034	315.000	336.000
17 Diversos	35.643	35.643	1.432	2.330	4.115	15.699	16.107
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	1.518.171	1.743.678	1.731.621	2.717.257	3.661.960	5.481.388	6.776.753

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.21
Importações Brasileiras do Paraguai - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	142.314	38.476	18.155	18.971	110.437	219.293	231.992
2 Mineração	0	0	0	0	0	0	0
3 Minerais não Metálicos	20.731	20.731	0	11	417	171	102
4 Metalurgia	480	207	271	788	8.928	2.804	6.655
5 Mecânica e Material Elétrico	182	127	29	1	69	386	483
6 Material de Transporte	642	207	8	31	0	49	27
7 Madeira e Mobiliário	30.813	20.143	23.067	31.456	29.630	32.314	29.941
8 Papel e Papelão	269	351	432	426	604	1.759	846
9 Borracha	30	7	4	8	1	128	363
10 Indústria Química	4.310	1.533	1.004	875	862	2.873	2.720
11 Indústria Farmacêutica	12	0	4.661	21.542	2.844	2.149	1.183
12 Plásticos	7	3	0	5	23	62	146
13 Indústria Têxtil	124.989	122.084	112.664	157.665	139.417	171.749	179.964
14 Vestuário	5.055	5.244	1.274	1.053	2.099	4.051	4.757
15 Calçados e Couros	1.051	632	1.769	11.085	9.897	4.302	1.119
16 Produtos Alimentares	1.891	9.814	31.639	31.672	47.221	72.541	89.107
17 Diversos	0	27	17	15	2	14	71
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	339.509	232.828	194.994	275.604	352.451	514.645	549.476

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.22
Importações Brasileiras do Uruguai - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	262.573	223.705	142.005	211.757	324.742	372.502	515.838
2 Mineração	0	12	110	30	0	2.104	15.106
3 Minerais não Metálicos	3.770	3.770	3.695	6.492	7.513	8.803	7.760
4 Metalurgia	12.660	10.463	6.901	8.400	11.354	19.188	24.195
5 Mecânica e Material Elétrico	5.324	4.748	2.338	2.117	5.038	8.339	6.820
6 Material de Transporte	1.219	1.441	2.856	7.632	25.984	21.439	37.133
7 Madeira e Mobiliário	1.788	899	410	488	7.167	15.489	14.268
8 Papel e Papelão	2.915	3.166	5.466	887	546	4.596	21.857
9 Borracha	24.058	13.027	13.441	20.501	27.724	32.133	32.120
10 Indústria Química	70.995	45.930	28.539	23.468	22.163	24.580	24.192
11 Indústria Farmacêutica	6.983	12.400	7.805	5.419	8.414	18.305	21.209
12 Plásticos	17.948	16.059	20.964	21.771	25.927	56.038	55.333
13 Indústria Têxtil	28.605	26.195	25.096	28.023	35.767	51.037	44.246
14 Vestuário	28.667	28.685	12.681	12.443	19.394	39.878	45.806
15 Calçados e Couros	100.445	30.679	15.990	22.385	15.851	17.202	14.105
16 Produtos Alimentares	16.944	11.499	12.115	11.952	28.809	43.846	48.186
17 Diversos	3.332	1.422	1.523	1.601	2.449	2.398	1.696
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	592.620	436.797	301.935	385.386	568.842	737.877	929.870

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.23
Importações Brasileiras do Chile - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	110.201	75.612	41.359	59.560	71.689	153.817	165.261
2 Mineração	0	0	0	0	0	858	0
3 Minerais não Metálicos	9.408	9.408	153.844	135.559	144.207	265.832	194.532
4 Metalurgia	216.815	211.144	169.304	120.371	152.888	318.503	251.198
5 Mecânica e Material Elétrico	1.548	940	105	489	551	1.982	2.180
6 Material de Transporte	3	77	115	912	447	1.145	1.197
7 Madeira e Mobiliário	19.101	23.975	14.359	18.762	24.363	49.110	29.657
8 Papel e Papelão	28.511	42.558	12.634	18.849	25.728	91.610	91.995
9 Borracha	850	335	897	90	1.147	4.167	886
10 Indústria Química	51.867	47.081	38.474	37.964	114.692	117.852	94.587
11 Indústria Farmacêutica	16.877	15.867	1.329	1.732	1.787	2.386	1.919
12 Plásticos	144	224	300	1.367	1.091	1.928	1.832
13 Indústria Têxtil	8.537	4.049	1.637	3.651	5.324	13.585	15.374
14 Vestuário	18	398	34	67	223	1.771	3.513
15 Calçados e Couros	1.436	4.277	831	904	678	475	950
16 Produtos Alimentares	20.719	21.653	42.695	35.305	46.556	68.467	62.861
17 Diversos	10	39	0	14	265	362	429
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	349.298	370.222	477.917	435.596	591.636	1.093.850	918.371

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.24
Importações Brasileiras da Bolívia - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	13.469	4.054	4.583	805	3.750	3.750	29.694
2 Mineração	0	0	0	0	0	0	0
3 Minerais não Metálicos	9.035	7.035	3.080	7.057	8.874	8.874	4.907
4 Metalurgia	376	187	114	312	45	45	206
5 Mecânica e Material Elétrico	0	34	10	0	3	3	100
6 Material de Transporte	0	24	12	0	0	0	3
7 Madeira e Mobiliário	4.384	2.143	2.422	1.624	1.828	1.828	2.166
8 Papel e Papelão	0	2	98	102	70	70	40
9 Borracha	1.287	418	56	12	44	44	26
10 Indústria Química	404	134	502	629	100	100	88
11 Indústria Farmacêutica	0	2	0	0	0	0	0
12 Plásticos	0	0	25	0	0	0	0
13 Indústria Têxtil	2.732	5.479	1.387	824	1.720	1.720	14.384
14 Vestuário	314	0	192	815	956	956	4.157
15 Calçados e Couros	2.268	939	0	2.586	923	923	578
16 Produtos Alimentares	1.079	1.402	3.038	4.032	5.007	5.007	5.077
17 Diversos	0	0	0	4	8	8	18
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	38.173	28.311	15.519	18.802	23.328	23.328	61.444

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Tabela 3.25
Importações Brasileiras do Resto do Mundo - Período 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	521.155	719.514	662.534	740.791	1.124.013	1.573.806	1.524.609
2 Mineração	4.924.626	4.975.733	4.750.232	4.546.893	4.156.246	4.754.926	5.660.385
3 Minerais não Metálicos	289.859	300.025	267.263	262.783	353.264	512.829	593.444
4 Metalurgia	5.461.173	5.474.942	5.471.882	4.155.268	6.411.552	9.498.050	10.443.706
5 Mecânica e Material Elétrico	48.853	45.539	53.402	3.430.729	4.812.477	7.599.762	8.923.388
6 Material de Transporte	2.066.527	2.056.568	1.869.851	1.617.987	2.700.799	4.991.970	3.114.095
7 Madeira e Mobiliário	9.885	29.143	37.840	74.424	97.752	244.189	267.657
8 Papel e Papelão	227.566	239.149	263.453	328.715	446.585	1.017.177	1.011.942
9 Borracha	247.044	265.284	255.245	320.517	465.783	710.541	795.233
10 Indústria Química	2.666.914	2.718.130	2.652.106	3.213.071	3.991.390	5.298.283	5.782.130
11 Indústria Farmacêutica	186.751	186.995	191.656	261.048	461.269	602.306	877.920
12 Plásticos	420.106	417.808	387.973	584.139	711.433	1.412.345	1.471.954
13 Indústria Têxtil	290.859	303.704	295.035	861.686	848.505	1.423.338	1.318.370
14 Vestuário	7.185	7.799	28.053	37.417	90.807	321.740	320.158
15 Calçados e Couros	52.680	53.537	78.937	124.832	170.142	284.456	270.831
16 Produtos Alimentares	367.930	382.142	337.695	496.819	891.702	1.482.877	1.328.272
17 Diversos	34.572	53.475	10.483	54.393	146.746	387.571	348.629
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0
22 Total	17.823.685	18.229.487	17.613.640	21.111.512	27.880.465	42.116.166	44.052.723

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior - SECEX - MICT

Figura 3.5
Exportações e Importações Brasileiras no período de 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)
Paraguai

Figura 3.6
Exportações e Importações Brasileiras no período de 1990-96 - US\$ Milhões (FOB)
Uruguai

Em 1996, as exportações brasileiras para os países do MERCOSUL, totalizaram US\$ 7.298 milhões, ou seja, 18,6% superior as exportações realizadas em 1995, quando atingiram US\$ 6.154 milhões. A taxa de expansão registrada, comparando 96/95, é a maior dos últimos três anos: 3,94% para 95/94 e 9,91% para 94/93. (ver Tabela 3.12).

Com relação às importações, essas experimentaram um crescimento de 20,75%, ao passarem de US\$ 6.734 milhões, em 1995, para US\$ 8.256 milhões, em 1996. (ver Tabela 3.13).

Comparando as importações frente às exportações, a balança comercial apresentou saldo negativo de US\$ 958 milhões, em 1996. A corrente de comércio intra-regional do Brasil com o MERCOSUL apresentou US\$ 15.554 milhões, ou seja, 20,69% acima do alcançado em 1995. O aumento apresentado em 96/95 evidencia a tendência

de expansão que o comércio do Brasil no MERCOSUL vem apresentando desde a sua criação em março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção. De 1990 a 1996, as trocas comerciais aumentaram, saindo dos US\$ 3,78 bilhões em 1990, para US\$ 15,54 bilhões, em 1996.

As exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram, nestes seis anos de vigência do Acordo, de US\$ 1,33 bilhão, em 1990, para US\$ 7,30 bilhões, em 1996, ou seja, 448,72%, enquanto que para o resto do mundo passaram, respectivamente, de US\$ 29,53 bilhões para US\$ 38,36 bilhões.

O crescimento das importações foi fruto da abertura comercial colocada em prática pelo Brasil, a partir de 1990, através da redução das alíquotas do imposto de importação e da eliminação dos normativos administrativos que restringiram as compras externas. Com relação as tarifas, a partir de 1991 deu-se partida em um programa de ampla redução tarifária que, através de sucessivas etapas, baixaria a tarifa média brasileira de 32,3% em 1990, para 14,2% em 1994 (Castro & Souza, 1993). Outro fator que contribuiu para o incremento das importações foi o aumento da demanda interna gerada pela retomada do crescimento da atividade produtiva, especialmente a partir de 1995, com a implantação do plano de estabilização econômica.

As compras brasileiras do MERCOSUL que, em 1990, alcançaram US\$ 2,45 bilhões, somaram US\$ 8,26 bilhões, em 1996. As importações oriundas do resto do mundo subiram de US\$ 18,34 bilhões para US\$ 45,03 bilhões. Dos US\$ 32,63 bilhões de importações a mais gerados entre 1990 e 1996, apenas 18,20% originaram-se de compras realizadas no âmbito do MERCOSUL (US\$ 5,94 bilhões). As demais importações, ou seja, 81,80%, representando US\$ 26,69 bilhões, foram adquiridas de terceiros países. Portanto, a constituição do MERCOSUL não representa fator de restrição às relações comerciais com outros países ou blocos econômicos.

As exportações para a Argentina, em 1996, somaram US\$ 5.164 milhões correspondendo a 70,77% do total brasileiro exportado para o MERCOSUL, um crescimento de 27,94% sobre 1995. Para o Paraguai, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 1.324 milhões, em 1996, ou seja, 1,77% acima dos US\$ 1.301 milhões alcançados em 1995. Para o Uruguai, o Brasil exportou, em 1996, cerca de US\$ 810 milhões, valor semelhante ao ano de 1995, ou seja, US\$ 812 milhões. (ver Tabelas 3.14, 3.15, 3.16 e Gráficos 3.4, 3.5 e 3.6).

As exportações brasileiras para o Chile totalizaram, em 1996, US\$ 922 milhões contra US\$ 1.210 milhões, em 1995. Para a Bolívia o Brasil exportou, em 1996, cerca de US\$ 531 milhões, valor semelhante ao ano de 1995, ou seja, US\$ 530 milhões. Para o Resto do Mundo as exportações brasileiras permaneceram constantes nos anos de 1995 e 1996. (ver Tabelas 3.17, 3.18 e 3.19 e Gráficos 3.7, 3.8 e 3.9).

As importações brasileiras do MERCOSUL, em 1996, totalizaram US\$ 8.258 milhões, registrando um crescimento de 20,75% em relação ao ano de 1995. As compras da Argentina representaram 82,04% desse total, enquanto Paraguai e Uruguai apresentaram 6,67% e 11,29%, respectivamente. (ver Tabelas 3.20, 3.21 e 3.22 e Gráficos 3.4, 3.5 e 3.6).

De 1995 para 1996 as importações brasileiras da Argentina cresceram de US\$ 5.587 milhões para US\$ 6.775 milhões, ou seja, 21,16%. As importações brasileiras provenientes do Paraguai cresceram 6,99%, ou seja, de US\$ 515 milhões apresentados em 1995 passou a US\$ 551 milhões, em 1996. Do Uruguai o Brasil importou cerca de US\$ 737 milhões, em 1995, e US\$ 932 milhões em 1996, apresentando uma taxa de crescimento de 26,46% nesse período. Do Chile o Brasil importou, em 1996, cerca de US\$ 918 milhões, da Bolívia US\$ 61 milhões e do Resto do Mundo US\$ 44.053 milhões (ver Tabelas 3.23, 3.24 e 3.25 e Gráficos 3.7, 3.8 e 3.9).

3.3.1 Argentina

Em relação ao MERCOSUL, ostenta a maior renda per capita, figura no segundo lugar em extensão territorial e é o principal parceiro comercial do Brasil, posição ocupada, também, em relação à América Latina. É tradicional produtora de carne e de cereais. Possui um solo rico em minérios, com destaque para o petróleo. Seus principais parceiros comerciais, além do Brasil, são: Estados Unidos, Chile, Uruguai, Holanda, Alemanha e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). (ver Tabela 3.26).

**Tabela 3.26 - Principais Parceiros Comerciais
- ARGENTINA -**

(US\$ milhões)

Blocos/Países	Exportação		Importação	
	1993	1995	1993	1995
Mercosul	3.684	6.769	4.214	4.512
Brasil	2.814	5.484	3.570	4.175
Uruguai	512	654	(*)	(*)
Paraguai	358	631	(*)	(*)
União Européia	3.646	4.424	4.140	6.009
Nafta	1.557	2.029	4.184	4.819
Estados Unidos	1.264	1.773	3.859	4.177
Demais Países	293	259	325	642
Japão	(*)	(*)	669	711
China	(*)	(*)	215	608
Chile	592	1.475	706	514

Fonte: "The Economist Intelligence Unit (EIU)". Londres, 1996

(*) Dados não disponíveis

Muitas décadas com a economia relativamente fechada levaram o país à redução do fluxo comercial com o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Com a criação do

MERCOSUL, em 1991, alargaram-se os horizontes de integração da Argentina com os países vizinhos. A integração vem se desenvolvendo de modo contínuo e progressivo, para a consolidação do Bloco no comércio internacional. Nesta década, as exportações argentinas cresceram e foram lideradas pelos produtos manufaturados de origem agrícola e industrial, e pelos derivados de petróleo. O Brasil se tornou o maior mercado comprador dos produtos argentinos. O estreitamento das relações comerciais com o Brasil revela uma atuação ampla das indústrias da região do MERCOSUL. Para os Estados Unidos e para a Europa, as exportações evoluíram moderadamente. As vendas para os países do NAFTA representaram, em 1994, menos da metade do total exportado para os países do MERCOSUL. Por outro lado, houve aumento da importação de produtos dos mais variados setores industriais, dentre os quais o de bens de capital, que foram adquiridos para modernizar a indústria argentina e representaram, em 1994, cerca de 44% do total das compras externas. O crescimento das importações, que tem afetado o resultado da balança comercial, decorre da liberalização comercial, da valorização da moeda argentina e do rápido crescimento da demanda interna.

3.3.2 Brasil

O Brasil efetua grande parte do comércio exterior do MERCOSUL. Em extensão territorial e em PIB, figura entre os maiores do mundo e ocupa o primeiro lugar em relação ao MERCOSUL e a América Latina. Seus principais parceiros comerciais são: Estados Unidos, Japão, países da União Européia e do MERCOSUL.

As exportações brasileiras são diversificadas, no tocante ao tipo de bens produzidos e de mercados consumidores. A União Européia (UE), os Estados Unidos e o MERCOSUL são os maiores compradores de produtos brasileiros. Nas vendas

externas, cerca de um terço dos ganhos provém do comércio de produtos primários. A taxa de crescimento das exportações brasileiras é fortemente influenciada pela variação de preços internacionais, os quais, por sua vez, são afetados pela capacidade de o Brasil suprir o mercado externo com determinados produtos. No entanto, o Brasil depende, indiscutivelmente, de investimentos na infra-estrutura industrial para produzir bens mais sofisticados.

De 1980 a 1990, o Brasil obteve excelentes resultados comerciais, que mantiveram os serviços da dívida externa brasileira, haja vista que, no período, o ingresso de capital estrangeiro era reduzido. De 1990 a 1992, houve recuperação do fluxo de capital, reestruturação da dívida brasileira junto a banqueiros externos e redução das importações. (ver Tabela 3.27).

**Tabela 3.27 - Principais Parceiros Comerciais
- BRASIL -**

(US\$ milhões)

Blocos/Países	Exportação		Importação	
	1995	1996	1995	1996
União Européia	12.911	12.836	13.798	14.088
Holanda	2.917	3.548	595	568
Alemanha	2.158	2.082	4.766	4.775
Itália	1.713	1.530	2.864	2.910
Reino Unido	1.325	1.323	988	1.245
França	1.038	912	1.380	1.341
Demais Países	3.760	3.441	3.205	3.249
Estados Unidos	8.682	9.182	10.385	11.682
Argentina	4.041	5.170	5.587	6.774
Japão	3.101	3.047	3.297	2.756
China	1.203	1.113	1.041	1.128

Fonte: MICT/SECEX

3.3.3 Paraguai

O Paraguai é o menor país do MERCOSUL em renda per capita. Após o déficit comercial que se prolongou pela década de oitenta, a alta do preço da soja e do algodão influenciou no superávit registrado em 1989. Entretanto, em decorrência da liberalização das importações, a balança comercial paraguaia voltou a registrar, a partir de 1990, déficit comercial crescente, que chegou, em 1993, a cerca de US\$ 1 bilhão. Nos anos 80, a soja e o algodão foram substituídos por produtos alimentícios e por madeira, que passaram a ter maior importância nos resultados das vendas externas, a ponto de ocuparem, em 1990, a terceira posição entre os produtos mais vendidos ao exterior. Em 1993, a soja suplantou o algodão e foi o principal produto de exportação paraguaia. Nas importações predominam maquinaria, veículos, peças e acessórios, combustível, bebidas alcoólicas e fumo, muitos dos quais são vendidos ao mercado externo.

Em 1994, os Estados Unidos ocuparam o quarto lugar em exportações e o terceiro em importações. A criação do MERCOSUL favoreceu o comércio do Paraguai com a Argentina e o Brasil, que são os maiores mercados supridores do país. A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) dispensa ao Paraguai tratamento especial, com vistas a incrementar o comércio entre ele e os países latino-americanos. Os resultados comerciais junto aos parceiros do MERCOSUL tem se apresentado negativos. Em 1994, o déficit atingiu cerca de US\$ 400 milhões. (ver Tabela 3.28).

**Tabela 3.28 - Principais Parceiros Comerciais
- PARAGUAI -**

US\$ Milhões

Países	Exportação (%)		Importação (%)	
	1993	1995	1993	1995
Brasil	23	31,1	10,3	25,9
Argentina	6,6	9,3	14,2	11,4
Estados Unidos	3,7	9	12,4	9
Holanda	13,3	26,2	(*)	(*)
Chile	2,4	6,3	(*)	(*)
Alemanha	(*)	(*)	7,4	0,7
Reino Unido	(*)	(*)	4,6	3,5

Fonte: "The Economist Intelligence Unit (EIU)" Londres, 1996

3.3.4 Uruguai

Em relação ao MERCOSUL, é a menor nação e uma das maiores rendas per capita. No período de 1987 a 1994, as vendas externas uruguaias cresceram à taxa anual média de 7,3%. Contudo, os produtos tradicionais na exportação, tais como carne e lã, vêm apresentado desempenho menos expressivo do que os não tradicionais, em decorrência da variação do preço dos produtos e do volume da produção. Ainda assim, os produtos tradicionais têm participação significativa no total das vendas ao exterior. O volume de importações foi aumentando gradativamente e atingiu a culminância em 1994, ano em que se registrou o dobro do valor obtido em 1990. O resultado decorreu do déficit comercial de 1991, que cresceu de modo acentuado, nos três anos seguintes. As causas principais foram o aumento do consumo de produtos uruguaios por turistas argentinos - motivados pelo fortalecimento da moeda argentina - e o consumo interno de produtos duráveis - especialmente de automóveis - e de não duráveis - cujo volume das importações, de 1992 a 1994, elevou-se a 4,8%, aproximadamente.(ver Tabela 3.29).

**Tabela 3.29 - Principais Parceiros Comerciais
- URUGUAI -**

US\$ Milhões

Países	Exportação (%)		Importação (%)	
	1989	1994	1989	1994
Mercosul	32,9	47	43,3	49,4
Alemanha	4,9	20	15,6	23,5
Brasil	27,7	25,7	26,6	25,6
Paraguai	93	1,3	1,1	0,3
União Européia	22,7	19,9	18,8	19,2
Estados Unidos	11,1	6,8	9,4	9,4

Fonte: "The Economist Intelligence Unit (EIU)" Londres, 1996.

Em resumo, a análise apresentada neste capítulo permite concluir que em relação ao destino das exportações brasileiras, os principais parceiros do Brasil foram o Bloco Europeu, o Bloco América do Norte e a América do Sul, no período de 1990-1994. Já para as importações, os principais parceiros do Brasil foram o Bloco América do Norte e o Bloco Europeu, com participação estável, no período analisado.

A participação do MERCOSUL nas exportações brasileiras aumentou de 7,3% para 13,6% entre 1991 e 1994. Esse resultado deve-se em grande parte ao intercâmbio comercial com a Argentina, que se tornou o segundo mercado de destino das exportações brasileiras durante a primeira metade da década de 90. As exportações brasileiras para a Argentina explicam cerca de 70% das vendas externas brasileiras para o MERCOSUL.

Cabe ressaltar que a integração econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai apresentou resultados positivos de 1990 a 1996 no sentido de que expandiu o intercâmbio comercial. Em relação à Argentina, principal parceiro do Brasil no MERCOSUL, a geração de significativos déficits do Brasil nos anos de 1995 e 1996 pode levantar dúvidas quanto à distribuição dos custos e dos benefícios da integração.

4 REFERENCIAL TEÓRICO E FONTE DOS DADOS

4.1 Introdução

A análise do insumo-produto é uma técnica que quantifica a interdependência dos setores produtivos de uma economia, marcando as transferências de bens de produção de um setor a outro, e de modelos que pretendem detalhar as implicações de determinada demanda ou de determinada oferta. Tem sua origem no trabalho de Wassily W. Leontief (1951) com a construção das primeiras matrizes de insumo-produto para os Estados Unidos.

Segundo Leontief, o modelo de insumo-produto é "... uma tentativa de aplicar a teoria econômica do equilíbrio geral - ou melhor, interdependência geral - a um estudo empírico das interrelações entre as diferentes partes de uma economia...". (Leontief, 1960, p.3).

Neste modelo formulado por Leontief, chamado modelo "fechado", todas as "indústrias" eram tratadas de maneira idêntica, inclusive o setor correspondente às famílias. Os itens que aparecem no vetor de demanda final eram interpretados como representando os insumos absorvidos pelas famílias, necessários para que estas fornecessem os serviços de mão-de-obra, capital, etc. Os serviços fornecidos pelo setor final eram tratados de forma equivalente aos insumos de qualquer outro setor.

Pode ser considerado como uma simplificação do sistema Walrasiano, de maneira a tornar possível a derivação de um conjunto de parâmetros a partir de uma única observação das transações intersetoriais ocorridas numa economia num determinado período.

As Tabelas de Insumo-Produto ou Tabela de Relações Intersectoriais "... mostram o fluxo real de mercadorias e serviços que sai de uma indústria para outras, das indústrias para as famílias e das famílias para as indústrias ...". (Leontief, op cit, p.4). "O princípio deste método de descrição estatística é bastante simples. Cada "indústria" (incluindo as famílias) é tratada como uma única entidade contábil - comparável a um "país" nas estatísticas oficiais de comércio exterior - com as vendas registradas em um lado desta conta de comércio e as compras no outro. Como no comércio entre países, as vendas de uma indústria são as compras no outro. Registrando a conta de vendas e compras de todas as indústrias individuais em uma grande tabela, conseguimos uma visão completa da estrutura da economia nacional como um todo". (Leontief, op cit, p.5).

Assim, a tabela de insumo-produto constitui uma descrição estatística dos usos de insumos e das produções dos diferentes setores que compõem um sistema econômico, em determinado período de tempo. Na tabela de insumo-produto, o sistema econômico aparece dividido em vários setores produtivos.

Cada linha da tabela registra as receitas (ou seja, os produtos e serviços) de uma determinada indústria (ou das famílias). Cada coluna da tabela apresenta os mesmos itens vistos como despesa, ou seja, como os insumos adquiridos são utilizados pelas diferentes indústrias (ou pelas famílias). Para cada indústria catalogada na tabela, ocorre a igualdade entre a receita obtida com as vendas e o gasto total dos bens e serviços adquiridos de outras indústrias e do setor final.

A tabela de insumo-produto apresenta um número correspondente de linhas - uma para cada indústria - e de colunas, também, uma para cada indústria. Cada linha mostra para onde irá o produto de uma indústria; cada coluna mostrará a quantidade

de insumo que cada indústria empregou. Essa tabela e suas variações são utilizadas para se analisar o impacto que a demanda de um valor extra de certo tipo de produto pode causar na economia.

Leontief elaborou um segundo modelo “aberto” onde a demanda final é considerada como autônoma e determinada fora do modelo. A Tabela de Insumo-Produto construída segundo as hipóteses do modelo aberto possui uma clara distinção entre a linha e coluna correspondentes ao setor final e aquelas referentes aos demais setores: as colunas e linhas correspondentes às indústrias $1, 2, \dots, n-1$ constituem o setor “interindustrial” da Tabela e a coluna e linha restantes formam, como já vimos, o setor “demanda final”. De acordo com essa classificação, os produtos são divididos, respectivamente, em “intermediários” e “finais”, e os insumos em “produzidos” e “primários”. No caso do modelo aberto de insumo-produto, os serviços fornecidos pelas famílias, o capital e a terra agrícola são considerados como insumos primários, todos os demais insumos são produzidos e suas quantidades fazem parte da solução do modelo.

Segundo FIBGE (1987), a tabela de fluxos intersetoriais detalha a composição e a origem dos fluxos dos bens e serviços (produção e importação), seus destinos (consumo intermediário, consumo pessoal e do governo, exportação e formação de capital) e a renda gerada nesse processo (sua distribuição primária e setorial). A distinção entre o modelo de insumo-produto e a tabela de insumo-produto deve-se ao fato de o modelo de insumo-produto constituir um esquema analítico formado por um sistema de equações lineares simultâneas (Haddad, 1976).

O modelo de insumo-produto tem por base o modelo tradicional de Leontief e é composto por três componentes básicos: tabela de fluxos intersetoriais, coeficientes técnicos e efeitos diretos e indiretos. Fontenele e Silva (1990) diz que o modelo de insumo-produto constitui-se, basicamente, de dois conjuntos de relações fundamentais, isto é, de “um conjunto de identidades contábeis, indicando qual a parcela da produção de cada setor, em que se divide a economia, é destinada à utilização final” (isto é, tabela de fluxos intersetoriais); e “um conjunto de relações estruturais, indicando a

quantidade de insumo que o setor i fornece ao setor j , por unidade de produção do setor j (coeficientes técnicos). Além disso, a análise de insumo-produto descreve a interação de três elementos do sistema econômico: demanda final, necessidades de insumos de cada setor e seu produto bruto, sendo um dos principais propósitos analíticos do modelo de insumo-produto a determinação dos efeitos que mudanças específicas na demanda final têm sobre a produção bruta, dada a matriz de coeficientes técnicos.

Os coeficientes técnicos representam as quantidades necessárias de insumos para a produção total de uma unidade de produto em cada setor. Os coeficientes de interdependência indicam a mudança total na demanda de insumos decorrente de alteração de uma unidade de valor na demanda final.

As teorias elaboradas sobre as estatísticas de insumo-produto entre outras utilizações: a) indicam a expansão requerida em áreas de importância econômica, a longo prazo, servindo como subsídio para os órgãos governamentais orientarem seus investimentos e garantirem um crescimento econômico adequado; b) ajudam a determinar a viabilidade da obtenção de qualquer nível de produção, comparando os custos de produção de vários níveis e dando a conhecer os insumos requeridos para se atingir determinado nível; c) permitem prever o impacto que uma variação no padrão de exportação provocará no nível de produção, bem como as variações nos requisitos de importação, decorrentes de alterações na estrutura da demanda; d) facilitam a investigação do resultado de políticas de desenvolvimento regional, em contraposição ao crescimento e à variação nacional; e) facilitam o acompanhamento do impacto de uma variação dos preços dos fatores sobre o nível e a estrutura do preço dos produtos finais. Também são utilizados para acompanhar o impacto das variações de produtividade sobre a estrutura da economia e o nível de produção.

Os modelos de insumo-produto contém um número considerável de suposições simplificadoras, tais como os retornos constantes à escala de produção (independentes da escala de produção) e a ausência de substituição entre os produtos (demanda final) e entre os insumos (demanda intermediária).

A solução do modelo de insumo-produto permite gerar os multiplicadores de produto, renda, emprego, bem como os impactos de mudanças na produção de cada setor decorrentes de uma mudança específica na demanda final. O multiplicador do produto mede a mudança total na produção de todos os setores decorrente da mudança de uma unidade no valor da demanda final de cada produto do setor em consideração. O multiplicador de produto para a indústria i mede a soma das necessidades diretas e indiretas de todos os setores para fornecer uma unidade adicional do produto i à demanda final.

As dificuldades com relação à construção da Tabela de Insumo-Produto são relacionadas a seguir:

- a) o problema da agregação: em princípio, a Tabela de Insumo-Produto poderia listar individualmente todas as empresas e todas as famílias existentes num determinado país; no entanto, caso uma tabela como essa pudesse ser construída seria impossível manuseá-la. A agregação das unidades econômicas catalogadas na Tabela pode ser baseada em vários princípios. As empresas poderiam ser classificadas de acordo com a região em que se localizassem. Como os modelos que utilizam as relações básicas de insumo-produto são classificados em estáticos ou dinâmicos, essa tipologia torna-se genérica quando se deseja visualizar a estrutura de construção das matrizes inter-regionais. Assim, passa-se a classificar os diferentes modelos levando-se em consideração a natureza das informações estatísticas utilizadas e os métodos de estimação das matrizes. Porém, a classificação é feita de acordo com o tipo de produto. Cada indústria é associada a um produto ou um grupo de produtos considerados primários a ela. As empresas são classificadas entre as diferentes indústrias de acordo com o produto cujo valor da produção constitua a maior parte da receita da empresa;
- b) o setor final: na coluna do setor final geralmente são registrados os fluxos de bens e serviços que vão não só para as famílias, mas também para o Governo, o resto do mundo, a acumulação bruta de estoques e a formação

bruta de capital. Na linha do valor adicionado, são registrados, além dos pagamentos feitos às famílias, os gastos com impostos, a exaustão dos estoques e as provisões feitas para depreciação. É importante que as variações de estoques sejam registradas no setor de demanda final da Tabela. Isso acontece porque no modelo de insumo-produto devem aparecer apenas os valores de cada mercadoria efetivamente usada na produção; no entanto, as estatísticas primárias geralmente se referem aos valores das mercadorias e estes podem não ser iguais aos montantes efetivamente utilizados.

- c) “indústrias” peculiares: na prática, o setor comercial recebe quase todo o produto de todas as indústrias e o repassa ao setor final ou às próprias indústrias. Porém, estas transações não correspondem a relações técnicas. Por isso, na Tabela, os fluxos de mercadorias aparecem provindos das indústrias diretamente para os setores que as absorvem. Dessa forma, a linha correspondente ao setor comercial registra apenas o pagamento que cada indústria realiza em troca dos serviços de intermediação entre o produtor e o comprador. Em contrapartida, a coluna correspondente ao setor comercial registra apenas as mercadorias que ele efetivamente absorve. O setor de transportes recebe um tratamento análogo àquele referente ao setor comercial.

O modelo de insumo-produto procura descrever a estrutura produtiva da economia e mais especificamente, sua estrutura tecnológica. A característica fundamental do modelo é que ele é formulado de uma maneira tal que seus parâmetros podem ser medidos estatisticamente e, dessa forma, ele pode fornecer respostas para problemas econômicos concretos. Os dados empíricos do modelo estão contidos na Tabela de Relações Intersectoriais. O modelo de insumo-produto é um sistema linear. Essa hipótese se reflete no fato de que os elementos que entram no modelo como os insumos necessários à produção de cada unidade de um determinado produto são constantes. Além disso, a linearidade é o resultado da combinação de duas hipóteses:

a homogeneidade e a aditividade. Outra hipótese importante feita no modelo de insumo-produto é que cada mercadoria é fornecida por uma única indústria e, reciprocamente, cada indústria produz apenas uma mercadoria. Na realidade, observa-se que cada mercadoria é fornecida por mais de uma indústria e, também, que cada indústria produz mais do que uma mercadoria.

4.2 Referencial teórico

4.2.1 Representação algébrica do modelo

Inicialmente, a partir da tabela de fluxos intersetoriais (identidades contábeis) e considerando a demanda final pelo produto da indústria i (Y_i), a produção total da indústria i (X_i) e os valores monetários do fluxo do setor i para o setor j (z_{ij}), pode-se definir um sistema de equações lineares simultâneas, cujos parâmetros são estimados empiricamente. Considere-se a seguinte identidade, na qual a economia é dividida em n setores:

$$X_i = z_{i1} + z_{i2} + \dots + z_{in} + Y_i \quad i = 1, 2, \dots, n \quad (1)$$

Como os valores de insumo i consumidos pelo setor j são diretamente proporcionais à produção do setor j , obtêm-se os coeficientes técnicos de produção (ou coeficientes de efeitos diretos), como se segue:

$$a_{ij} = z_{ij}/X_j \quad i = 1, 2, \dots, n \quad (2)$$

Considerando que a equação (2) pode ser descrita da seguinte forma:

$$z_{ij} = a_{ij}X_j \quad i = 1, 2, \dots, n \quad (3)$$

então pode-se modificar a equação (1) como se segue:

$$\begin{aligned}
 X_1 &= a_{11}X_1 + a_{12}X_2 + \dots + a_{1n}X_n + Y_1 \\
 X_2 &= a_{21}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{2n}X_n + Y_2 \\
 &\vdots \\
 X_n &= a_{n1}X_1 + a_{n2}X_2 + \dots + a_{nn}X_n + Y_n
 \end{aligned} \tag{4}$$

O conjunto de coeficientes técnicos a_{ij} constitui a matriz A , de modo que os a_{ij} descrevem a estrutura tecnológica utilizada em todos os setores da economia. Os coeficientes técnicos expressam não só a tecnologia adotada nas diferentes indústrias, como também os preços relativos das mercadorias produzidas nessas indústrias. Cada coeficiente a_{ij} mostra a quantia que deve ser gasta na mercadoria i , utilizada como insumo na produção de uma quantidade da mercadoria j suficiente para se obter uma unidade monetária de receita, ou seja, representa quanto o setor j compra do setor i , se o setor j produzir um total X_j .

4.2.2 Representação matricial do modelo

Baseado em Miller e Blair (1985), Leontief (1951) e Guilhoto (1992), pode-se afirmar que os fluxos entre os setores na economia são determinados por fatores de ordem econômica e tecnológica e suas descrições são realizadas por intermédio de equações simultâneas em termos de matrizes:

$$X = AX + Y \tag{5}$$

onde X é o vetor com o valor da produção total por setor, cuja dimensão é $n \times 1$; Y é o vetor com o valor da demanda final por setor e tem dimensão $n \times 1$. A matriz A é constituída de coeficientes técnicos de produção, sua dimensão é $n \times n$. Para o modelo

tradicional de Leontief, o vetor demanda final é exógeno, desta forma o vetor produção total é determinado apenas pelo vetor demanda final, em termos de matrizes temos:

$$X = BY \quad (6)$$

onde B contém a matriz inversa de Leontief e tem dimensão $n \times n$:

$$B = (I - A)^{-1} \quad (7)$$

Os coeficientes da matriz inversa de Leontief captam os efeitos diretos e indiretos de modificações exógenas da demanda final sobre o nível de produção dos setores, sendo que cada coeficiente desta matriz revela o aumento de produção do setor (apresentado na linha) necessário para atender a um aumento de uma unidade monetária na demanda final do setor (apresentado na coluna).

Partindo-se da expressão (7), é possível determinar o impacto que as mudanças ocorridas nos componentes da demanda final teriam sobre a produção total por setor, sendo esse procedimento dado por:

$$X = (I - A)^{-1} \cdot Y \quad (8)$$

o vetor Y engloba o consumo das famílias (Y_f), as exportações (Y_x), os gastos do governo (Y_g) e os investimentos (Y_k).

O termo $(I - A)^{-1}$ é a matriz dos multiplicadores de Leontief ou dos coeficientes de efeitos diretos e indiretos e quando pré-multiplica o vetor de demanda final, produz X, somatório da produção total (e não apenas do valor agregado) de todas as atividades da economia, ou ainda o efeito final sobre a economia provocado pelo aumento na produção de bens finais. Esse efeito é dividido entre o efeito direto (os próprios bens finais) e os efeitos indiretos (produção de insumos necessária à produção direta), e assim por diante. Os coeficientes da matriz dos coeficientes técnicos indicam a participação de cada atividade na produção das demais atividades.

O modelo de insumo-produto relaciona, portanto, a demanda final com a produção das “n” atividades da economia.

4.2.3 - Multiplicadores

A partir da equação (7), pode-se obter os valores dos multiplicadores de produção que correspondem a soma das colunas da matriz de coeficientes de efeitos diretos e indiretos, (matriz B), ou seja, da matriz inversa de Leontief.

Tais multiplicadores fornecem informações a respeito do aumento, em unidades, do produto total, causado pelo aumento de uma unidade na demanda final do produto de um setor, dada as ligações intersetoriais na economia.

Partindo-se também da equação (7) pode-se obter os multiplicadores de produtos importados, obtidos a partir da soma dos elementos da matriz resultante da multiplicação da matriz inversa de Leontief pela matriz de coeficientes técnicos.

Portanto, tem-se que

$$MS = 1 \cdot B \quad (9)$$

onde $1 = [1 \dots 1]$ com dimensão $1 \times n$; B é a matriz inversa de Leontief e MS são os multiplicadores setoriais. Pode-se definir os multiplicadores de produtos importados (MSm) a partir de:

$$MSm = 1 \cdot C_m \cdot B \quad (10)$$

onde C_m é uma matriz constituída de coeficientes técnicos de importações, por país, e sua dimensão é $n \times n$.

Esses multiplicadores visam determinar o impacto de variações da demanda final sobre o nível de produção total e de importação. Dependendo do comportamento

da demanda final, obtêm-se diferentes resultados em termos das variáveis descritas (McGillivray, 1977), resultados que não são captados quando se analisam apenas a estrutura produtiva.

Ainda, os multiplicadores são utilizados para determinar o impacto de diferentes políticas governamentais sobre os salários e distribuição de renda.

4.3 Índices de ligação para frente e para trás

A partir do modelo exposto no item 4.2, consegue-se determinar quais seriam os setores que teriam o maior poder de encadeamento dentro da economia. Acredita-se que “o processo de transformação econômica é frequentemente estimulado por um número relativamente pequeno de setores, mesmo se a economia como um todo acabe sofrendo mudanças” (Guilhoto, et al., 1994).

Seguindo-se o conceito de setores-chave de Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), pode-se definir os índices de ligações para trás e para frente conforme segue:

Índice de ligações para trás - índice que mostra o quanto um setor demanda dos outros setores, ou seja, até que ponto um setor demanda insumos da economia, em comparação com os demais, sendo que valores maiores do que 1 indicam um setor altamente dependente do restante da economia.

Índice de Ligações para frente - índice que revela o quanto um setor é demandado pelos outros setores, ou seja, até que ponto um dado setor, em comparação com os demais setores, tem seus insumos demandados pela economia, sendo que valores maiores do que 1 indicam um setor cuja produção é amplamente utilizada pelos demais.

Os setores que apresentam valores desses índices maiores que 1 são considerados setores-chave para o crescimento da economia, pois valores maiores que 1 indicam setores acima da média.

A partir da equação (7), define-se b_{ij} como um elemento da matriz inversa de Leontief B ; B^* como a média de todos os elementos de B ; e $B_{\cdot j}$ e $B_{i \cdot}$ como as somas de uma coluna e de uma linha típicas de B , respectivamente. Os índices serão:

. Índices de ligações para trás:

$$U_j = [B_{\cdot j} / n] / B^* \quad (11)$$

. Índices de ligações para frente:

$$U_i = [B_{i \cdot} / n] / B^* \quad (12)$$

Os índices de Rasmussen (1956) podem ser complementados com índices de dispersão segundo Bulmer-Thomas, (1982), definidos da seguinte maneira:

Dispersão dos índices de ligações para trás: índice que informa como um impacto setorial se distribui para os outros setores; valor baixo de dispersão significa que o impacto de uma variação da produção num dado setor estimula os demais, de maneira uniforme; valor elevado de dispersão significa que o estímulo se concentra em poucos setores. Tem-se:

$$V_j = \frac{\sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (b_{ij} - \frac{B_{\cdot j}}{n})^2}{(n-1)}}}{\frac{B_{\cdot j}}{n}} \quad (13)$$

Dispersão dos índices de ligações para frente: este índice significa o quanto um dado setor é demandado pelos outros: valor baixo de dispersão significa que é demandado de maneira uniforme; valor elevado de dispersão significa que a demanda por esse setor se concentra em poucos setores. Tem-se:

$$V_i = \frac{\sqrt{\frac{\sum_{i=n}^n (b_{ij} - \frac{B_{i*}}{n})^2}{(n-1)}}}{\frac{B_{i*}}{n}} \quad (14)$$

Há extensa literatura sobre o conceito de setores-chave (McGilvray, 1977; Hewings, 1982). O conceito de Rasmussen e Hirschman vem recebendo grande volume de aplicação e comentários críticos. Uma das críticas sobre estes índices é a de que eles não consideram os diferentes níveis de produção em cada setor da economia (Guilhoto, et. al., 1994).

4.4 Índice puro de ligações interindustriais

O índice puro de ligações interindustriais é um procedimento complementar para separar os impactos de um determinado setor dos demais setores da economia, ou de uma determinada região do restante da economia, ou ainda de um determinado país de um bloco econômico no qual esteja inserido (Guilhoto, Hewings, Sonis - 1996 e Guilhoto, Hewings, Sonis - 1997). Esse índice é um aperfeiçoamento do enfoque de Cella-Clements, desenvolvido por Cella e aplicado por Clements e Rossi para o Brasil (Cella, 1984; Clements e Rossi, 1991 e 1992, Guilhoto et al., 1994).

A idéia básica é isolar um determinado setor j do restante da economia, de forma a definir o efeito das ligações totais desse setor, ou seja, a diferença entre a produção total da economia e a produção na economia se o setor j não comprasse insumos do resto da economia e não vendesse sua produção para o resto da economia. Essa situação equivale ao oposto da substituição de importações, ou ainda, ao desaparecimento de todo um setor industrial.

Para isolar o setor j do resto da economia considera-se um sistema de insumo-produto de dois setores, representado pela matriz de coeficientes diretos de Leontief (A) (Guilhoto, Hewings, Sonis, 1997) da seguinte forma:

$$A = \begin{bmatrix} A_{jj} & A_{jr} \\ A_{rj} & A_{rr} \end{bmatrix} \quad (15)$$

onde A_{jj} e A_{rr} são matrizes quadradas de coeficientes diretos, dentro dos primeiro e segundo setores e A_{jr} e A_{rj} são matrizes retangulares mostrando os insumos diretos comprados pelo setor r do setor j .

De (15), pode-se gerar a seguinte expressão:

$$B = (I - A)^{-1} = \begin{bmatrix} B_{jj} & B_{jr} \\ B_{rj} & B_{rr} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta_{jj} & 0 \\ 0 & \Delta_{rr} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \Delta_j & 0 \\ 0 & \Delta_r \end{bmatrix} \begin{bmatrix} I & A_{jr}\Delta_r \\ A_{rj}\Delta_j & I \end{bmatrix} \quad (16)$$

onde:

$$\Delta_j = (I - A_{jj})^{-1} \quad (17)$$

$$\Delta_r = (I - A_{rr})^{-1} \quad (18)$$

$$\Delta_{jj} = (I - \Delta_j A_{jr} \Delta_r A_{rj})^{-1} \quad (19)$$

$$\Delta_{rr} = (I - \Delta_r A_{rj} \Delta_j A_{jr})^{-1} \quad (20)$$

Da fórmula de Leontief:

$$X = (I - A)^{-1} Y \quad (21)$$

e utilizando-se as informações contidas nas equações (16) a (20), pode-se derivar um conjunto de índices que pode ser utilizado: a) para classificar os setores quanto à sua importância na economia; b) para verificar como o processo de produção ocorre na economia.

Das equações (16) a (20) obtém-se:

$$\begin{bmatrix} X_j \\ X_r \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta_{jj} & 0 \\ 0 & \Delta_{rr} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \Delta_j & 0 \\ 0 & \Delta_r \end{bmatrix} \begin{bmatrix} I & A_{jr} \Delta_r \\ A_{rj} \Delta_j & I \end{bmatrix} \begin{bmatrix} Y_j \\ Y_r \end{bmatrix} \quad (22)$$

que pode ser escrita como:

$$\begin{bmatrix} X_j \\ X_r \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta_{jj} & 0 \\ 0 & \Delta_{rr} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \Delta_j & 0 \\ 0 & \Delta_r \end{bmatrix} \begin{bmatrix} Y_j + A_{jr} \Delta_r Y_r \\ A_{rj} \Delta_j Y_j + Y_r \end{bmatrix} \quad (23)$$

onde $A_{jr} \Delta_r Y_r$ é o impacto direto da demanda final do resto da economia sobre o setor j , ou seja, indica o nível de exportação do setor j que é necessário para satisfazer as necessidades de produção do resto da economia para o nível da demanda final dado por Y_r ; e $A_{rj} \Delta_j Y_j$ é o impacto direto da demanda final do setor j sobre o resto da economia, ou seja, indica o nível das exportações do resto da economia que é

necessário para satisfazer as necessidades de produção do setor j para o nível de demanda final dado por Y_j .

Retomando à equação (23):

$$\begin{bmatrix} X_j \\ X_r \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta_{jj} & 0 \\ 0 & \Delta_{rr} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \Delta_j Y_j + \Delta_r A_{jr} \Delta_r Y_r \\ \Delta_r A_{rj} \Delta_j Y_j + \Delta_r Y_r \end{bmatrix} \quad (24)$$

Tem-se, então, as definições de **Índice Puro de Ligação para Trás (PBL)** e **Índice Puro de Ligações para Frente (PFL)**, isto é,

$$PBL = \Delta_r A_{rj} \Delta_j Y_j \quad (25)$$

$$PFL = \Delta_j A_{jr} \Delta_r Y_r$$

O Índice puro de ligação para trás (PBL) dá o impacto na economia do valor da produção total do setor j , $(\Delta_j Y_j)$; isto é, o impacto que é dissociado da demanda de insumos que o setor j realiza do próprio setor j , e dos retornos da economia para o setor j e vice-versa.

O Índice puro de ligação para frente (PFL) fornece o impacto puro no setor j da produção total no resto da economia, $(\Delta_r Y_r)$.

A soma do índice puro de ligações para trás (PBL) com o índice puro de ligações para frente (PFL) resulta no índice puro do total das ligações (PTL) de cada setor na

economia, uma vez que tais índices são expressos em valores correntes. Assim, tem-se que: $PTL = PBL + PFL$.

Partindo-se novamente da equação (24):

$$\begin{bmatrix} X_j \\ X_r \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \Delta_{jj}\Delta_j Y_j + \Delta_{jj}\Delta_j A_{jr}\Delta_r Y_r \\ \Delta_{rr}\Delta_r A_{rj}\Delta_j Y_j + \Delta_{rr}\Delta_r Y_r \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} X_j^j + X_j^r \\ X_r^j + X_r^r \end{bmatrix} \quad (26)$$

o nível da produção total no setor j pode, então, ser dividido em dois componentes: $X_j^j = \Delta_{jj}\Delta_j Y_j$ e $X_j^r = \Delta_{jj}\Delta_j A_{jr}\Delta_r Y_r$, onde o primeiro componente, X_j^j , indica o nível de produção total no setor j que é devido ao nível da demanda final no setor j , e o segundo componente, X_j^r , será o nível do total da produção no setor j que é devido ao nível da demanda final do resto da economia. Da mesma forma, o nível total de produção no resto da economia pode também ser dividido em dois componentes: $X_r^j = \Delta_{rr}\Delta_r A_{rj}\Delta_j Y_j$ e $X_r^r = \Delta_{rr}\Delta_r Y_r$, onde o primeiro componente X_r^j , é o nível de produção total no resto da economia que é devido ao nível de demanda final no setor j , e o segundo componente, X_r^r , dará o nível de produção total do resto da economia que é devido ao nível de demanda final do resto da economia.

4.5 Campo de influência

Uma outra perspectiva utilizada por Sonis & Hewings (1989) e utilizada por Hewings, Fonseca, Guilhoto e Sonis (1989) numa aplicação para o Brasil que contempla a definição utilizada em (16) é o enfoque do Campo de Influência. Esse conceito de Campo de Influência descreve como se distribuem as mudanças dos coeficientes diretos no sistema econômico como um todo, permitindo desta forma determinar quais as relações entre os setores que seriam mais importantes dentro do processo produtivo.

O enfoque que se atribui ao campo de influência representa uma análise complementar ao de índice de ligações. Esse conceito permite identificar quais os coeficientes que causariam maior impacto no sistema como um todo, caso fossem alterados. São descritas as distribuições das mudanças dos coeficientes diretos no sistema econômico como um todo, permitindo determinar quais as relações entre os setores que seriam mais importantes dentro do processo produtivo. Os principais elos de ligação dentro da economia vão se encontrar nos setores que apresentam maiores índices de ligações, tanto para frente como para trás (Sonis, Hewings, 1994, Guilhoto et al., 1994).

Considerando a matriz de coeficientes diretos $A = [a_{ij}]$ e definindo-se $E = [e_{ij}]$ como a matriz de variações incrementais nos coeficientes diretos de insumo, as correspondentes matrizes inversas de Leontief são dadas por:

$$B = [(I - A)]^{-1} = [b_{ij}] \quad (27)$$

e por

$$B(\epsilon) = [I - A - \epsilon]^{-1} = [b_{ij}(\epsilon)] \quad (28)$$

De acordo com Sonis, Hewings (1994), com uma variação pequena que ocorre em apenas um coeficiente tem-se:

$$\epsilon_{ij} = \begin{cases} \epsilon & i = i_1, j = j_1 \\ 0 & i \neq i_1, \text{ ou } j \neq j_1 \end{cases} \quad (29)$$

e o campo de influência desta variação pode ser aproximado pela expressão:

$$F(\epsilon_{ij}) = \frac{[B(\epsilon_{ij}) - B]}{\epsilon_{ij}} \quad (30)$$

onde $F(\epsilon_{ij})$ é a matriz ($n \times n$) do campo de influência do coeficiente a_{ij} .

Para a determinação dos coeficientes que apresentam maior campo de influência associa-se a cada matriz $F(\epsilon_{ij})$ um valor dado por:

$$S_{ij} = \sum_{k=1}^n \sum_{l=1}^n [f_{kl}(\epsilon_{ij})]^2 \quad (31)$$

Os coeficientes diretos que possuírem os maiores valores de S_{ij} serão aqueles com maior campo de influência dentro da economia como um todo.

Como observa Guilhoto et al. (1994), a abordagem de Rasmussen-Hirschman e a de Campo de Influência levam em conta o comportamento da estrutura interna da economia, independente do valor da produção total, enquanto o Índice Puro analisa a estrutura produtiva levando em consideração os níveis de produção setorial. Os enfoques de Rasmussen-Hirschman e de Campo de Influência mostram o potencial dos impactos de mudanças em um setor específico, enquanto o índice puro avalia o impacto realizado através das considerações do volume de atividade.

4.6 Apresentação das fontes e tratamento dos dados

Para a realização deste trabalho utiliza-se duas fontes de dados. As informações provenientes das Matrizes de Insumo-Produto do IBGE elaboradas para o Brasil com base em dados censitários, que fornecem as estimativas quanto às relações intersetoriais entre as quais se destacam os coeficientes de efeitos diretos e indiretos utilizados nos cálculos dos requisitos diretos e indiretos de produção que constituíram-se na primeira fonte.

As matrizes fornecem também os dados de exportações e importações totais (ver IBGE, 1990-1994). A matriz de insumo-produto do Brasil constitui a fonte básica dos dados, embora não exclusiva.

A segunda fonte, utilizada para obter os dados quanto às exportações e importações por origem e destino, abrange o conjunto de informações da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (SECEX-MICT) de 1990 a 1996.

Foram extraídos daí os dados quanto às exportações brasileiras, por produto, para os países que formam o MERCOSUL, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai, incluindo o Chile, a Bolívia e o “setor” Resto do Mundo e, quanto às importações brasileiras dos países do MERCOSUL, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai, adicionando o Chile, a Bolívia e o “setor” Resto do Mundo.

A classificação do SECEX-MICT segue a classificação da NBM que difere da classificação de atividades “nível 100” das matrizes do IBGE utilizadas neste trabalho. A compatibilização é possível pelas instruções que constam na matriz de insumo-produto do próprio IBGE, para o ano de 1985. Superada esta dificuldade, apresenta-se no Apêndice C a compatibilização realizada.

O número de setores foi definido em 21 (Tabela 4.1), sendo que para a determinação deste número levou-se em consideração: a) a disponibilidade dos dados; e, b) a importância dos setores para a economia brasileira como um todo. (ver Sonis, Guilhoto, Hewings e Martins, 1994).

Ainda, para a agregação dos setores e produtos foi utilizada as tabelas básicas do IBGE (matriz de produção – Brasil 1990-1994 e matriz de insumo das atividades e demanda final – Brasil 1990-1994) com base na nomenclatura de Miller e Blair (1985). Procedeu-se assim, as agregações resultando em duas matrizes denominadas de matriz de produção e matriz de uso para o período considerado no presente trabalho.

A agregação dos setores foi resultado de duas etapas a partir das tabelas básicas do IBGE. Na primeira etapa foi realizada a agregação nas tabelas básicas das linhas e, na Segunda etapa das colunas, obtendo-se a agregação de setores e produtos.

A metodologia utilizada para a agregação dos setores e produtos para a obtenção dos 21 setores é apresentada também no Apêndice C. Além disso, a estrutura das matrizes de insumo-produto utilizada neste trabalho é apresentada na figura 4.1.

Feito isso, procede-se ao tratamento das exportações e importações brasileiras, por etapas. A primeira etapa consiste na expansão do vetor coluna exportações brasileiras da matriz de insumo-produto do Brasil, 1990-1994, em seis vetores, a saber: vetor contendo as exportações brasileiras para a Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Resto do Mundo.

Os dados que se apura para cada vetor seguem os seguintes passos: primeiro, a partir das tabelas que mostram as exportações brasileiras expressas em preços/FOB, para o MERCOSUL, Chile, Bolívia e Resto do Mundo, obteve-se as participações das exportações de cada país nas exportações totais para o período analisado.

Essas participações foram geradas dividindo-se o valor das exportações, por setor, de cada vetor, pelo valor obtido a partir do total do vetor das exportações. Segundo, os valores monetários das exportações brasileiras para o ano de 1990 a preço básico foi gerado através da multiplicação dos índices contidos nas tabelas de participações, por setor, pelo respectivo vetor de exportações totais, também por setor. O mesmo procedimento foi utilizado para os anos de 1991, 1992, 1993 e 1994.

A segunda etapa apresenta o tratamento das importações brasileiras onde a matriz que contém as importações é expandida em seis matrizes, a saber: matriz de produtos importados da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Resto do Mundo.

A metodologia usada para a obtenção dos dados para cada matriz segue os seguintes passos: a partir das tabelas que mostram as importações brasileiras do MERCOSUL, Chile, Bolívia e Resto do Mundo, em US\$ milhões/FOB, obteve-se a participação de cada país, por setor, sobre o total das importações brasileiras, para o período analisado, sendo que essas participações foram apuradas pela divisão do valor das importações de cada país, por setor, pelo valor total das importações, por setor.

Os valores monetários das importações brasileiras para o ano de 1990, a preços CIF, foram apurados através da multiplicação das participações dos países, por setores, na importação total apresentada na matriz de produtos importados do IBGE; partindo-se da matriz de produtos importados do IBGE, procede-se ao cálculo da distribuição setorial da demanda total.

Este cálculo foi feito pela divisão do valor referente ao que foi aplicado a cada setor pelo total das importações; e, por último, as seis matrizes de importações utilizadas neste trabalho foram obtidas pela multiplicação dos valores monetários referentes à participação de cada país no total das importações pela distribuição setorial na demanda total.

Todas as tabelas utilizadas para o cálculo das participações e distribuições setoriais encontram-se no Apêndice D.

Tabela 4.1 - Setores do Modelo

Setor	Nome
1	Agropecuária
2	Mineração
3	Minerais não Metálicos
4	Metalurgia
5	Mecânica e Material Elétrico
6	Material de Transporte
7	Madeira e Mobiliário
8	Papel e Papelão
9	Borracha
10	Indústria Química
11	Indústria Farmacêutica
12	Plásticos
13	Indústria Têxtil
14	Vestuário
15	Calçados e Couros
16	Produtos Alimentares
17	Diversos
18	Serviços Industriais de Utilidade Pública
19	Construção Civil
20	Transporte e Margem de Comércio
21	Serviços

	Indústrias Nacionais (Produção Corrente)	Demanda Final
Indústrias Nacionais	A1	D1
Importações da Argentina	A2	D2
Importações do Paraguai	A3	D3
Importações do Uruguai	A4	D4
Importações do Chile	A5	D5
Importações da Bolívia	A6	D6
Importações do Resto do Mundo	A7	D7
Impostos Indiretos Líquidos	A8	D8
Valor Adicionado	A9	D9

Figura 4.1 - Estrutura das Matrizes de Insumo - Produto Utilizada no Modelo

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Mudanças estruturais

5.1.1 Estrutura produtiva

A economia brasileira teve seu crescimento econômico até a década de 80 baseado na exportação de produtos primários e no modelo de substituição de importações (Baer, 1996). A partir de 1990 busca-se novos caminhos de desenvolvimento, entre eles, a integração regional no âmbito internacional. A análise da estrutura produtiva e dos setores-chave permitirá compreender como se encontrava a economia brasileira antes da criação do MERCOSUL e após a assinatura do Tratado de Assunção.

As Tabelas 5.1 e 5.2 apresentam a distribuição do valor adicionado e a distribuição percentual da produção total da economia brasileira por setor, no período de 1990-1994 obtida a partir da agregação realizada neste trabalho. Pode-se notar que a estrutura industrial permaneceu mais ou menos constante no período analisado.

Através da distribuição da produção entre os 21 setores, nota-se que a produção brasileira está concentrada nos setores: primário e nas indústrias a ele relacionadas diretamente (1 - Agropecuária e 16 - Produtos Alimentares); no setor industrial (10 -

Química, 4 - Metalurgia e 5 - Mecânica e Material Elétrico), e no setor terciário (19 - Construção Civil, 20 - Transporte e M. Comércio e 21 - serviços).

Esta participação mostra que houve, no período 1990 -1994, uma predominância do setor terciário (setores 20 - Transporte e M. Comércio e 21 - Serviços), os quais responderam por 44,26%, 45,46%, 46,96%, 48,84% e 43,96% da produção nos anos de 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994 respectivamente. O setor agropecuário (setor 1) respondeu por 6,38%, 6,50%, 6,26%, 5,92% e 7,70% da produção no período de 1990-1994, respectivamente. A análise da estrutura da produção da economia brasileira mostra, portanto, que a produção se encontra mais bem distribuída, onde a estrutura industrial permaneceu de certa forma constante no período 1990-94. O setor agrícola aumentou sua participação na produção passando de 6,38% em 1990 para 7,70% em 1994. Cabe ressaltar a crescente importância do setor de serviços dentro da economia, seguindo uma tendência deste setor dentro de economias mais desenvolvidas.

Tabela 5.1 - Valor Adicionado (Distribuição Percentual) - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	6,92	6,90	6,23	5,78	8,63
2 Mineração	1,29	1,30	1,15	0,72	0,73
3 Minerais não Metálicos	1,13	1,22	1,05	0,94	1,13
4 Metalurgia	2,53	2,66	2,46	2,30	2,63
5 Mecânica e Material Elétrico	3,79	3,31	3,34	3,39	3,79
6 Material de Transporte	1,51	1,45	1,40	1,51	1,81
7 Madeira e Mobiliário	0,85	0,82	0,63	0,71	0,83
8 Papel e Papelão	1,03	1,30	0,94	0,70	0,79
9 Borracha	0,36	0,35	0,35	0,33	0,35
10 Indústria Química	4,20	3,98	4,60	5,70	5,15
11 Indústria Farmacêutica	0,63	0,49	0,68	0,75	0,74
12 Plásticos	0,69	0,59	0,50	0,51	0,49
13 Indústria Têxtil	1,34	1,07	0,88	0,84	0,82
14 Vestuário	0,92	0,69	0,59	0,53	0,57
15 Calçados e Couros	0,38	0,36	0,41	0,39	0,35
16 Produtos Alimentares	2,82	3,22	3,30	3,14	3,46
17 Diversos	0,60	0,61	0,56	0,51	0,56
18 Serviços Industriais de U.P.	2,28	2,27	2,45	2,38	2,66
19 Construção Civil	6,64	6,31	6,13	6,31	8,08
20 Transporte e M. Comércio	12,74	12,04	10,43	9,91	11,35
21 Serviços	47,36	49,06	51,91	52,66	45,09
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil.
1990/94.

Tabela 5.2 - Estrutura Produtiva (Distribuição Percentual)
Brasil - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	6,38	6,50	6,26	5,92	7,70
2 Mineração	1,36	1,32	1,27	0,99	0,97
3 Minerais não Metálicos	1,51	1,52	1,39	1,28	1,38
4 Metalurgia	4,88	4,80	4,77	4,43	4,74
5 Mecânica e Material Elétrico	4,84	4,17	4,01	3,95	4,31
6 Material de Transporte	2,80	2,55	2,49	2,67	3,01
7 Madeira e Mobiliário	1,18	1,04	0,91	0,97	1,07
8 Papel e Papelão	1,81	1,98	1,72	1,50	1,57
9 Borracha	0,60	0,59	0,59	0,57	0,60
10 Indústria Química	6,93	6,83	7,09	7,07	6,84
11 Indústria Farmacêutica	0,85	0,78	0,88	0,91	0,88
12 Plásticos	0,82	0,76	0,68	0,67	0,66
13 Indústria Têxtil	2,16	1,95	1,70	1,56	1,57
14 Vestuário	1,20	0,97	0,84	0,78	0,79
15 Calçados e Couros	0,69	0,62	0,60	0,60	0,54
16 Produtos Alimentares	6,93	7,44	7,37	7,10	7,94
17 Diversos	0,66	0,66	0,63	0,63	0,65
18 Serviços Industriais de U.P.	2,50	2,87	3,03	2,84	2,89
19 Construção Civil	7,64	7,18	6,82	6,93	7,94
20 Transporte e M. Comércio	11,52	10,91	10,45	10,60	10,87
21 Serviços	32,74	34,55	36,51	38,04	33,09
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil.
1990/94.

5.1.2 Estrutura da demanda final

As tabelas 5.3 e 5.4 mostram a participação da demanda final na produção total (%) e a participação das exportações totais na produção total (%), no período de 1990 - 1994.

A participação da demanda na produção total setorial mostra que a agricultura brasileira apresenta de modo geral baixa participação da demanda final na produção total, o que indica um alto grau de interligação setorial da agricultura na economia, pois uma participação menor da produção total na demanda final implica uma utilização maior dos recursos dentro do processo produtivo.

Os setores 18 a 21, que representam os serviços, mostram-se importante dentro da estrutura de consumo final e da economia, antes e depois da criação do MERCOSUL. Os serviços ficaram à frente à custa de todos os outros setores, o que pode ter sido causado, em grande parte, pela inflação do período.

A Tabela 5.4 mostra a participação das exportações brasileiras no produto total de cada setor. Essas proporções indicam claramente que houve uma pequena abertura da economia brasileira no período analisado, através do aumento progressivo nos coeficientes de exportações em todos os setores apresentados neste trabalho, principalmente para os setores 6 – Material de Transporte; 9 – Borracha; 5 – Mecânica e Material Elétrico, no período de 1990-1992. A partir de 1992, pode-se incluir o setor 8 - Papel e Papelão.

O crescimento das exportações brasileiras para o MERCOSUL resultou no acúmulo de superávits com os demais países-membros. Com a Argentina, a balança comercial, que era deficitária em 1990 e 1991, alcançou superávits da ordem de US\$ 1.030 milhões em 1993, declinando para US\$ 523 milhões em 1994.

Além do programa de desgravação tarifária iniciado em 1991, dois outros fatores tiveram papel importante na obtenção desses resultados. A economia brasileira passava por um período recessivo no início dos anos 90, enquanto a economia argentina estava em pleno ciclo de expansão. A taxa média anual de crescimento do PIB real entre 1990 e 1993 foi de 2,45% no Brasil e de 8,03% na Argentina (Pereira, 1996). A adoção de uma paridade fixa entre o peso argentino e o dólar, associada ao plano de estabilização, refletiu numa expressiva valorização da moeda argentina em relação à moeda brasileira.

Tabela 5.3 - Participação da Demanda Final na Produção Total (%) - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	31,89	30,03	29,63	26,07	29,82
2 Mineração	22,22	28,13	27,85	25,02	24,23
3 Minerais não Metálicos	7,40	8,82	8,77	8,84	7,47
4 Metalurgia	14,46	18,72	20,00	18,76	17,58
5 Mecânica e Material Elétrico	49,31	50,48	47,43	51,70	58,44
6 Material de Transporte	53,31	56,93	55,73	60,44	61,59
7 Madeira e Mobiliário	52,97	52,97	54,22	56,93	55,28
8 Papel e Papelão	24,45	23,48	23,72	26,05	27,23
9 Borracha	7,04	9,23	9,74	11,70	12,71
10 Indústria Química	23,29	26,73	27,69	32,17	28,67
11 Indústria Farmacêutica	86,39	88,44	85,30	87,59	92,41
12 Plásticos	7,73	9,73	9,04	10,72	10,48
13 Indústria Têxtil	22,69	24,82	25,72	26,44	26,72
14 Vestuário	95,80	94,99	94,55	97,05	97,33
15 Calçados e Couros	71,84	74,41	79,04	81,35	77,96
16 Produtos Alimentares	70,82	70,25	70,22	70,86	71,76
17 Diversos	63,22	71,15	72,16	51,47	54,03
18 Serviços Industriais de U.P.	30,76	32,55	32,50	32,22	31,89
19 Construção Civil	89,42	89,63	89,97	90,11	90,09
20 Transporte e M. Comércio	48,70	47,58	41,84	44,15	47,32
21 Serviços	58,93	66,18	55,34	49,24	61,21

Fonte: IBGE - Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil - 1990-1994

Tabela 5.4
Participação das Exportações Brasileiras na Produção Total (em percentagem)
1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	2,21	2,42	2,65	2,69	2,73
2 Mineração	20,54	27,53	27,40	28,35	24,99
3 Minerais não Metálicos	1,57	2,15	3,40	4,12	3,65
4 Metalurgia	12,25	15,21	16,80	15,48	13,67
5 Mecânica e Material Elétrico	6,41	9,13	11,39	11,05	9,43
6 Material de Transporte	12,71	16,53	21,98	19,66	16,30
7 Madeira e Mobiliário	3,82	5,81	9,23	12,45	10,77
8 Papel e Papelão	7,05	7,83	11,22	10,71	11,68
9 Borracha	5,39	7,69	9,48	9,83	9,47
10 Indústria Química	4,38	3,80	4,92	5,11	4,81
11 Indústria Farmacêutica	1,71	3,07	2,96	3,27	3,16
12 Plásticos	1,39	2,06	3,67	3,86	3,59
13 Indústria Têxtil	5,24	7,22	9,10	7,96	7,08
14 Vestuário	1,21	1,67	2,66	2,93	2,74
15 Calçados e Couros	23,24	30,00	44,85	43,01	36,66
16 Produtos Alimentares	10,52	10,80	13,07	13,29	13,86
17 Diversos	6,95	9,86	11,14	12,71	10,94
18 Serviços Industriais de U.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	5,08	5,17	5,74	4,43	4,99
21 Serviços	0,59	0,54	0,45	0,56	0,60

Fonte: IBGE - Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil - 1990-1994

5.1.3 Insumos Importados

A Tabela 5.5 nos mostra a participação dos insumos importados na produção total, ou seja, os coeficientes de importação, para o período de 1990-1994. Tem havido um aumento constante do nível de importação sobre o volume da produção total, o que reflete uma diminuição da “complexidade” da economia brasileira, na medida em que se passa a importar parte dos insumos necessários ao processo produtivo, a partir do estabelecimento do processo integracionista (MERCOSUL), o que tem resultado num menor nível de ligações intersetoriais. As exceções são setores que dependem de insumos importados bastante especializados, os quais não podem ser substituídos no curto prazo. Levando-se em consideração os aumentos dos coeficientes de importação, cabe destacar os setores 6 - Material de Transporte; 13 - Indústria Têxtil, 5 - Mecânica e Material Elétrico e 15 - Calçados e Couros. Portanto, os maiores coeficientes de importação referem-se aos setores industriais. Os setores primário e de serviços apresentam baixo nível de importação sobre o volume da produção total, com exceção do setor 18 – Serviços Industriais de Utilidade Pública e do setor 20 - Transporte e Margem de Comércio. Observa-se, também, tendência de queda da participação das importações, o que provavelmente reflete uma mudança nos tipos de insumos utilizados.

**Tabela 5.5 - Participação dos Insumos Importados do MERCOSUL na Produção Total (%)
1990-1994**

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,74	0,81	0,83	1,24	0,88
2 Mineração	1,84	1,78	1,62	2,33	2,07
3 Minerais não Metálicos	1,75	1,47	1,52	2,01	1,78
4 Metalurgia	4,21	5,60	5,22	4,85	4,61
5 Mecânica e Material Elétrico	4,60	6,49	6,20	6,92	7,55
6 Material de Transporte	3,66	4,24	4,79	5,66	5,37
7 Madeira e Mobiliário	0,98	1,00	1,15	1,33	1,08
8 Papel e Papelão	3,05	3,36	3,14	4,17	4,31
9 Borracha	5,01	6,28	5,66	5,99	6,67
10 Indústria Química	12,12	12,11	11,13	9,13	9,62
11 Indústria Farmacêutica	8,90	11,02	9,29	9,07	10,73
12 Plásticos	2,01	2,99	3,10	3,36	3,95
13 Indústria Têxtil	2,84	4,02	4,56	7,82	7,38
14 Vestuário	0,80	1,08	1,09	1,95	2,56
15 Calçados e Couros	3,91	5,15	5,02	5,38	5,13
16 Produtos Alimentares	2,23	2,59	2,43	2,22	2,74
17 Diversos	1,42	1,67	1,91	2,55	2,59
18 Serviços Industriais de U.P.	5,10	6,92	5,90	4,15	3,82
19 Construção Civil	0,96	0,97	1,01	1,20	1,10
20 Transporte e M. Comércio	3,12	4,22	4,54	4,25	3,97
21 Serviços	0,59	0,73	0,69	0,81	1,05

Fonte: IBGE - Matriz de Relações Intersetoriais - Brasil - 1990-1994.

5.2 Multiplicadores setoriais de produto

Os multiplicadores setoriais fornecem informações que permitem determinar o impacto de diferentes estratégias setoriais sobre variáveis econômicas. Essas análises permitem visualizar a economia em questão e inferir como se comporta frente às políticas setoriais. Dessa forma, em 1990, os setores 6 - Material de Transporte, 4 - Metalurgia, 16 - Produtos Alimentares e 15 - Calçados e Couros setores importantes que reagem com mais intensidade às variações em suas demandas finais, visto que apresentam os maiores multiplicadores de produto (Tabela 5.6). Em 1991, a partir da criação do MERCOSUL, os setores 16 - Produtos Alimentares, 6 - Material de Transporte e 4 - Metalurgia continuaram sendo os setores que apresentaram os maiores multiplicadores mudando apenas a ordem em relação ao ano de 1990. O setor 13 - Indústria Têxtil apresenta o maior multiplicador apenas no ano de 1991. Os setores que apresentam os maiores multiplicadores em 1990 permanecem no ano de 1992 e 1994 apenas mudando a sua ordem.

Ainda, em 1993, os setores 4 - Metalurgia; 16 - Produtos Alimentares; 6 - Material de Transporte apresentaram os maiores multiplicadores de produto. Estes resultados apontam para a importância destes setores na economia brasileira, sendo capazes de gerar grande impacto sobre o resto do sistema econômico. Neste ano o setor 8 - Papel e Papelão ocupou a quarta posição em relação aos cinco setores considerados neste trabalho que apresentaram os maiores multiplicadores.

Verifica-se, então, com a utilização do modelo de insumo-produto (através do multiplicador setorial do produto) os setores da economia brasileira afetados pela criação do MERCOSUL. A partir destes resultados, as estratégias que atuar sobre os setores 16 - Produtos Alimentares; 6 - Material de Transporte; 4 - Metalurgia; 13 - Indústria Têxtil e 8 - Papel e Papelão pode resultar em maior impacto sobre a economia brasileira. Cabe ressaltar que o MERCOSUL é apenas um elemento que pode explicar estas mudanças.

Como o multiplicador de produto na agricultura apresenta um índice de 1,75, para o ano de 1990, um gasto simultâneo de uma unidade monetária no conjunto das atividades do setor agropecuário teria como resultado o aumento da produção de 1,75 unidades monetárias. Após a criação do MERCOSUL, o multiplicador de produto na agricultura apresenta um índice de 1,79, 1,75 e 1,65 para os anos de 1992, 1993 e 1994, respectivamente, ou seja, não se alterou de forma acentuada.

O mesmo pode ser observado para o setor de serviços que praticamente não se alterou, apresentando um índice de 1,37 em 1990 e, em 1994, um índice de 1,39.

Tabela 5.6 - Multiplicador de Produto por Ramo da Atividade Econômica - Brasil - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	1,7476	1,7389	1,7869	1,7509	1,6498
2 Mineração	1,8514	1,791	1,8449	1,9672	1,998
3 Minerais não Metálicos	2,1375	2,043	2,0866	2,0686	2,0202
4 Metalurgia	2,5029	2,3517	2,4292	2,4132	2,3952
5 Mecânica e Material Elétrico	2,1303	2,0021	1,9572	1,8822	1,8935
6 Material de Transporte	2,5291	2,3914	2,386	2,3321	2,3266
7 Madeira e Mobiliário	2,1866	2,0733	2,1633	2,0756	2,0505
8 Papel e Papelão	2,3138	2,1743	2,3058	2,3453	2,3172
9 Borracha	2,3049	2,2304	2,2438	2,2141	2,2147
10 Indústria Química	2,0486	2,0454	1,9829	1,8036	1,8866
11 Indústria Farmacêutica	1,9743	2,0105	1,8763	1,8061	1,8006
12 Plásticos	2,0378	2,0577	2,0698	1,9639	2,0208
13 Indústria Têxtil	2,3661	2,4027	2,4145	2,2375	2,3121
14 Vestuário	2,305	2,3408	2,3279	2,2531	2,2591
15 Calçados e Couros	2,4357	2,302	2,1562	2,1452	2,2124
16 Produtos Alimentares	2,4582	2,3977	2,4019	2,3852	2,3585
17 Diversos	1,9438	1,8809	1,892	1,9319	1,9294
18 Serviços Industriais de U.P.	1,738	1,7629	1,7621	1,7757	1,7091
19 Construção Civil	1,8691	1,8409	1,8198	1,7618	1,685
20 Transporte e M. Comércio	1,6319	1,5745	1,6468	1,6817	1,6246
21 Serviços	1,3711	1,353	1,3231	1,323	1,387

Fonte: Dados Elaborados pela Pesquisa

Os resultados apresentados nas tabelas 5.7 a 5.11 nos indicam que, a formação do MERCOSUL não provocou mudanças profundas na estrutura de insumos importados.

Os cinco setores que apresentaram os maiores multiplicadores de produtos importados da Argentina, em 1990, foram: 5 - Mecânica e Material Elétrico (0,0147); 15 - Calçados e Couros (0,0108); 16 - Produtos Alimentares (0,0093); 8 - Papel e Papelão (0,0069) e 6 - Material de Transporte (0,0061).

A partir da criação do MERCOSUL, em 1991, os setores que apresentaram os maiores multiplicadores, foram 15 - Calçados e Couros (0,0241); 5 - Mecânica e Material Elétrico (0,0179); 16 - Produtos Alimentares (0,0117); 13 - Indústria Têxtil (0,0094) e 6 - Material de Transporte (0,0092). Os mesmos setores continuaram apresentando os maiores multiplicadores em 1992, apenas mudando a ordem no caso dos setores Têxtil e Material de Transporte.

Em 1993, os maiores multiplicadores, em ordem decrescente, foram os relacionados aos setores 17 - Diversos; 11 - Indústria Farmacêutica; 7 - Madeira e Mobiliário; 14 - Vestuário e 4 - Metalurgia. Já em 1994, os resultados foram, em ordem decrescente, 15 - Calçados e Couros; 13 - Indústria Têxtil; 6 - Material de Transporte; 16 - Produtos Alimentares e 14 - Vestuário.

Em relação ao Paraguai, no ano de 1990, os setores que apresentaram os maiores multiplicadores foram: 13 - Indústria Têxtil; 14 - Vestuário; 7 - Madeira e Mobiliário; 16 - Produtos Alimentares e 9 - Borracha. Esta situação se mantém praticamente no ano de 1991, apresentando apenas uma mudança de ordem entre os setores 16 - Produtos Alimentares e 5 - Borracha.

A partir de 1992, quatro setores continuam apresentando os maiores multiplicadores, mas o setor 16 - Produtos Alimentares perde a sua posição pelo setor 3 - Indústria Farmacêutica. Em 1993 os maiores valores são apresentados nos setores: 14 - Vestuário; 12 - Plásticos; 17 - Diversos; 15 - Calçados e Couros e 8 - Papel e Papelão. Já em 1994, tem-se, em ordem decrescente, 13 - Indústria Têxtil; 14 - Vestuário; 16 - Produtos Alimentares; 7 - Madeira e Mobiliário e 11 - Indústria Farmacêutica.

Os cinco maiores multiplicadores setoriais do Uruguai nos anos 1990 e 1991 foram: 15 - Calçados e Couros; 9 - Borracha; 5 - Mecânica e Material Elétrico; 11 - Indústria Farmacêutica e 16 - Produtos Alimentares. Em 1992, o setor 9 - Borracha perde a sua ordem para o setor 13 - Têxtil, sendo que os outros resultados não se alteraram. Já em 1993, apenas o setor 11 - Indústria Farmacêutica continua

apresentando um dos maiores multiplicadores e, em 1994, continua entre os cinco maiores os setores 11 - Indústria Farmacêutica e 14 - Vestuário.

Os multiplicadores setoriais de importação, no caso do Chile, não apresentaram mudanças significativas em relação à formação do MERCOSUL. Em relação à Bolívia os multiplicadores setoriais de produção apresentaram valores próximos de zero, então, para se produzir uma unidade monetária, praticamente nada se importou da Bolívia no período analisado.

Por último, os cinco maiores multiplicadores de produtos importados do Resto do Mundo são: 10 - Indústria Química; 11 - Indústria Farmacêutica; 9 - Borracha; 4 - Metalurgia e 6 - Material de Transporte, no período 1990-1992. As mudanças começam a ocorrer a partir de 1993, onde os maiores multiplicadores estão nos setores: 11 - Indústria Farmacêutica; 7 - Mecânica e Material Elétrico; 17 - Diversos; 14 - Vestuário e 9 - Borracha, em ordem decrescente. Já em 1995, os setores são: 11 - Indústria Farmacêutica; 10 - Indústria Química; 9 - Borracha; 13 - Indústria Têxtil e 5 - Madeira e Mobiliário. Observa-se tanto mudanças na ordem quanto nos setores.

Em relação à Argentina pode-se perceber que ao longo do tempo a economia brasileira diminuiu a utilização de importados em seu processo produtivo. O setor 5 - Mecânica e Material Elétrico, de 1990 para 1991 aumentou 69,4%, mas, de 1991 para 1992 reduziu em (-20,5%); em 1993 para (-84,6%) e, em 1994 (-96,2%). O mesmo pode ser verificado para os outros quatro setores considerados nesta análise. Tendo os insumos importados uma participação relevante no custo de produção da indústria e sendo as tarifas alfandegárias para os insumos diferentes entre um país e outro, a firma de um país que fixou taxas mais baixas para a importação de insumos tenderá a ficar com uma fatia maior do mercado regional, pois seus custos de produção são menores. O comportamento é o mesmo em relação ao Paraguai e Uruguai, apenas ressalta-se que o setor 14 - Vestuário apresentou um multiplicador da ordem de 0,0063, em 1992, passando para 0,0166 em 1993, ou seja, apresentou um crescimento de 163%.

Para efeito de análise, os resultados apresentados nas tabelas 5.12 a 5.21 ou seja, a produção destinada ao consumo das famílias e do governo; a formação bruta de capital; as exportações totais brasileiras; e, a produção destinada as exportações para a Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Resto do Mundo, estão em valores monetários a preços de 1994, corrigidos utilizando o IGPD da FGV. Os deflatores utilizados foram: para o ano de 1990 (0,008899); 1991 (0,001534); 1992 (0,000122) e 1993 (0,004341). Cabe ressaltar que as análises realizadas a partir de valores monetários podem apresentar distorções, principalmente quando os países apresentam altas taxas de inflação, merecendo assim atenção especial.

Ao longo do período pode-se notar que a análise da evolução do valor da produção destinada como função dos quatro componentes da demanda final (consumo das famílias, gastos do governo, exportações e formação bruta de capital) revelou pequenas variações para a maioria dos setores apresentados neste trabalho. Em relação ao consumo das famílias o valor da produção setorial foi decrescendo gradativamente entre 1990-1993, apresentando aumentos significativos a partir de 1994. Essas reduções variam de (-33,3%) a (-16,4%), considerando-se as maiores variações setoriais ocorridas antes da formação do MERCOSUL (1991), a saber: 14 - Vestuário (-33,3%); 15 - Calçados e Couros (-32,4%); 6 - Material de Transporte (-27,8%), 13 - Indústria Têxtil (-27,4%) e 7 - Madeira e Mobiliário (-26,7%) (Tabela 5.12).

Também decresceu a produção destinada ao governo (Tabela 5.13). Ao longo do período analisado o setor 14 - Vestuário, apresentou redução da ordem de (-21,1%), (-29,6%) e (-50,4%), de 1990-1993.

A parcela da produção destinada à formação bruta de capital decresceu entre 1990-1993 em relação a todos os setores considerados nesta pesquisa, apresentando variações em média da ordem de (-35%) (Tabela 5.14).

De 1990 para 1991 a produção exportada para a Argentina apresentou crescimento em todos os setores analisados. As maiores taxas de crescimento foram: 15 - Calçados e Couros (450,3%); 8 - Papel e Papelão (311,2%); 6 - Material de

Transporte (276,2%); 9 - Borracha (255,3%) e 11 - Indústria Farmacêutica (237,5%). A partir da criação do MERCOSUL as taxas de crescimento nesses setores são menores, chegando a taxas negativas em quatro dos cinco setores analisados, voltando a apresentar taxas crescentes a partir de 1993 (Tabela 5.16).

Para o Paraguai e o Uruguai verifica-se o mesmo comportamento. Ressalta-se o crescimento observado de 1990-1991, no setor 11 - Indústria Farmacêutica de 627,4% e em relação ao Uruguai, o crescimento do setor 6 - Material de Transporte, de 1992 a 1993, de 3 041%. (tabelas 5.19 e 5.20). A produção destinada para exportações para o Resto do Mundo não apresentou mudanças significativas no período analisado. (tabelas 5.17 e 5.18).

Tabela 5.7 - Multiplicador Setorial de Produtos importados - Argentina - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,0025	0,0033	0,0032	0,003	0,0032
2 Mineração	0,005	0,006	0,0039	0,0018	0,0023
3 Minerais não Metálicos	0,004	0,0049	0,0034	0,0023	0,0032
4 Metalurgia	0,0055	0,0072	0,0056	0,0076	0,007
5 Mecânica e Material Elétrico	0,0147	0,0249	0,0179	0,0024	0,0035
6 Materiais de Transporte	0,0061	0,0084	0,0092	0,0036	0,0133
7 Madeira e Mobiliário	0,0036	0,0037	0,0033	0,0332	0,0031
8 Papel e Papelão	0,0069	0,006	0,0043	0,0037	0,0039
9 Borracha	0,0054	0,0072	0,0065	0,0046	0,0092
10 indústria Química	0,0045	0,0069	0,0065	0,0013	0,0104
11 Indústria Farmacêutica	0,0042	0,0056	0,0048	0,0456	0,0071
12 Plásticos	0,0032	0,0051	0,0047	0,005	0,0057
13 Indústria Têxtil	0,0055	0,0084	0,0094	0,0018	0,0164
14 Vestuário	0,0039	0,0059	0,0059	0,0108	0,0114
15 Calçados e Couros	0,0108	0,0303	0,0241	0,0037	0,0191
16 Produtos Alimentares	0,0093	0,0112	0,0117	0,0035	0,0119
17 Diversos	0,0034	0,0042	0,0032	0,0787	0,003
18 Serviços industriais de U.P.	0,0033	0,006	0,0036	0,001	0,0007
19 Construção Civil	0,0035	0,0044	0,0031	0,0022	0,0018
20 Transporte e M. Comércio	0,0015	0,0023	0,0025	0,0009	0,003
21 Serviços	0,0011	0,0015	0,0011	0,0011	0,0013

Tabela 5.8 - Multiplicador Setorial de Produtos Importados - Paraguai - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,0004	0,0002	0,0002	0,0001	0,0002
2 Mineração	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
3 Minerais não Metálicos	0,0002	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001
4 Metalurgia	0,0001	0,0001	0,0001	0,0002	0,0001
5 Mecânica e Material Elétrico	0,0002	0,0002	0,0001	0,0002	0,0001
6 Material de Transporte	0,0002	0,0002	0,0002	0,0002	0,0002
7 Madeira e Mobiliário	0,0019	0,0012	0,0015	0,0004	0,0008
8 Papel e Papelão	0,0002	0,0002	0,0002	0,0012	0,0002
9 Borracha	0,0009	0,001	0,0009	0,0003	0,001
10 Indústria Química	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
11 Indústria Farmacêutica	0,0002	0,0002	0,0017	0,0005	0,0007
12 Plásticos	0,0002	0,0003	0,0002	0,0068	0,0002
13 Indústria Têxtil	0,0067	0,0097	0,0106	0,0002	0,0096
14 Vestuário	0,0043	0,0062	0,0063	0,0166	0,0068
15 Calçados e Couros	0,0008	0,0007	0,0009	0,0039	0,002
16 Produtos Alimentares	0,0015	0,0008	0,0008	0,0004	0,0012
17 Diversos	0,0003	0,0003	0,0003	0,0047	0,0003
18 Serviços Industriais de U.P.	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0
19 Construção Civil	0,0002	0,0002	0,0001	0,0002	0,0001
20 Transporte e M. Comércio	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001
21 Serviços	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001

Tabela 5.9 - Multiplicador Setorial de Produtos Importados - Uruguai - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,001	0,0009	0,0006	0,0006	0,0005
2 Mineração	0,0013	0,0011	0,0007	0,0003	0,0002
3 Minerais não Metálicos	0,0011	0,0009	0,0006	0,0004	0,0003
4 Metalurgia	0,0014	0,0011	0,0009	0,0006	0,0003
5 Mecânica e Material Elétrico	0,0039	0,0045	0,0023	0,0003	0,0003
6 Material de Transporte	0,0016	0,0013	0,001	0,0004	0,0009
7 Madeira e Mobiliário	0,0011	0,0008	0,0007	0,0013	0,0005
8 Papel e Papelão	0,0014	0,0012	0,0013	0,0007	0,0004
9 Borracha	0,005	0,0037	0,003	0,0009	0,003
10 Indústria Química	0,0017	0,0015	0,0011	0,0004	0,0005
11 Indústria Farmacêutica	0,0035	0,0057	0,0033	0,0033	0,0019
12 Plásticos	0,0014	0,0013	0,001	0,0022	0,0006
13 Indústria Têxtil	0,0026	0,0031	0,0031	0,0004	0,0028
14 Vestuário	0,0019	0,002	0,002	0,0035	0,002
15 Calçados e Couros	0,0205	0,0085	0,0045	0,0011	0,0031
16 Produtos Alimentares	0,0034	0,0032	0,0022	0,0007	0,0025
17 Diversos	0,001	0,0008	0,0008	0,0159	0,0005
18 Serviços Industriais de U.P.	0,0009	0,0011	0,0006	0,0002	0,0001
19 Construção Civil	0,0009	0,0008	0,0005	0,0003	0,0002
20 Transporte e M. Comércio	0,0006	0,0006	0,0004	0,0002	0,0003
21 Serviços	0,0003	0,0004	0,0003	0,0002	0,0002

Tabela 5.10 - Multiplicador Setorial de Produtos Importados - Chile - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,0006	0,0005	0,0004	0,0004	0,0006
2 Mineração	0,0006	0,0005	0,0003	0,0004	0,0006
3 Minerais não Metálicos	0,0007	0,0007	0,0015	0,0016	0,0017
4 Metalurgia	0,0013	0,0016	0,0013	0,0012	0,0012
5 Mecânica e Material Elétrico	0,0015	0,0015	0,0007	0,0005	0,0007
6 Material de Transporte	0,0009	0,0009	0,0007	0,0008	0,0008
7 Madeira e Mobiliário	0,0015	0,0016	0,0012	0,0009	0,001
8 Papel e Papelão	0,003	0,0048	0,0015	0,0011	0,0028
9 Borracha	0,0012	0,0012	0,0009	0,0054	0,0018
10 Indústria Química	0,0011	0,0012	0,001	0,0002	0,002
11 Indústria Farmacêutica	0,0062	0,0069	0,0013	0,005	0,0017
12 Plásticos	0,0008	0,0011	0,0008	0,0014	0,0018
13 Indústria Têxtil	0,0011	0,001	0,0007	0,0005	0,0015
14 Vestuário	0,0007	0,0007	0,0004	0,0011	0,0009
15 Calçados e Couros	0,001	0,0019	0,0007	0,0007	0,001
16 Produtos Alimentares	0,0018	0,0017	0,0014	0,0004	0,0014
17 Diversos	0,0006	0,0007	0,0005	0,0084	0,0008
18 Serviços Industriais de U.P.	0,0003	0,0004	0,0002	0,0002	0,0001
19 Construção Civil	0,0006	0,0006	0,0012	0,0004	0,001
20 Transporte e M. Comércio	0,0004	0,0005	0,0004	0,0007	0,0007
21 Serviços	0,0002	0,0003	0,0001	0,0002	0,0002

Tabela 5.11 - Multiplicador Setorial de Produtos Importados - Resto do Mundo - 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,0325	0,0344	0,0341	0,0196	0,0263
2 Mineração	0,0315	0,0311	0,0317	0,0272	0,043
3 Minerais não Metálicos	0,0475	0,0434	0,0452	0,0329	0,0455
4 Metalurgia	0,0859	0,1033	0,1017	0,0834	0,0904
5 Mecânica e Material Elétrico	0,0653	0,0774	0,0801	0,0445	0,107
6 Material de Transporte	0,0807	0,0897	0,093	0,1182	0,0944
7 Madeira e Mobiliário	0,036	0,0373	0,0407	0,1541	0,0347
8 Papel e Papelão	0,0609	0,0636	0,0677	0,0245	0,0813
9 Borracha	0,1015	0,1184	0,1099	0,1368	0,1164
10 Indústria Química	0,1631	0,1652	0,1489	0,0148	0,1232
11 Indústria Farmacêutica	0,113	0,1327	0,1146	0,6717	0,1235
12 Plásticos	0,0741	0,0877	0,0862	0,1203	0,0872
13 Indústria Têxtil	0,0601	0,0762	0,0822	0,0304	0,112
14 Vestuário	0,0376	0,0479	0,0499	0,1412	0,073
15 Calçados e Couros	0,0563	0,0619	0,0617	0,0447	0,0722
16 Produtos Alimentares	0,0401	0,0451	0,0423	0,0194	0,0411
17 Diversos	0,036	0,0389	0,0397	0,1508	0,0473
18 Serviços Industriais de U.P.	0,0174	0,0228	0,0216	0,0114	0,0149
19 Construção Civil	0,0304	0,0328	0,0326	0,0201	0,0298
20 Transporte e M. Comércio	0,035	0,039	0,0415	0,0156	0,037
21 Serviços	0,0099	0,0111	0,0101	0,0105	0,0137

Tabela 5.12 - Produção Destinada ao Consumo das Famílias - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	25685,09	22317,78	19292,57	15240,45	36845,46
2 Mineração	3280,40	2452,93	2131,14	1342,73	2498,74
3 Minerais não Metálicos	1841,99	1583,72	1275,81	893,32	1912,37
4 Metalurgia	9014,63	6946,82	5760,37	4014,79	8827,04
5 Mecânica e Material Elétrico	9887,93	7497,29	6153,98	4426,03	9415,69
6 Material de Transporte	7112,08	5136,09	4180,75	3339,94	8061,97
7 Madeira e Mobiliário	3435,70	2517,77	1882,55	1573,19	3455,17
8 Papel e Papelão	5662,29	5340,26	3953,31	2655,51	5476,12
9 Borracha	1528,17	1255,01	1053,45	748,85	1587,04
10 Indústria Química	24985,11	20266,48	19030,74	15635,84	28122,34
11 Indústria Farmacêutica	4205,71	3274,58	3380,19	2788,22	5159,11
12 Plásticos	2379,42	1787,22	1402,00	1073,38	2039,79
13 Indústria Têxtil	9299,43	6747,38	5116,94	3797,26	7419,69
14 Vestuário	6523,67	4349,37	3406,17	2605,56	4994,42
15 Calçados e Couros	2628,71	1777,36	1180,08	986,05	1902,29
16 Produtos Alimentares	29784,95	27169,98	23480,78	18589,51	39291,42
17 Diversos	2173,37	1796,14	1520,82	1091,04	2249,12
18 Serviços Industriais de U.P.	9323,96	9321,91	8730,81	6823,76	13313,70
19 Construção Civil	1138,99	1092,17	831,95	584,54	1445,61
20 Transporte e M. Comércio	43059,07	34672,70	29663,61	24180,01	47367,83
21 Serviços	65232,16	74732,87	60867,08	44043,65	87770,11

Tabela 5.13 - Produção Destinada ao Consumo do Governo - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	1135,31	949,56	692,58	578,18	1687,09
2 Mineração	257,32	186,02	136,75	87,15	202,64
3 Minerais não Metálicos	243,53	193,95	137,18	100,72	262,94
4 Metalurgia	784,61	583,58	439,57	302,43	749,94
5 Mecânica e Material Elétrico	708,88	535,67	414,38	305,70	668,40
6 Material de Transporte	704,24	460,35	373,40	256,49	658,37
7 Madeira e Mobiliário	107,87	81,35	54,06	43,44	118,26
8 Papel e Papelão	1124,47	982,14	667,32	477,42	1201,09
9 Borracha	343,23	267,03	210,28	149,18	360,69
10 Indústria Química	1770,68	1386,28	1095,23	873,85	1983,91
11 Indústria Farmacêutica	186,16	109,45	102,16	82,47	145,72
12 Plásticos	224,36	173,41	120,51	94,51	219,88
13 Indústria Têxtil	440,06	332,60	224,60	166,00	392,09
14 Vestuário	23,63	18,63	13,12	6,50	15,26
15 Calçados e Couros	27,34	20,84	13,14	7,75	19,95
16 Produtos Alimentares	1353,00	1189,80	871,16	708,47	1863,91
17 Diversos	243,81	193,64	142,58	174,13	426,06
18 Serviços Industriais de U.P.	1096,12	934,10	750,27	582,62	1403,76
19 Construção Civil	701,77	522,41	374,26	294,61	826,68
20 Transporte e M. Comércio	3076,15	2610,99	1886,57	1595,83	3875,27
21 Serviços	60370,15	50057,04	40011,04	32595,67	69716,45

Tabela 5.14 - Produção Destinada a Formação Bruta de Capital - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	1930,78	1480,03	1387,93	1132,45	3006,07
2 Mineração	1382,11	954,87	786,21	552,44	1087,02
3 Minerais não Metálicos	5313,90	4499,49	3700,57	2793,01	5744,00
4 Metalurgia	9674,52	7106,75	5887,02	4602,44	10039,95
5 Mecânica e Material Elétrico	12743,90	8016,61	6694,76	5043,62	12132,81
6 Material de Transporte	4864,89	3200,25	2478,53	2388,34	5502,30
7 Madeira e Mobiliário	2427,62	1771,89	1304,88	1088,47	2335,13
8 Papel e Papelão	883,20	711,65	506,98	338,88	710,27
9 Borracha	606,82	426,59	348,64	278,89	598,70
10 Indústria Química	5164,19	3751,62	3367,50	2615,12	5161,96
11 Indústria Farmacêutica	53,16	34,23	32,39	21,86	41,59
12 Plásticos	1396,43	1023,93	790,41	620,16	1174,52
13 Indústria Têxtil	421,01	285,83	214,69	140,04	286,45
14 Vestuário	63,08	42,54	33,60	14,77	26,03
15 Calçados e Couros	50,99	33,69	24,04	12,53	27,83
16 Produtos Alimentares	435,85	349,36	300,32	189,56	433,44
17 Diversos	640,30	447,51	363,49	268,28	558,86
18 Serviços Industriais de U.P.	1463,30	1338,05	1175,60	744,88	1578,61
19 Construção Civil	39264,54	31724,58	27333,79	22825,22	48875,69
20 Transporte e M. Comércio	8521,21	6249,61	5054,38	4197,11	8375,81
21 Serviços	4657,37	3502,16	3055,93	2591,46	5154,55

Tabela 5.15 - Produção Destinada as Exportações Totais Brasileiras - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	3359,37	3014,37	3352,87	2699,82	6391,58
2 Mineração	2166,68	2255,68	2099,47	1394,11	2331,98
3 Minerais não Metálicos	593,22	613,99	652,45	534,82	982,50
4 Metalurgia	7447,22	7378,31	7739,84	5623,39	9915,84
5 Mecânica e Material Elétrico	3280,67	3137,96	3501,12	2686,83	4488,05
6 Material de Transporte	2859,06	2798,76	3261,72	2560,78	4462,25
7 Madeira e Mobiliário	431,03	460,72	541,42	588,71	1068,71
8 Papel e Papelão	1303,26	1426,18	1507,29	1020,79	2014,99
9 Borracha	553,32	576,46	656,80	545,16	968,16
10 Indústria Química	4293,47	3709,13	4351,21	3586,13	6319,02
11 Indústria Farmacêutica	124,77	146,65	158,07	138,23	237,66
12 Plásticos	421,59	406,65	456,15	383,18	635,89
13 Indústria Têxtil	1329,86	1359,79	1359,57	905,74	1544,80
14 Vestuário	122,89	116,93	137,87	99,32	170,48
15 Calçados e Couros	1120,08	1078,62	1337,28	1041,99	1549,29
16 Produtos Alimentares	4991,66	4925,60	5228,25	4155,45	8883,63
17 Diversos	468,06	461,61	474,41	369,86	623,60
18 Serviços Industriais de U.P.	900,49	1090,34	1254,02	806,90	1450,55
19 Construção Civil	94,78	87,46	91,80	83,47	168,37
20 Transporte e M. Comércio	2877,87	2556,14	3185,97	4222,62	6924,53
21 Serviços	1893,23	1696,87	2079,87	2633,29	4305,66

Tabela 5.16 - Produção Destinada as Exportações para a Argentina - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	67,43	98,34	130,65	114,48	279,66
2 Mineração	55,69	73,60	127,31	163,13	279,36
3 Minerais não Metálicos	18,78	30,57	46,44	49,33	92,49
4 Metalurgia	208,94	496,93	819,38	659,57	1228,29
5 Mecânica e Material Elétrico	117,37	263,94	418,97	377,81	637,60
6 Material de Transporte	113,94	428,71	796,04	646,24	1120,35
7 Madeira e Mobiliário	21,44	27,96	26,66	31,57	59,03
8 Papel e Papelão	33,83	139,12	216,26	185,16	303,02
9 Borracha	19,04	67,65	100,19	76,56	142,55
10 Indústria Química	305,77	379,06	509,63	463,31	895,94
11 Indústria Farmacêutica	2,08	7,02	12,73	13,55	28,41
12 Plásticos	12,60	31,40	53,31	51,15	89,22
13 Indústria Têxtil	9,61	28,73	135,71	121,35	194,45
14 Vestuário	1,13	3,43	12,71	7,91	18,32
15 Calçados e Couros	1,39	7,65	12,79	6,96	17,11
16 Produtos Alimentares	31,53	67,17	117,40	109,99	275,59
17 Diversos	14,68	45,36	42,98	35,34	49,91
18 Serviços Industriais de U.P.	27,35	70,24	126,47	91,57	169,33
19 Construção Civil	2,94	5,76	10,19	9,50	20,16
20 Transporte e M. Comércio	110,46	179,96	470,52	428,23	800,22
21 Serviços	56,36	112,59	267,81	284,08	511,56

Tabela 5.17 - Produção Destinada as Exportações para o Paraguai - 1990 - 1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	27,72	39,90	48,60	64,18	147,99
2 Mineração	61,69	68,55	77,67	60,59	91,33
3 Minerais não Metálicos	11,20	12,74	12,85	13,50	23,66
4 Metalurgia	109,36	132,82	111,11	128,03	235,80
5 Mecânica e Material Elétrico	74,10	87,63	74,39	85,78	150,68
6 Material de Transporte	62,57	59,94	37,16	52,49	110,96
7 Madeira e Mobiliário	9,74	4,49	2,96	3,87	7,64
8 Papel e Papelão	23,57	30,80	32,25	34,79	58,99
9 Borracha	32,01	35,13	31,55	44,37	91,32
10 Indústria Química	91,44	105,91	107,04	141,79	257,97
11 Indústria Farmacêutica	2,19	15,93	7,63	10,09	13,60
12 Plásticos	8,23	9,67	9,31	11,42	20,17
13 Indústria Têxtil	11,10	11,81	31,75	42,70	72,57
14 Vestuário	1,64	2,14	7,36	7,70	10,36
15 Calçados e Couros	23,95	23,47	10,64	14,85	22,06
16 Produtos Alimentares	37,22	63,25	84,54	109,53	231,06
17 Diversos	9,32	10,83	8,64	12,17	18,08
18 Serviços Industriais de U.P.	15,75	23,03	25,32	23,89	43,68
19 Construção Civil	1,79	2,00	2,23	2,63	5,49
20 Transporte e M. Comércio	50,83	57,33	111,10	134,73	245,27
21 Serviços	35,22	39,29	62,45	84,14	146,59

Tabela 5.18 - Produção Destinada as Exportações para o Uruguai - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	45,95	28,11	21,68	27,11	55,35
2 Mineração	20,35	11,91	34,41	102,85	186,09
3 Minerais não Metálicos	6,22	5,37	5,94	15,83	29,18
4 Metalurgia	105,34	104,19	84,74	129,37	184,83
5 Mecânica e Material Elétrico	84,41	59,19	58,71	83,53	144,55
6 Material de Transporte	104,09	125,84	4,49	141,03	162,34
7 Madeira e Mobiliário	26,54	9,84	4,75	9,39	16,36
8 Papel e Papelão	16,42	26,61	31,71	28,63	49,22
9 Borracha	11,27	13,10	9,93	14,45	22,37
10 Indústria Química	93,26	82,11	72,04	87,64	136,63
11 Indústria Farmacêutica	1,62	11,39	2,82	2,95	5,77
12 Plásticos	10,85	10,16	9,54	12,10	19,73
13 Indústria Têxtil	6,98	7,29	27,27	33,52	43,79
14 Vestuário	0,71	0,73	2,14	3,74	4,66
15 Calçados e Couros	13,86	10,56	4,93	4,10	6,13
16 Produtos Alimentares	12,25	15,15	17,60	26,07	49,87
17 Diversos	7,53	6,32	5,12	7,14	9,94
18 Serviços Industriais de U.P.	13,59	15,76	15,74	22,59	36,79
19 Construção Civil	1,50	1,34	1,31	2,52	4,88
20 Transporte e M. Comércio	48,49	41,90	66,32	98,95	165,55
21 Serviços	28,84	25,96	37,14	73,32	121,51

Tabela 5.19 - Produção Destinada as Exportações para o Chile - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	28,46	34,31	33,89	25,88	63,56
2 Mineração	16,36	35,91	25,79	16,12	23,93
3 Minerais não Metálicos	6,24	12,58	11,76	10,14	15,42
4 Metalurgia	171,30	278,85	271,69	239,71	324,62
5 Mecânica e Material Elétrico	118,76	124,91	122,42	102,70	142,60
6 Material de Transporte	7,89	302,75	257,56	220,64	290,62
7 Madeira e Mobiliário	8,24	7,08	5,33	5,26	7,84
8 Papel e Papelão	35,38	56,46	62,57	39,35	78,29
9 Borracha	15,13	29,74	31,52	29,08	38,09
10 Indústria Química	100,00	133,07	144,33	108,18	175,06
11 Indústria Farmacêutica	0,99	4,60	3,64	4,10	9,19
12 Plásticos	8,55	15,30	17,93	15,13	22,98
13 Indústria Têxtil	8,26	15,69	66,23	53,72	69,76
14 Vestuário	0,85	1,64	3,31	2,41	3,74
15 Calçados e Couros	1,88	4,44	7,46	6,51	12,42
16 Produtos Alimentares	15,46	30,57	33,40	24,60	65,83
17 Diversos	11,70	18,78	13,85	12,96	14,15
18 Serviços Industriais de U.P.	15,78	34,90	39,36	26,39	39,53
19 Construção Civil	1,56	2,86	3,09	2,55	4,53
20 Transporte e M. Comércio	49,55	81,33	142,23	117,57	185,72
21 Serviços	32,01	54,31	80,66	75,39	118,25

Tabela 5.20 - Produção Destinada as Exportações para a Bolívia - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	13,45	14,99	17,96	17,44	36,09
2 Mineração	7,74	9,36	9,75	10,72	13,92
3 Minerais não Metálicos	3,41	4,13	4,43	4,47	7,92
4 Metalurgia	68,01	92,49	92,40	75,32	132,09
5 Mecânica e Material Elétrico	50,03	53,89	53,14	43,92	69,15
6 Material de Transporte	27,33	40,76	32,95	25,04	54,47
7 Madeira e Mobiliário	9,24	4,24	2,23	2,34	4,40
8 Papel e Papelão	15,21	22,04	23,84	16,44	34,42
9 Borracha	8,31	9,08	9,83	10,41	23,35
10 Indústria Química	45,62	53,10	56,82	51,56	94,62
11 Indústria Farmacêutica	0,49	1,40	4,86	5,45	8,45
12 Plásticos	5,99	5,54	5,81	5,82	10,93
13 Indústria Têxtil	6,03	6,61	29,56	33,18	52,63
14 Vestuário	0,91	1,02	3,44	3,89	6,67
15 Calçados e Couros	32,18	16,31	7,42	6,32	11,55
16 Produtos Alimentares	15,10	19,48	25,22	24,90	43,33
17 Diversos	8,51	9,73	4,85	5,46	6,95
18 Serviços Industriais de U.P.	8,06	11,89	14,16	10,20	18,37
19 Construção Civil	0,86	0,94	1,12	1,04	2,18
20 Transporte e M. Comércio	26,93	28,96	58,44	55,00	102,47
21 Serviços	17,38	18,50	31,36	34,11	61,42

Tabela 5.21 - Produção Destinada as Exportações para o Resto do Mundo - 1990-1994 (milhões de 1994)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	3176,36	2798,71	3100,10	2439,81	5808,94
2 Mineração	2004,85	2056,35	1824,54	1033,93	1737,35
3 Minerais não Metálicos	547,35	548,59	571,03	439,22	813,82
4 Metalurgia	6784,30	6273,03	6360,53	4380,14	7810,20
5 Mecânica e Material Elétrico	2835,99	2548,40	2773,48	1982,59	3343,48
6 Material de Transporte	2543,24	1840,77	2133,51	1464,11	2723,50
7 Madeira e Mobiliário	355,83	407,11	499,49	534,75	973,44
8 Papel e Papelão	1178,88	1151,16	1140,66	704,71	1491,05
9 Borracha	467,55	421,76	473,78	364,05	650,47
10 Indústria Química	3657,38	2955,88	3461,34	2640,27	4758,80
11 Indústria Farmacêutica	117,41	106,30	126,39	100,85	172,25
12 Plásticos	375,37	334,59	360,26	282,19	472,86
13 Indústria Têxtil	1287,88	1289,66	1069,04	617,18	1111,61
14 Vestuário	117,66	107,98	108,89	73,51	126,73
15 Calçados e Couros	1046,82	1016,18	1294,06	1003,07	1480,01
16 Produtos Alimentares	4880,09	4729,98	4950,09	3849,97	8217,95
17 Diversos	416,32	370,59	398,97	294,26	524,57
18 Serviços Industriais de U.P.	819,97	934,52	1032,97	617,10	1142,86
19 Construção Civil	86,13	74,57	73,86	60,92	131,13
20 Transporte e M. Comércio	2591,62	2166,66	2337,35	2894,56	5425,30
21 Serviços	1723,42	1446,21	1600,46	1805,94	3346,32

Os produtos importados do MERCOSUL, Chile, Bolívia e Resto do Mundo não produziram alterações no processo produtivo durante o período analisado. Cabe verificar a evolução do valor das importações brasileiras provenientes da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Resto do Mundo, como função dos seguintes componentes da demanda final, isto é, consumo das famílias e investimentos. Particularmente, no que tange ao valor das importações da Argentina destinadas à formação bruta de capital, deve-se observar a elevação do investimento do setor 6 - Material de Transporte.

Quanto ao consumo das famílias, os dados revelam crescimento em relação a alguns setores: 6 – Material de Transporte, 9 – Borracha, 13 – Indústria Têxtil e 15 – Calçados e Couros, apenas considerando a participação dos produtos importados da Argentina. Vale salientar a elevação apresentada no setor 6 - Material de Transporte e no setor 12 - Plásticos.

Em relação ao valor das importações provenientes dos outros países do MERCOSUL, ou seja, Paraguai e Uruguai, Chile e Bolívia, os resultados se apresentaram relativamente constantes no período analisado (tabelas 5.22 e 5.23).

A importância dos fatores macroeconômicos para se explicar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina, principal parceiro no MERCOSUL, não pode ser ignorada. Ao final de 1993, o Brasil apresentava um superávit na balança comercial com a Argentina de US\$ 941 milhões e, em 1994, esse valor cai para US\$ 473 milhões. Esse declínio deveu-se à recuperação do crescimento econômico brasileiro, entre outros fatores.

O que os dados revelam é que os saldos comerciais de um país são determinados pelo ritmo da atividade econômica, pela taxa de câmbio e pelo grau de abertura da economia. Simetrias nas taxas de crescimento e de câmbio explicam os resultados. O índice da taxa de câmbio real entre a moeda do Brasil e a da Argentina atingiu 155,61 em dezembro de 1993 (Pereira, 1996).

Tabela 5.22 - Participação (%) dos Produtos Importados em Relação ao Consumo das Famílias (F)
1990-1994

Setores	Brasil					Argentina				
	1990	1991	1992	1993	1994	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	0,98	0,98	0,98	0,99	0,98	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Minerais não Metálicos	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 Metalurgia	0,98	0,97	0,97	0,96	0,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 Mecânica e Material Elétrico	0,94	0,94	0,83	0,78	0,80	0,01	0,02	0,04	0,00	0,00
6 Material de Transporte	0,98	0,94	0,88	0,79	0,77	0,00	0,00	0,01	0,05	0,05
7 Madeira e Mobiliário	1,00	1,00	1,00	0,99	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 Papel e Papelão	0,96	0,94	0,95	0,95	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 Borracha	0,92	0,91	0,89	0,87	0,83	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01
10 Indústria Química	0,98	0,97	0,98	0,99	0,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Indústria Farmacêutica	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Plásticos	1,00	0,99	0,99	0,98	0,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Indústria Têxtil	0,99	0,98	0,98	0,97	0,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
14 Vestuário	0,99	0,99	0,99	0,99	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Calçados e Couros	0,99	0,98	0,99	0,98	0,96	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02
16 Produtos Alimentares	0,98	0,97	0,98	0,98	0,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Diversos	0,95	0,93	0,93	0,89	0,87	0,03	0,03	0,01	0,00	0,00
18 Serviços Industriais de U.P.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 5.23 - Participação (%) dos Produtos Importados em Relação à Formação Bruta de Capital (K)
1990-1994

Setores	Brasil					Argentina				
	1990	1991	1992	1993	1994	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Minerais não Metálicos	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 Metalurgia	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 Mecânica e Material Elétrico	0,80	0,72	0,69	0,67	0,68	0,05	0,09	0,08	0,00	0,00
6 Material de Transporte	0,99	0,91	0,83	0,95	0,95	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01
7 Madeira e Mobiliário	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 Papel e Papelão	1,00	1,00	0,99	0,99	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 Borracha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Indústria Química	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 Indústria Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Indústria Têxtil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 Vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Calçados e Couros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Produtos Alimentares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 Diversos	0,47	0,40	0,41	0,22	0,29	0,26	0,24	0,06	0,03	0,02
18 Serviços Industriais de U.P.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Índices de ligações interindustriais

A análise dos resultados obtidos através dos enfoques de setores-chave, ligações interindustriais e campo de influência foi realizada, procurando avaliar o comportamento dos vinte e um setores analisados ao longo do período 1990-1994. Foram utilizadas as matrizes de insumo-produto para o Brasil, construídas para 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994. Os índices obtidos são apresentados nas tabelas 5.24 a 5.30, e, nos Gráficos 5.1 a 5.35, assim como a ordem de cada setor para um dado índice num dado ano.

5.3.1 Índices de ligações para trás

Os índices de ligações para trás, de Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), para a economia brasileira em diferentes períodos são apresentados na Tabela 5.24 e os respectivos índices de dispersão são apresentados na Tabela 5.26. Esses índices procuram avaliar a importância dos diferentes setores como demandantes de insumos dos demais setores da economia. Os resultados mostram que os setores 3 - Minerais não Metálicos; 4 - Metalurgia; 6 - Material de Transporte; 7 - Madeira e Mobiliário; 8 - Papel e papelão; 9 - Borracha; 13 - Indústria Têxtil; 14 - Vestuário; 15 - Calçados e Couros e 16 - Produtos Alimentares, apresentam índices maiores do que 1, para o período 1990-1994, significando que são setores altamente dependentes do resto da economia (Tabela 5.24). Dentre esses setores, o setor 6 - Material de Transporte apresenta o maior valor desse índice apenas em 1990. Já o setor 13 - Indústria Têxtil apresenta o maior valor desse índice apenas em 1991. O setor 15 - Calçados e Couros apresenta o maior valor desse índice nos anos de 1992 e 1993. Em 1994, o setor 4 - Metalurgia apresenta o maior valor desse índice.

Por sua vez os coeficientes de dispersão dos índices de ligação para trás mostram-se mais elevados para os segmentos do agregado serviços, ou seja: 18 – Serviços Industriais de Utilidade Pública; 20 – Transporte e Margem de Comércio e 21 – Serviços. Os setores 1 – Agropecuária, 4 – Metalurgia e 13 – Indústria Têxtil apresentam, também, valores relativamente altos de dispersão para o período analisado. Assim, um impacto de uma variação na produção nestes setores estimularia os demais de maneira desigual se concentrando em poucos setores.

Tabela 5.24 - Índice de ligações para trás de Rasmussen/Hirschman - Brasil: 1990-1994.

Setores	1990		1991		1992		1993		1994	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
1 Agropecuária	0,8363	17	0,8539	19	0,8752	18	0,873	19	0,8239	19
2 Mineração	0,886	16	0,8795	17	0,9036	16	0,9809	11	0,9978	12
3 Minerais não Metálicos	1,0229	10	1,0032	12	1,022	10	1,0314	10	1,0089	11
4 Metalurgia	1,1977	2	1,1548	4	1,1898	2	1,2032	2	1,1961	1
5 Mecânica e Material Elétrico	1,0194	11	0,9831	14	0,9586	13	0,9385	14	0,9456	14
6 Material de Transporte	1,2103	1	1,1743	3	1,1686	5	1,1628	5	1,1619	3
7 Madeira e Mobiliário	1,0464	9	1,0181	9	1,0595	9	1,0349	9	1,024	9
8 Papel e Papelão	1,1072	6	1,0677	8	1,1293	7	1,1694	4	1,1572	4
9 Borracha	1,103	8	1,0953	7	1,099	8	1,1039	8	1,106	7
10 Indústria Química	0,9803	12	1,0044	11	0,9712	12	0,8993	16	0,9422	15
11 Indústria Farmacêutica	0,9448	14	0,9873	13	0,9189	15	0,9005	15	0,8992	16
12 Plásticos	0,9751	13	1,0104	10	1,0137	11	0,9792	12	1,0092	10
13 Indústria Têxtil	1,1323	5	1,1798	1	1,1826	3	1,1156	7	1,1547	5
14 Vestuário	1,1031	7	1,1495	5	1,1401	6	1,1234	6	1,1282	6
15 Calçados e Couros	1,1656	4	1,1304	6	1,56	1	1,696	1	1,1049	8
16 Produtos Alimentares	1,1763	3	1,1774	2	1,1764	4	1,1892	3	1,1778	2
17 Diversos	0,9302	15	0,9236	15	0,9266	14	0,9632	13	0,9635	13
18 Serviços Industriais de U.P.	0,8317	18	0,8657	18	0,863	19	0,8854	17	0,8535	17
19 Construção Civil	0,8945	19	0,904	16	0,8913	17	0,8785	18	0,8415	18
20 Transporte e M. Comércio	0,7809	20	0,7732	20	0,8066	20	0,8385	20	0,8113	20
21 Serviços	0,6561	21	0,6644	21	0,648	21	0,6596	21	0,6926	21

Tabela 5.25 - Índice de ligações para frente de Rasmussen/Hirschman - Brasil: 1990-1994

Setores	1990		1991		1992		1993		1994	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
1 Agropecuária	1,2229	6	1,2624	6	1,2562	5	1,2593	5	1,3968	5
2 Mineração	0,853	10	0,8346	11	0,8245	11	0,7817	13	0,7811	13
3 Minerais não Metálicos	0,7839	13	0,7981	12	0,7849	12	0,7868	12	0,7975	12
4 Metalurgia	1,6871	3	1,6258	3	1,6485	3	1,6188	3	1,6171	3
5 Mecânica e Material Elétrico	1,1206	7	1,0528	8	1,1009	8	1,0929	8	1,0238	8
6 Material de Transporte	0,7612	14	0,7386	14	0,7383	14	0,7304	14	0,7296	14
7 Madeira e Mobiliário	0,6454	16	0,6434	16	0,6307	17	0,64	16	0,6462	16
8 Papel e Papelão	0,9234	9	0,9658	9	0,9182	9	0,8886	9	0,8856	9
9 Borracha	0,7862	12	0,7854	13	0,7837	13	0,8008	11	0,8043	11
10 Indústria Química	2,1986	1	2,2076	1	2,2633	1	2,2039	1	2,206	1
11 Indústria Farmacêutica	0,5088	20	0,5091	20	0,5185	20	0,5258	20	0,5169	20
12 Plásticos	0,7084	15	0,7108	15	0,6931	15	0,7015	15	0,6919	15
13 Indústria Têxtil	1,2797	5	1,2932	5	1,244	6	1,229	6	1,2283	6
14 Vestuário	0,4962	21	0,5074	21	0,5053	21	0,5087	21	0,5087	21
15 Calçados e Couros	0,616	18	0,6088	18	0,5793	18	0,5858	18	0,6032	18
16 Produtos Alimentares	0,8398	11	0,8792	10	0,8676	10	0,8522	10	0,8669	10
17 Diversos	0,6369	17	0,6391	17	0,6336	16	0,6159	17	0,6127	17
18 Serviços Industriais de U.P.	1,0276	8	1,0928	7	1,1399	7	1,1581	7	1,1481	7
19 Construção Civil	0,5573	19	0,5675	19	0,5613	19	0,568	19	0,5766	19
20 Transporte e M. Comércio	1,8469	2	1,7872	2	1,778	2	1,8771	2	1,7923	2
21 Serviços	1,5001	4	1,4904	4	1,53	4	1,5747	4	1,5663	4

Tabela 5.26 - Dispersão do índice de ligações para trás de Rasmussen/Hirschman - Brasil: 1990-1994

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	3,1117	3,1445	3,099	3,1682	3,3551
2 Mineração	2,5541	2,6404	2,5748	2,4386	2,4154
3 Minerais não Metálicos	2,6527	2,7539	2,6939	2,7286	2,8094
4 Metalurgia	3,0287	3,0985	3,0794	3,1366	3,1424
5 Mecânica e Material Elétrico	2,7114	2,7384	2,7818	2,8149	2,7761
6 Material de Transporte	2,4766	2,5263	2,516	2,5718	2,5828
7 Madeira e Mobiliário	2,4599	2,5399	2,425	2,5319	2,5739
8 Papel e Papelão	2,6738	2,8365	2,6759	2,6299	2,642
9 Borracha	2,6562	2,6963	2,6889	2,7563	2,7578
10 Indústria Química	2,924	2,9499	2,9868	3,1646	3,1167
11 Indústria Farmacêutica	2,3484	2,2635	2,4569	2,5601	2,5263
12 Plásticos	2,4804	2,4638	2,4504	2,5705	2,5217
13 Indústria Têxtil	3,0366	2,9759	2,9054	3,0382	2,9685
14 Vestuário	2,3078	2,2777	2,2568	2,3468	2,326
15 Calçados e Couros	2,2825	2,3318	2,3842	2,4019	2,3912
16 Produtos Alimentares	2,4066	2,4746	2,4667	2,4984	2,5453
17 Diversos	2,3748	2,4472	2,4355	2,5067	2,5016
18 Serviços Industriais de U.P.	3,3759	3,0972	3,1628	3,7095	3,7715
19 Construção Civil	2,5283	2,5605	2,5809	2,6674	2,7908
20 Transporte e M. Comércio	3,1238	3,1826	3,0756	3,0779	3,133
21 Serviços	3,6933	3,7354	3,7852	3,8092	3,7049

Tabela 5.27 - Dispersão do índice de ligações para frente de Rasmussen/Hirschman - Brasil: 1990-94

Setores	1990	1991	1992	1993	1994
1 Agropecuária	2,2041	2,199	2,2256	2,2832	2,0687
2 Mineração	2,6208	2,7581	2,7929	3,018	3,049
3 Minerais não Metálicos	3,4862	3,4906	3,5356	3,5997	3,5739
4 Metalurgia	2,1481	2,1954	2,2135	2,3298	2,3267
5 Mecânica e Material Elétrico	2,3757	2,4731	2,3342	2,3299	2,4779
6 Material de Transporte	3,8947	3,9892	3,9495	4,0578	4,0765
7 Madeira e Mobiliário	4,0294	4,0668	4,1175	4,1289	4,0969
8 Papel e Papelão	3,1897	3,1184	3,2801	3,4461	3,4402
9 Borracha	3,7196	3,7526	3,7587	3,7878	3,783
10 Indústria Química	1,2238	1,2715	1,2093	1,2166	1,2664
11 Indústria Farmacêutica	4,4001	4,4271	4,4058	4,4301	4,4428
12 Plásticos	3,258	3,3268	3,3916	3,4109	3,4687
13 Indústria Têxtil	2,875	2,9152	2,954	2,9673	2,9909
14 Vestuário	4,434	4,4504	4,4566	4,5069	4,514
15 Calçados e Couros	4,4254	4,4354	4,4502	4,4795	4,4734
16 Produtos Alimentares	3,2042	3,1479	3,1856	3,3052	3,239
17 Diversos	3,4898	3,5637	3,5846	3,955	3,9761
18 Serviços Industriais de U.P.	2,6735	2,3764	2,3168	2,7778	2,7426
19 Construção Civil	4,107	4,1253	4,1464	4,175	4,1177
20 Transporte e M. Comércio	1,184	1,2418	1,2591	1,2351	1,2835
21 Serviços	1,5021	1,5559	1,4897	1,4898	1,5367

5.3.2 Índices de ligações para frente

Os índices de ligações para frente de Rasmussen (1956) e Hirschman (1958) são apresentados na Tabela 5.25 e os respectivos índices de dispersão na Tabela 5.27. Segundo Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), esses índices procuram medir a importância de determinados setores no fornecimento de insumos aos demais setores da economia (Guilhoto & Picerno, 1995).

Considerando somente os cinco setores com maior índice vê-se que no período analisado os setores 10 - Indústria Química; 20 - Transporte e M. Comércio; 4 - Metalurgia; e 21 - Serviços apresentam maiores índices de ligação para frente, respectivamente. Ocupando o quinto lugar, nos anos de 1991 e 1992 aparecem os setores 13 - Indústria Têxtil, sendo substituído pelo setor 1 - Agropecuário nos anos de 1992, 1993 e 1994.

Com relação aos coeficientes de dispersão dos índices de ligação para frente, observa-se que os setores 10 – Indústria Química, 20 – Transporte e Margem de Comércio e 21 – Serviços apresentam valores relativamente baixos de dispersão, significando que a demanda por estes setores ocorre de maneira uniforme.

5.3.3 Índices puros de ligações

Os índices puros de ligações para trás e para frente são apresentados nas Tabelas 5.28 e 5.29. Do mesmo modo que os índices de ligações para trás, revelam melhor as diferenças entre os setores, por considerarem o nível de produção e a estrutura interna da economia. Neste caso, os índices de ligações para trás e para

frente são somados, gerando o índice total de ligações onde a agregação possibilita uma nova base para determinação de setores-chave na economia.

Os resultados obtidos para os índices puros de ligações para trás (PBL), revelam os seguintes setores com maiores impactos na demanda de insumos de cada setor realizado pelo próprio setor na economia, em ordem decrescente, para o ano de 1990: 16 - Produtos Alimentares; 19 - Construção Civil; 21 - Serviços; 20 - Transporte e M. Comércio e 5 - Mecânica e Material Elétrico. Esses resultados praticamente não se alteraram após a criação do MERCOSUL.

Os resultados obtidos para os índices puros de ligações para frente (PFL), revelam os setores com maior impacto da produção total no resto da economia, em ordem decrescente, para o ano de 1990: 10 - Indústria Química; 20 - Transporte e M. Comércio; 1 - Agropecuária; 4 - Metalurgia e 21 - Serviços. A partir de 1991, verifica-se que não há mudanças significativas, a não ser, no ano de 1994, onde o setor 1 - Agropecuária que ocupa nos anos analisados a terceira ordem, passa a ocupar a primeira ordem e o setor 20 - Transporte e M. Comércio passa a ocupar a terceira ordem. Os resultados obtidos para os índices puros totais de ligação são apresentados mais adiante, quando analisa-se os Setores-chave.

Tabela 5.28 - Índice puro de ligações para trás - Brasil - 1990-94

Setores	1990		1991		1992		1993		1994	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
1 Agropecuária	670.435	9	3.109.948	9	35.813.047	9	642.199	9	6.308.141	8
2 Mineração	146.710	18	837.732	18	9.739.114	18	180.133	18	1.426.767	18
3 Minerais não Metálicos	59.819	19	325.657	19	3.568.636	19	74.489	19	512.879	19
4 Metalurgia	345.936	13	1.981.670	11	25.122.387	10	481.953	11	3.875.364	11
5 Mecânica e Material Elétrico	1.246.938	5	5.088.095	5	50.046.674	6	1.174.216	6	12.110.290	6
6 Material de Transporte	1.059.864	6	4.745.902	6	51.938.246	5	1.330.831	5	12.279.010	5
7 Madeira e Mobiliário	379.828	11	1.530.721	14	17.209.921	13	406.604	12	3.423.403	12
8 Papel e Papelão	254.492	14	1.144.657	17	13.285.628	16	308.761	14	2.673.033	17
9 Borracha	24.939	21	150.143	21	1.841.886	21	47.195	21	432.759	20
10 Indústria Química	683.076	8	3.797.296	7	44.039.083	7	954.889	7	7.231.519	7
11 Indústria Farmacêutica	427.096	10	2.131.551	10	22.358.685	11	504.956	10	4.238.990	10
12 Plásticos	37.276	20	224.562	20	2.152.378	20	52.252	20	429.578	21
13 Indústria Têxtil	233.680	16	1.215.636	16	13.153.918	17	243.855	15	2.183.223	15
14 Vestuário	917.767	7	3.758.114	8	36.644.757	8	763.271	8	6.279.945	9
15 Calçados e Couros	361.909	12	1.555.973	13	16.587.377	14	388.739	13	2.829.851	13
16 Produtos Alimentares	3.569.372	1	17.928.191	1	202.969.208	1	4.497.544	1	40.565.920	1
17 Diversos	234.207	15	1.224.980	15	13.740.370	15	223.121	17	1.955.650	16
18 Serviços Industriais de U.P.	208.583	17	1.592.061	12	18.272.034	12	240.393	16	1.753.468	17
19 Construção Civil	3.430.480	2	15.662.928	3	166.610.158	3	3.614.879	2	29.971.226	3
20 Transporte e M. Comércio	1.712.384	4	7.331.401	4	79.624.696	4	2.015.908	4	16.650.667	4
21 Serviços	2.978.389	3	16.582.384	2	153.948.064	2	3.191.231	3	33.249.888	2

Tabela 5.29 - Índice puro de ligações para frente - Brasil - 1990-94

Setores	1990		1991		1992		1993		1994	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
1 Agropecuária	2.148.013	3	11.330.875	3	121.650.685	3	2.806.500	3	28.721.070	1
2 Mineração	626.760	11	285.561	19	30.586.010	12	580.094	12	4.736.343	12
3 Minerais não Metálicos	798.786	9	3.969.636	8	40.795.401	8	865.728	8	7.856.578	8
4 Metalurgia	2.098.636	4	9.573.834	4	101.695.385	4	2.240.351	4	20.495.284	4
5 Mecânica e Material Elétrico	1.011.195	6	4.510.233	7	52.989.590	7	1.146.334	6	8.805.784	7
6 Material de Transporte	385.329	14	1.609.955	13	17.558.592	14	337.390	14	3.171.469	14
7 Madeira e Mobiliário	254.765	17	1.156.031	17	10.783.070	18	243.265	16	2.337.851	17
8 Papel e Papelão	693.227	10	3.861.174	9	34.706.085	9	661.819	11	6.134.897	10
9 Borracha	300.477	15	1.434.667	14	15.193.797	15	329.896	15	2.949.128	15
10 Indústria Química	2.752.631	1	12.926.026	2	144.276.483	1	3.239.741	1	27.409.280	2
11 Indústria Farmacêutica	78.779	19	326.130	18	4.079.868	19	85.806	19	656.150	19
12 Plásticos	437.433	13	2.006.316	12	19.788.075	13	441.866	13	3.629.991	13
13 Indústria Têxtil	800.856	8	3.432.581	10	32.592.436	11	689.047	9	5.781.450	11
14 Vestuário	26.729	21	122.579	21	1.239.293	21	16.206	21	127.810	21
15 Calçados e Couros	34.828	20	153.431	20	1.360.795	20	22.821	20	215.901	20
16 Produtos Alimentares	581.327	12	3.305.631	11	33.137.261	10	679.497	10	6.886.470	9
17 Diversos	265.755	16	1.261.705	15	13.012.116	16	239.306	17	2.136.554	18
18 Serviços Industriais de U.P.	856.095	7	5.098.124	6	56.888.448	6	1.054.505	7	9.617.801	6
19 Construção Civil	228.940	18	1.169.960	16	10.984.016	17	230.409	18	2.555.936	16
20 Transporte e M. Comércio	2.707.484	2	13.035.931	1	135.897.784	2	3.136.711	2	26.754.537	3
21 Serviços	1.768.160	5	8.251.766	5	93.600.200	5	2.168.534	5	18.381.953	5

Tabela 5.30 - Índice puro total de ligações - Brasil - 1990-94

Setores	1990		1991		1992		1993		1994	
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
1 Agropecuária	2.818.448	6	14.440.823	6	157.463.732	6	3.448.699	6	35.029.211	4
2 Mineração	773.470	15	3.693.294	15	40.325.124	14	760.227	15	6.163.109	15
3 Minerais não Metálicos	858.604	14	4.295.293	13	44.364.037	13	940.217	12	8.369.456	12
4 Metalurgia	2.444.572	7	11.555.504	7	126.817.772	7	2.722.304	7	24.370.648	7
5 Mecânica e Material Elétrico	2.258.133	8	9.598.328	8	103.036.264	8	2.320.550	8	20.916.074	8
6 Material de Transporte	1.445.193	9	6.355.857	10	69.496.838	10	1.668.220	9	15.450.478	9
7 Madeira e Mobiliário	634.593	16	2.686.752	16	27.992.991	16	649.869	16	5.761.254	16
8 Papel e Papelão	947.718	12	5.005.831	11	47.991.713	11	970.580	11	8.807.930	11
9 Borracha	325.416	21	1.584.810	21	17.035.683	21	377.091	21	3.381.887	20
10 Indústria Química	3.435.707	5	16.723.322	5	188.315.566	4	4.194.630	4	34.640.799	5
11 Indústria Farmacêutica	505.874	17	2.457.681	18	26.438.554	18	590.761	17	4.895.140	17
12 Plásticos	474.709	19	2.230.878	19	21.940.453	19	494.118	18	4.059.569	18
13 Indústria Têxtil	1.034.536	11	4.648.217	12	45.746.354	12	932.902	13	7.964.674	13
14 Vestuário	944.496	13	3.880.693	14	37.884.050	15	779.477	14	6.407.754	14
15 Calçados e Couros	396.737	20	1.709.405	20	17.948.172	20	411.560	20	3.045.752	21
16 Produtos Alimentares	4.150.699	3	21.233.821	2	236.106.469	2	5.177.040	2	47.452.391	2
17 Diversos	499.962	18	2.486.685	17	26.752.486	17	462.427	19	4.092.203	19
18 Serviços Industriais de U.P.	1.064.678	10	6.690.185	9	75.160.482	9	1.294.899	10	11.371.268	10
19 Construção Civil	3.659.420	4	16.832.888	4	177.594.174	5	3.845.288	5	32.527.162	6
20 Transporte e M. Comércio	4.419.868	2	20.367.332	3	215.522.480	3	5.152.619	3	43.405.203	3
21 Serviços	4.746.549	1	24.834.150	1	247.548.264	1	5.359.765	1	51.631.841	1

5.4 Setores-chave

De acordo com Mc Gilvray, 1977 (in Guilhoto et al., 1994), dentro de um conceito mais restrito, os setores-chave são aqueles que apresentam tanto o índice de ligações para trás como para frente com valores maiores do que 1. De acordo com esse conceito, pode-se observar que, em 1990, os setores 4 - Metalurgia; 5 - Mecânica e Material Elétrico; 13 - Indústria Têxtil; satisfazem essa condição. Já em 1991, os setores 4 - Metalurgia e 13 - Indústria Têxtil continuam satisfazendo essa condição e o setor 10 - Indústria Química ocupa a posição substituindo o setor 5 - Mecânica e Material Elétrico. A partir de 1992 apenas os dois setores 4 - Metalurgia e 13 - Indústria Têxtil atendem à condição mencionada. Por ser este conceito restrito como já foi dito, deixa de lado setores que apresentam altos valores em apenas um dos índices.

Se esse conceito for menos limitado e considerando-se como setor-chave aquele que apresentar um índice de ligações para trás ou um índice de ligações para frente com valores maiores do que 1 aumenta o universo de setores, de modo que um critério intermediário se faz necessário.

Guilhoto & Picerno (1995) sugerem verificar os maiores índices de ligações para frente e para trás e aqueles que satisfazem o conceito mais restrito de setor-chave, para a obtenção de um critério intermediário. Utilizando-se esse critério para selecionar os principais setores da economia, outros setores-chave seriam 6 - Material de Transporte, 16 - Produtos Alimentares, 15 - Calçados e Couros, 14 - Vestuário, 8 - Papel e Papelão, 20 - Transporte e M. Comércio, 21 - Serviços e 1 - Agropecuário, considerando-se o período analisado. Tal definição de setor-chave levou em consideração apenas a estrutura da demanda por insumos setoriais.

Os índices puros totais de ligação encontram-se na Tabela 5.30. Nesse caso, os índices de ligação para frente e para trás são somados, sendo considerados setores-chave na economia aqueles que apresentarem os maiores valores para esse índice. É

importante chamar a atenção para o fato de que o enfoque do índice puro mostra a importância dos setores para a economia brasileira, importância derivada do volume de produção nesses setores.

Os resultados dos índices puros de ligações totais (PTL), revelam os setores com maior impacto com o setor “j” demandando da economia e a economia demandando do setor “j”, em ordem decrescente de importância, em 1990: 21 - Serviços; 20 - Transporte e M. Comércio; 16 - Produtos Alimentares; 19 - Construção Civil e 10 - Indústria Química. A partir da consolidação do MERCOSUL, em 1991, os setores com maior impacto continuam sendo os cinco já apresentados, apenas mudando a ordem. Nota-se que, em 1994, o setor 1 - Agropecuária passa a ocupar posição entre os cinco, substituindo o setor 19 - Construção Civil.

Em síntese, após compararmos os resultados obtidos a partir dos índices puros de ligações, combinado com os padrões de ligações fortes expressos pelos índices de Rasmussen/Hirschman e os coeficientes setoriais com maior campo de influência, conclui-se que os setores estratégicos da economia para o período analisado, são: 1 – Agropecuária; 4 – Metalurgia; 5 – Mecânica e M. Elétrico; 6 – Material de Transporte; 8 – Papel e Papelão; 10 - Indústria Química; 13 – Indústria Têxtil; 16 – Produtos Alimentares; 19 – Construção Civil; 20 - Transporte e M. Comércio e 21 - Serviços.

5.5 Campo de influência

De acordo com Guilhoto et al., 1994, o enfoque de campo de influência está relacionado com os resultados agregados dos índices de Rasmussen - Hirschman, ou seja, os setores que possuem simultaneamente os valores dos índices de ligações para trás e para frente maiores do que 1.

Na abordagem introduzida por Hewings et al. (1989), através da análise a partir do enfoque de campo de influência, os resultados mostram que as relações na economia são dominadas basicamente pelos setores 4 – Metalurgia e 13 – Indústria Têxtil ao longo do período analisado. Cabe salientar que, em 1992, os setores 6 – Material de Transporte, 8 – Papel e Papelão, 9 – Borracha, 10 – Indústria Química e 16 – Produtos Alimentares, também apresentaram resultados conforme a abordagem introduzida por Hewings et al. (1989).

A análise dos índices de ligações de Rasmussen/Hirschman aponta Produtos Alimentares, Construção Civil, Serviços, Transporte e M. Comércio e Mecânica e Material Elétrico como setores-chave da economia brasileira, para o período analisado.

O enfoque de campo de influência complementa a análise das ligações de Rasmussen e Hirschman permitindo visualizar as ligações mais fortes entre os setores, onde os resultados mostram que as relações da economia são dominadas pelos setores Metalurgia e Têxtil (ver Figuras 5.36 a 5.40).

Em suma, as análises realizadas fornecem algumas conclusões a respeito dos impactos da integração MERCOSUL sobre a economia brasileira, no período analisado. O MERCOSUL não apresentou alterações latentes na estrutura produtiva, mas alterou em parte a composição da demanda final, ou seja, o consumo das famílias.

Figura 5.1 - Rasmussen/ Hirshman - 1990

Figura 5.2 - Rasmussen/ Hirschman - 1991

Figura 5.3 - Rasmussen/ Hirschman - 1992

Figura 5.4 - Rasmussen/ Hirschman - 1993

Figura 5.5 - Rasmussen/ Hirschman - 1994

Figura 5.6 - Rasmussen/ Hirschman - 1990

Figura 5.7 - Rasmussen/ Hirschman - 1991

Figura 5.8 - Rasmussen/ Hirschman - 1992

Figura 5.9 - Rasmussen/ Hirschman - 1993

Figura 5.10 - Rasmussen/ Hirschman - 1994

Figura 5.11 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1990

Figura 5.12 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1991

Figura 5.13 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1992

Figura 5.14 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1993

Figura 5.15 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1994

Figura 5.16 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1990

Figura 5.17 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1991

Figura 5.18 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1992

Figura 5.19 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1993

Figura 5.20 - Dispersão - Rasmussen/ Hirschman - 1994

Figura 5.21 - Índice puro - 1990

Figura 5.22 - Índice puro - 1991

Figura 5.23 - Índice puro - 1992

Figura 5.24 - Índice puro - 1993

Figura 5.25 - Índice puro - 1994

Figura 5.26 - Índice puro - 1990

Figura 5.27 - Índice puro - 1991

Figura 5.28 - Índice puro - 1992

Figura 5.29 - Índice puro - 1993

Figura 5.30 - Índice puro - 1994

Figura 5.31 - Índice puro - 1990

Figura 5.32 - Índice puro - 1991

Figura 5.33 - Índice puro - 1992

Figura 5.34 - Índice puro - 1993

Figura 5.35 - Índice puro - 1994

Figura 5.36 - Coeficientes com o maior Campo de Influência - 1990

Figura 5.37 - Coeficientes com o maior Campo de Influência - 1991

Figura 5.38 - Coeficientes com o maior Campo de Influência - 1992

Figura 5.39 - Coeficientes com o maior Campo de Influência - 1993

Figura 5.40 - Coeficientes com o maior Campo de Influência - 1994

6 CONCLUSÕES

Uma das tendências mais marcantes do cenário internacional contemporâneo é a formação e consolidação de blocos econômicos, onde os vínculos econômicos de caráter regional acentuam-se. A proliferação e consolidação de blocos econômicos configura, assim, uma nova realidade no cenário das relações internacionais.

As relações entre as diversas nações do mundo vão, paulatinamente, cedendo lugar às negociações multilaterais, que substitui a concorrência entre Estados por aquela entre regiões. Nesse contexto, o MERCOSUL não foge a este espírito, assumindo importante papel para os países participantes desse processo integracionista.

Este trabalho preocupa-se em fazer uma análise da economia brasileira no período de transição (1990-1994) para a formação do MERCOSUL. A relevância da análise numa perspectiva intersetorial é dada pelo crescimento do fluxo de comércio a partir da assinatura do Tratado de Assunção.

No que tange à união aduaneira, quanto mais elevada a tarifa externa comum, maior será o nível de proteção à produção interna da região integrada e maior a probabilidade de que, num primeiro momento, os preços domésticos sejam mais elevados que os preços internacionais e, portanto, mais elevado o custo para os consumidores e os produtores dentro da região.

Todo o processo de liberalização comercial, intrínseco nos esquemas de integração multinacional de mercados, modifica as condições de competitividade dos produtores nacionais dos países sócios produzindo alterações nos preços relativos.

Assim, é que os produtores locais em cada país podem manifestar-se contrários à integração, temerosos da maior concorrência ou da perda de privilégios que a integração pode significar.

O MERCOSUL é um bloco relativamente pequeno na economia mundial. Desde janeiro de 1995, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formam uma união aduaneira imperfeita, com uma série de exceções à tarifa externa comum e mesmo no comércio intra-regional.

A análise dos fluxos de exportação e importação dos países do MERCOSUL, Chile, Bolívia e Resto do Mundo mostra claramente a elevação do comércio entre os países do bloco, a partir de 1991, revelando oportunidades de mercado antes ignoradas pelos países do grupo. O comércio total entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL atingiu o valor de US\$ 10.579,9 milhões em 1994, o que representa 14% do comércio total do Brasil. Em 1980, quando o comércio total atingiu o pico da década de 70, esse valor representava 7% do comércio total do Brasil. Em termos percentuais, o comércio de 1989 se iguala ao de 1980. Portanto, o resultado de 1994 pode ser entendido como uma mudança na estrutura do comércio exterior brasileiro.

Apesar desse incremento importante do comércio, ainda não estão dadas as condições para uma maior coordenação das políticas cambiais. Contrariamente ao ocorrido na Comunidade Européia e no Acordo de Livre Comércio entre os EUA e o Canadá, o MERCOSUL não é o produto de pressões empresariais para aprofundar vínculos pré-estabelecidos. A vontade política antecede as interdependências no MERCOSUL.

No que se refere aos reflexos do processo integracionista sobre o setor agrícola, industrial e de serviços avaliou-se sobre três aspectos: a) estrutura produtiva; b) estrutura da demanda final e c) insumos importados, onde constatou-se que o período analisado não mostrou mudanças estruturais relevantes, confirmando a expectativa apresentada nesse trabalho.

Apesar da implementação do processo integracionista ter provocado um crescimento dos fluxos de comércio entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, os impactos sobre a estrutura produtiva brasileira e sobre os componentes da demanda final foram pequenos. Os resultados dos multiplicadores setoriais de produção calculados nesta pesquisa evidenciam a importância dos setores 6 - Material de Transporte; 4 - Metalurgia; 16 - Produtos Alimentares para a economia brasileira antes e depois da formação do MERCOSUL. Em 1994 o setor 8 - Papel e Papelão aparece entre os mais importantes.

Levando-se em consideração os resultados dos multiplicadores setoriais de produtos importados da Argentina, Paraguai e Uruguai, esses evidenciam que a partir do MERCOSUL, a economia brasileira diminuiu gradativamente a sua dependência com os países-membros desse processo de integração. Por outro lado, a demanda final apresentou mudanças significativas, ou seja, o consumo das famílias ao longo do período analisado se alterou em alguns setores, com a formação do MERCOSUL. Pode-se afirmar que a integração dos países-membros do MERCOSUL, no período analisado, está mais voltada para o comércio de produtos para a demanda final do que para a integração produtiva.

A análise dos índices de ligações formuladas por Rasmussen e Hirschman, revela o grau de integração setorial da economia para um determinado período, identificando os setores-chave que a dinamizam tanto pelo grau de demanda por produtos de outros setores, como através do grau de oferta de produtos à outros setores.

A análise dos índices de encadeamento da economia brasileira, para os anos de 1990-1994, através de diferentes técnicas, mostra a predominância dos setores Metalurgia, Material de Transporte, Têxtil e Produtos Alimentares, para o enfoque de Rasmussen e Hirschman, como setores-chave da economia brasileira. Os Produtos Alimentares assumem papel importante no encadeamento para trás.

O enfoque do campo de influência complementa a análise das ligações de Rasmussen e Hirschman e permite a visualização dos elos mais fortes entre os setores da economia brasileira. O destaque fica para os setores Metalurgia e Indústria Têxtil, ao longo do período analisado. A influência dos setores como Indústria Química e Agropecuária é captada pelo enfoque dos índices puros de ligações, análise alternativa que considera o valor da produção. Os resultados apontam para o crescimento do setor serviços dentro da economia brasileira, seguindo a tendência deste setor em economias desenvolvidas.

De acordo com os resultados obtidos através dos Índices de ligação para trás e para frente, dos Índices puros, dos Setores-chave e Campo de influência pode-se reafirmar que a estrutura produtiva apresentou pouca variação a partir de 1991.

Os resultados obtidos evidenciam a necessidade de pesquisar mais sobre os reflexos do MERCOSUL no período de transição, pois esses resultados começam a evidenciar pequenas mudanças em 1994. Além disso, considerando ainda as limitações explicitadas no decorrer deste trabalho em relação a utilização do modelo de insumo-produto, cabe ressaltar que as matrizes do IBGE usadas na elaboração do presente estudo no período 1990-1994 são matrizes resultantes de atualizações da matriz elaborada pelo IBGE para o ano de 1985.

A presente pesquisa tem contribuições e limitações, mas, constitui o primeiro estudo desta natureza para o Brasil, devendo ser objeto de outros trabalhos no futuro próximo. A título de sugestões, seriam úteis investigações mais detalhadas sobre os impactos dinâmicos da integração, como os efeitos de economias de escala. Ainda, o trabalho desenvolvido revelou possibilidades de outras análises, entre elas investigações sobre os efeitos diretos na demanda final. A título de sugestão, a análise para identificar que as economias do MERCOSUL passaram a ter uma integração maior na esfera produtiva só após a implantação do Plano Real, enriqueceria as conclusões desta pesquisa. Além disso, pesquisas vindas de outros campos do conhecimento, analisando variáveis políticas, sociais e outras, poderiam ser úteis no sentido de avaliar melhor o projeto de integração MERCOSUL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1961.
- BAUMANN, R. e LERDA, J.C. **Brasil-Argentina-Uruguai. A Integração em Debate**. Editora Marco Zero, São Paulo, 1987.
- BOLETIM DO DIEESE. **Programa de Integração Brasil-Argentina: Reflexos na Agricultura e Agroindústria**. São Paulo, DIEESE, v. 9, nº 112, p. 17-20, julho, 1990.
- BOLETIM DO DIEESE. **A Economia dos Países do MERCOSUL**. Estudos e Pesquisas, número 155, Ano XI - junho de 1992.
- BRANCO, A.M. **Transporte terrestre e transporte marítimo**. In: MERCOSUL: Impasses e Alternativas. Instituto de Estudos Avançados - USP. Série Assuntos Internacionais. São Paulo, 1991.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo n. 87-A de 1991** (da Comissão de Relações Exteriores). Brasília. 92 p. (mimeo). 1991.
- BULMER-THOMAS, V. **Input-output analysis in development countries: source, methods and applications**. New York, Wiley, 1982, 197 p.
- CASTRO, A.B. e Souza, F. E. P. de. **A Tarifa Externa Comum e o Setor de Informática**. Boletim de Integração Latino-Americana n. 10 – MRE. Setembro de 1993.
- CATANIA, M. **El Sector Agropecuario y Agroindustrial en Argentina**. Argentina, Centro de Estudios y Promocion Agraria, 1990, 70 p.
- CELLA, G. **The input-output measurement of interindustry linkages**. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, v. 46, p. 73-84, 1984.
- CEPAL -**El Tratado de Assunción del Mercado Comum del Cone Sur** (MERCOSUR): algumas considerações - LC/R. 1118, enero.
- CEPAL. **Significación del Mercado Comum en el Desarrollo Económico de América Latina**. In: SALGADO, P. Economía de la Integración Latino-americana. Lecturas Seleccionadas. BID. p. 139-154, 1990.

- CEPAL - **El tratado de Asunción del Mercado Comum del Cone Sul (Mercosul): algunas consideraciones** - LC/R. 1118, enero. (1992).
- CLEMENTS, B.J., ROSSI, J.W. **Interindustry linkages and economic development: the case of Brazil reconsidered**. The Developing Economies, v.29, p. 166-187, 1991.
- DORNBUSCH, R. **Los Costos y Beneficios de la Integración Económica Regional**. Estudios, ano IV, número 19, Integración Latinoamericana, junho, 1986.
- EL-AGRAA, A. **International Economic Integration**. In: David Guenaway (ed), Current Issues in International Trade, Londres, MacMillan, 1985.
- EZCURRA, A. **La Nación de Repúblicas: Proyecto Latino-americano del Libertador**. Ed. Mist. Relações Exteriores de Venezuela. Caracas, p. 75, 1988.
- FONTENELE E SILVA, P. **Aspectos Tecnológicos da Estrutura Industrial Brasileira: Uma Análise de Insumo-Produto**. Rio de Janeiro, BNDES, 1980. 120 p.
- FFRENCH – DAVIS, R. “Veinte años de Integración Económica en América Latina: Exitos y Fracassos” In: **Integración y Cooperación en América Latina**, ed. por Jorge, Antonio y Carrilo, Jorge Salazar, 1982.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Matriz de Relações Interindustriais** - Brasil, 1975. Rio de Janeiro, 1987. 568 p.
- GUILHOTO, J.J.M. **Mudanças Estruturais e Setores-Chaves na Economia Brasileira, 1960-1990**. Anais do XIV Encontro Brasileiro de Econometria, Campos do Jordão, v.1, p. 293-310, 1992.
- GUILHOTO J.J.M. & PICERNO, A. E. **Estrutura Produtiva, setores-chave e multiplicadores setoriais. Brasil e Uruguai comparados**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 49, n.1, p. 35-61, jan-mar. 1995.
- _____, SONIS, M., HEWINGS, G.I.D., MARTINS, E.B. **Índices de Ligações e Setores-Chaves na Economia Brasileira: 1959/90**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 287-314, ago. de 1994.
- HADDAD, P.R. **Contabilidade Social e Economia Regional**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 236 p.

- HEWINGS, G. J. D. The empirical identification of key sectors in na economy: a regional perspective. **The Developing Economies**. V. 20, p. 173-195, 1982.
- HEWINGS, G. J. D. et al. Key sectors and structural change approaches and their policy implications. **Journal of Policy Modeling**, v. 11, p. 67-90, 1989.
- HIRSCHAMN, A.O. **The strategy of economic development**. New Haven, Yale University Press, 1958.
- HIRST, M. **Integração latino-americana: impulso associativo, orientação seletiva**. Revista de Comércio Exterior. Rio de Janeiro, 08(30): 17-24, 1992.
- IBARRA, D. **Nota sobre la Integración Latinoamericana**. In El Trimestre Economico, 58(229), 1991.
- JANK, M.S. **A importância do setor agroindustrial na integração do cone sul: as cadeias sensíveis**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1992. 17 p.
- LEONTIEF, W. **A Economia do Insumo-Produto**. São Paulo, Nova Cultura, 1986.
- LOPES, M.R. **Prioridades para a integração das políticas agrícolas no MERCOSUL: uma avaliação brasileira para servir de referências nas discussões**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1992. 37 p.
- MACADAR, B. e BELLO, T.S. **O Rio Grande do Sul e a integração latino-americana. A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Coordenador Pedro F.C. de Almeida. Porto Alegre: FEE, 1990, p.646-718.
- MACHADO, J.B.M. **Integración Económica y Arancel Aduanero Común en el Cono Sur**. Integración Latinoamericana, Buenos Aires, INTAL, v. 16, nº 167, p.18-35, 1991.
- MACHADO, L.B.M. **Harmonização Comercial, Convergência Cambial e Política Industrial no MERCOSUL**. Boletim de Integração Latino-Americana número 11, outubro-dezembro. 1993.
- MARQUES, R.L.R. **MERCOSUL: origem, evolução e desafios**. Conjuntura Econômica, outubro, p.104-107, 1991.
- McGILVRAY, J. Linkages, key sectors and development strategy. In: Leontief, W. (ed.). **Structure, system and economic policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

- MILLER, R.E. & BLAIR, P.D. **Input-Output Analysis: Foundations and Extensions**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1985.
- MONTOYA, M. A. **A Distribuição dos Custos e Benefícios da Integração Econômica Regional**. In: *Análise Econômica*, FCE, UFRGS, março, 1993.
- PEREIRA, L. V. **Tratado de Assunção: Resultados e Perspectivas**. In: *MERCOSUL: Perspectivas da Integração*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996. 308 p.
- PEREZ, J.E.G. **A integração Brasil Argentina: um estudo da competitividade na produção de grãos**. Porto Alegre: UFRGS, 1988. 122 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.
- QUIJANO, J.M. **Uruguay en el mercado comum. Que Hacer?** Integración Latinoamericana, número 167, Buenos Aires: INTAL, maio de 1991, p. 46-56.
- RASMUSSEN, P. **Studies Intersectorial** (relations - Amsterdam, North Holland, 1956).
- REGO, E. C. L. **O processo de constituição do MERCOSUL**. Rio de Janeiro: BNDES, 1995. 28 p.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Série Os Economistas). (1ª edição inglesa, 1817).
- RODRIGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1981.
- SALGADO, G. El mercado regional latinoamericano: el proyecto y la realidad. **Revista de la CEPAL**. Santiago do Chile, n. 7, p. 87-133. Abr. 1979.
- SALGADO, G. **Los padrones de una integración viable y sus Modalidades**. In: Salgado, G. *Economía de la integración Latino Americana*. INTAL, p. 159-184, 1990.
- SALGADO, G. **Motivaciones y Requisitos de la Integración Economía entre Países en desarrollo, particularmente Latino Americanos**. In: SALGADO, P. *Economía de la Integración Latino Americana: Lecturas seleccionadas*. BID, p. 115-121, 1990.
- SILVA, G.J. - **Antecedentes históricos do processo de integração americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino**. Tema de integração latino-latino-americana. Coordenador Seintenfus e Boni, Rio de Janeiro, Vozes, 1990. p.32-81.

- SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London, 1776.
- SONIS, M., HEWINGS, G.I.D. **Fields of Influence in Input-Output Systems**. Manuscrito não-publicado. Regional Economics Application Laboratory University of Illinois at Urbana, Champaign, 1994.
- STULP, V.J. **Tecnologia, custos e competitividade no Mercosul: caso do trigo, soja, milho e arroz**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1992. 23 p.
- TEIXEIRA, S.M. **Cenários no mercado agrícola internacional**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, volume 31, número 1, p. 45-64, 1991.
- THORSTENSEN et alii. **O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos**. Livraria Nobel. São Paulo, 1994.
- THOUMI, F.E. "Bilateral Trade Flows and Economic Integration in Latin America and the Caribbean". **World Develop**, March, 17(3), p. 421-29, 1989.
- VEIGA, P.M. **Cone Sul: a economia política da integração**. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1991. 209 p.
- VEIGA, P.M. **Abertura Externa e Integração do MERCOSUL: cenários para o período de transição**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, número 32, julho/agosto/setembro, 1992.
- VERSIANI, F.R. **A Experiência Latino-Americana de Integração e os Novos Acordos Brasil-Argentina-Uruguai**. In: Baumann e Lerda, 1987.
- VINER, J. **"The Customs Union Theory"**. N.Y. Carnegie Endowment for International Peace. 1950.
- WILLIANSO, J. **A Economia Aberta e a Economia Mundial**. Um Texto de Economia Internacional. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1989.
- WONNACOTT, P. e Wonnacott, R. **Is Unilateral Tariff Reduction Preferable to a Customs Union? The Curious Case of the Missing Foreign Tariff**. American Economic Review, setembro, 1981. In: Dornbusch, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A

SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

MCCA – Mercado Comum Centro-Americano.

PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

GATT – General Agreement on Tariffs and trade.

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

CECLA – Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana.

INTAL – Instituto para Integração da América Latina.

GRULA – Grupo de Embaixadores Latino-Americanos.

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano.

CARIFTA – Caribbean Free Trade Association.

CARICOM – Mercado Comum do Caribe.

CAUCE – Acordo de Cooperação Técnica.

PEC – Protocolo de Expansão Comercial.

PAR – Preferência Alfandegária Regional.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ACE – Acordos de Complementação Econômica.

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte.

TEC – Tarifa Externa Comum.

ALCA – Área de Livre Comércio da América do Norte.

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

APÊNDICE B

BLOCOS ECONÔMICOS

- a) **Bloco Europeu:** UE – União Européia (Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal) e EFTA – European Free Trade Association (Noruega, Suécia, Finlândia, Islândia, Austria “Liechtenstein” e Suíça);
- b) **Bloco da América do Norte:** EUA, Canadá e México;
- c) **Bloco Asiático:** Japão, China, NICs (Coréia do Sul, Formosa, Cingapura e Hongcong), ASEAN (Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas);
- d) **Bloco América do Sul:** países da América do Sul (todos da América do Sul excluindo o MERCOSUL);
- e) **Bloco MERCOSUL:** Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai;
- f) **Bloco Resto do Mundo:** demais países.

APÊNDICE C

Procedimentos metodológicos para a compatibilização e agregação dos dados do IBGE e da SECEX – MICT.

Tabela C1 - Agregação IBGE (1990-1995) pela Matriz IBGE de 1985

Setor	Classificação
1. Agropecuária	01
2. Mineração	02 e 03
3. Minerais n-Metálicos	04
4. Metalurgia	05, 06, 07
5. Mecânica e M.Elétrico	08, 10 e 11
6. Mat. de Transporte	12 e 13
7. Madeira e Mobiliário	14
8. Papel e Papelão	15
9. Borracha	16
10.Ind.Química	17, 18 e 19
11.Ind.Farmacêutica	20
12.Plásticos	21
13. Ind. Têxtil	22
14. Vestuário	23
15. Calçados e Couros	24
16. Prod. Alimentares	25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31
17. Diversos	32
18. Ser.Ind. de U.P.	33
19. Construção Civil	34
20. Transp. e M.Com.	35 e 36
21. Serviços	37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43

Tabela C2 - Secretaria do Comércio Exterior (dados agregados)

Setor	CLASSIFICAÇÃO - NBM (CAPÍTULO)
1. Agropecuária	01 – 14
2. Mineração	27
3. Minerais n-Metálicos	26, 68, 69 e 70
4. Metalurgia	71 – 83
5. Mecânica e M.Elétrico	84, 85 e 90-92
6. Mat. de Transporte	86 – 89
7. Madeira e Mobiliário	44 - 49 e 94
8. Papel e Papelão	48 e 49
9. Borracha	40
10.Ind.Química	28 – 38
11.Ind.Farmacêutica	30 e 33
12.Plásticos	39
13. Ind. Têxtil	50 – 60
14. Vestuário	61 - 63 e 65 – 67
15. Calçados e Couros	41 - 43 e 64
16. Prod. Alimentares	15 –25
17. Diversos	93, 95 - 98

- Agregação dos setores e produtos nas tabelas básicas

A partir das tabelas básicas (matriz de produção - Brasil 1990-1994 e matriz de insumo das atividades e demanda final - Brasil 1990-1994) do IBGE, com base na nomenclatura de Miller e Blair (1985), procedemos as agregações, resultando em duas matrizes, “V” e “U”, denominadas de matriz de produção e de uso, respectivamente, ambas com dimensão 21 x 21. Utilizamos a notação “m” para produtos e “n” para setores da economia.

A matriz $V = [v_{ij}]$ é a matriz de produção e v_{ij} representa a quantia do produto “i” produzida pelo setor “j”, sendo que V tem dimensão n x m.

A matriz $U = [u_{ij}]$ é a matriz de uso e u_{ij} representa a quantia de produto “i” usada pelo setor “j”, onde U tem dimensão m x n.

- Construção das matrizes “U” e “V”

A agregação dos setores se deu em duas etapas em cada uma das tabelas básicas, com dimensão 42 x 80 e 80 x 42, respectivamente.

etapa 1 - procedemos a agregação nas tabelas básicas das linhas, criando alguns setores, originando desta forma das matrizes “V” e “U”, ambas com dimensão 21 x 80.

etapa 2 - em seguida, a partir das matrizes “V” e “U”, ambas com dimensão 21 x 80, agregamos as colunas, construindo finalmente as matrizes “V” e “U”, ambas com dimensão 21 x 21.

Obtivemos, na verdade, agregação de setores e produtos.

APÊNDICE D

Tabelas apresentando dados de exportações por países no período 1990-1996 em US\$ milhões FOB.

Tabelas apresentando dados de importações por países no período 1990-1996 em US\$ milhões FOB.

Tabelas de participações e distribuições setoriais.

D1
Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1990 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	26.872	1.036	24.938	9.494	1.012	63.352	420.016	483.368
2 Mineração	7.607	20.772	3.062	246	117	31.804	596.477	628.281
3 Minerais não Metálicos	111.419	20.731	3.770	9.408	9.035	154.363	2.501.847	2.656.210
4 Metalurgia	155.056	72.809	56.178	154.878	49.447	488.368	5.743.126	6.231.494
5 Mecânica e Material Elétrico	39.465	25.376	31.933	49.766	19.615	166.155	856.832	1.022.987
6 Material de Transporte	65.497	35.780	62.076	341	14.799	178.493	1.433.000	1.611.493
7 Madeira e Mobiliário	3.737	1.539	5.183	1.184	1.625	13.268	49.560	62.828
8 Papel e Papelão	16.053	11.648	7.131	21.530	7.672	64.034	549.408	613.442
9 Borracha	13.568	33.602	5.593	15.296	4.743	72.802	233.772	306.574
10 Indústria Química	134.782	26.765	30.433	34.147	11.919	238.046	769.906	1.007.952
11 Indústria Farmacêutica	1.765	10.935	6.792	1.581	491	21.564	543.889	565.453
12 Plásticos	25.934	13.638	31.684	25.330	9.283	105.869	391.952	497.821
13 Indústria Têxtil	11.642	20.903	10.563	21.086	9.416	73.610	5.580.922	5.654.532
14 Vestuário	322	28.870	1.033	4.942	11.235	46.402	2.766.723	2.813.125
15 Calçados e Couros	161	9.665	5.519	513	13.229	29.087	420.949	450.036
16 Produtos Alimentares	28.269	43.544	7.075	14.505	13.033	106.426	6.576.388	6.682.814
17 Diversos	3.007	2.883	1.673	5.650	5.595	18.808	106.848	125.656
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	646.248	384.700	299.094	369.568	179.309	1.878.919	29.535.149	31.414.068

D2
Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1991 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	68.903	2.556	27.385	14.023	1.774	114.641	531.262	645.903
2 Mineração	7.975	20.599	351	5.559	402	34.886	597.514	632.400
3 Minerais não Metálicos	111.419	20.731	3.770	9.408	9.035	154.363	2.501.847	2.656.210
4 Metalurgia	372.973	106.444	65.893	203.587	81.040	829.937	6.083.785	6.913.722
5 Mecânica e Material Elétrico	90.776	31.645	20.195	39.961	20.525	203.102	811.734	1.014.836
6 Material de Transporte	261.059	34.505	77.894	187.468	23.539	584.465	1.040.505	1.624.970
7 Madeira e Mobiliário	15.043	1.388	6.479	1.216	2.069	26.195	263.561	289.756
8 Papel e Papelão	79.619	14.080	13.949	30.531	11.834	150.013	507.458	657.471
9 Borracha	56.584	37.624	7.899	19.100	6.460	127.667	232.638	360.305
10 Indústria Química	164.512	37.908	33.016	45.108	19.261	299.805	658.057	957.862
11 Indústria Farmacêutica	3.935	13.593	9.764	3.224	866	31.382	63.478	94.860
12 Plásticos	75.160	17.323	31.458	33.009	9.897	166.847	363.952	530.799
13 Indústria Têxtil	50.625	20.285	15.649	35.761	14.461	136.781	5.554.819	5.691.600
14 Vestuário	17.277	41.834	4.254	7.210	14.419	84.994	2.444.606	2.529.600
15 Calçados e Couros	3.373	15.114	6.707	2.178	10.580	37.952	657.688	695.640
16 Produtos Alimentares	61.294	74.595	11.198	29.262	20.035	196.384	6.127.751	6.091.390
17 Diversos	35.643	5.890	1.207	10.848	9.758	63.146	169.599	232.745
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.452.779	499.256	338.476	674.021	249.870	3.214.402	28.405.667	31.620.069

D3

Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1992 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	158.625	4.301	39.175	14.735	1.865	218.701	3.076.859	3.295.560
2 Mineração	20.873	23.387	9.258	1.799	702	56.019	471.962	527.981
3 Minerais não Metálicos	123.025	24.294	6.923	21.030	12.666	187.938	2.742.948	2.930.886
4 Metalurgia	791.328	116.990	105.087	275.813	111.542	1.400.760	7.820.658	9.221.418
5 Mecânica e Material Elétrico	166.813	30.121	27.333	46.850	24.427	295.544	1.067.869	1.363.413
6 Material de Transporte	882.995	35.355	172	286.242	33.507	1.238.271	2.201.869	3.440.140
7 Madeira e Mobiliário	40.072	2.082	11.565	1.863	2.605	58.187	1.392.361	1.450.548
8 Papel e Papelão	125.898	16.076	19.084	35.726	13.479	210.263	526.854	737.117
9 Borracha	84.876	39.912	10.939	26.152	9.469	171.348	300.224	471.572
10 Indústria Química	231.342	44.403	34.622	57.164	23.625	391.156	1.159.827	1.550.983
11 Indústria Farmacêutica	12.098	9.124	3.129	3.419	6.051	33.821	112.948	146.769
12 Plásticos	117.543	18.112	33.665	43.535	11.970	224.825	375.704	600.529
13 Indústria Têxtil	92.497	18.848	20.794	50.632	22.075	204.846	687.397	892.243
14 Vestuário	52.004	39.957	10.064	11.456	17.975	131.456	445.671	577.127
15 Calçados e Couros	14.143	14.453	6.690	9.493	10.354	55.133	1.857.223	1.912.356
16 Produtos Alimentares	106.679	97.627	16.065	29.638	26.422	276.431	5.824.949	6.101.380
17 Diversos	19.167	8.267	3.863	7.968	3.896	43.161	529.793	572.954
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3.039.978	543.309	358.428	923.515	332.630	5.197.860	30.595.116	35.792.976

D4

Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1993 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	182.974	5.279	53.486	17.161	1.860	260.760	3.457.458	3.718.218
2 Mineração	75.180	31.401	62.898	1.000	3.221	173.700	472.181	645.881
3 Minerais não Metálicos	161.306	37.103	12.875	28.325	17.268	256.877	2.748.440	3.005.317
4 Metalurgia	911.936	199.636	148.782	378.686	135.837	1.774.877	8.060.312	9.835.189
5 Mecânica e Material Elétrico	226.470	52.382	43.362	58.642	29.942	410.798	1.158.122	1.568.920
6 Material de Transporte	910.311	66.999	198.454	312.753	32.095	1.520.612	1.912.079	3.432.691
7 Madeira e Mobiliário	68.779	3.778	24.449	4.457	3.897	105.360	1.720.864	1.826.224
8 Papel e Papelão	193.876	30.966	26.082	38.011	15.574	304.509	538.586	843.095
9 Borracha	80.831	77.710	11.853	34.817	15.218	220.429	313.063	533.492
10 Indústria Química	306.094	92.190	41.292	53.476	29.314	522.366	1.187.012	1.709.378
11 Indústria Farmacêutica	17.752	15.145	3.861	5.701	8.616	51.075	117.393	168.468
12 Plásticos	176.814	29.671	42.681	50.832	19.403	319.401	386.710	706.111
13 Indústria Têxtil	110.077	34.351	30.240	52.050	31.796	258.514	454.510	713.024
14 Vestuário	48.506	60.135	26.823	14.024	30.349	179.837	497.741	677.578
15 Calçados e Couros	11.900	32.812	8.581	13.837	14.130	81.260	2.302.423	2.383.683
16 Produtos Alimentares	144.929	167.772	34.360	30.514	35.539	413.114	5.951.935	6.365.049
17 Diversos	31.038	14.984	5.727	14.045	6.589	72.383	350.067	422.450
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3.658.773	952.314	775.806	1.108.331	430.648	6.925.872	31.628.896	38.554.768

D5

Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1994 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	168.267	9.216	54.815	27.368	3.536	263.202	4.963.777	5.226.979
2 Mineração	92.152	33.417	87.190	1.058	1.666	215.483	576.500	791.983
3 Minerais não Metálicos	164.244	35.141	15.991	21.466	18.290	255.132	2.816.534	3.071.666
4 Metalurgia	1.066.756	217.055	122.104	303.983	141.668	1.851.566	8.582.313	10.433.879
5 Mecânica e Material Elétrico	244.255	60.007	54.391	53.823	29.187	441.663	1.241.263	1.682.926
6 Material de Transporte	1.000.225	91.757	142.184	260.528	45.577	1.540.271	2.265.719	3.805.990
7 Madeira e Mobiliário	85.519	4.805	29.619	3.673	4.765	128.381	2.083.566	2.211.947
8 Papel e Papelão	170.327	28.168	25.300	44.920	19.026	287.741	686.684	974.425
9 Borracha	94.131	97.944	12.916	25.998	21.823	252.812	350.054	602.866
10 Indústria Química	383.605	102.778	37.029	58.626	33.817	615.855	1.246.296	1.862.151
11 Indústria Farmacêutica	25.596	12.993	5.355	9.021	8.827	61.792	129.957	191.749
12 Plásticos	205.047	36.024	50.917	55.322	27.036	374.346	412.210	786.556
13 Indústria Têxtil	111.232	39.139	25.562	43.786	32.622	252.341	543.119	795.460
14 Vestuário	65.444	41.016	17.115	12.236	27.060	162.871	453.130	616.001
15 Calçados e Couros	18.927	28.965	7.683	16.253	15.588	87.416	2.045.859	2.133.275
16 Produtos Alimentares	211.918	200.138	37.292	50.443	33.857	533.648	7.187.816	7.721.464
17 Diversos	28.211	18.057	6.309	10.309	5.747	68.633	573.204	641.837
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4.135.856	1.056.620	731.772	998.813	470.092	7.393.153	36.158.001	43.551.154

D6

Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1995 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	170.307	16.815	69.177	28.159	5.181	289.639	4.152.215	4.441.854
2 Mineração	39.002	38.404	30.895	1.001	770	110.072	300.744	410.816
3 Minerais não Metálicos	179.681	46.642	15.976	29.788	19.431	291.518	3.082.600	3.374.118
4 Metalurgia	1.016.442	250.587	142.488	376.322	150.288	1.936.127	9.429.846	11.365.973
5 Mecânica e Material Elétrico	250.086	82.199	46.786	74.200	36.935	490.206	1.250.746	1.740.952
6 Material de Transporte	781.094	130.000	206.254	262.831	42.319	1.422.498	1.913.673	3.336.171
7 Madeira e Mobiliário	66.136	7.289	27.705	8.793	4.218	114.141	2.835.457	2.949.598
8 Papel e Papelão	206.848	41.271	32.274	72.357	28.778	381.528	874.518	1.256.046
9 Borracha	93.231	92.476	16.204	38.551	27.779	268.241	426.613	694.854
10 Indústria Química	515.331	129.195	40.601	84.950	37.782	807.859	1.478.109	2.285.988
11 Indústria Farmacêutica	46.446	14.470	9.997	12.714	12.983	96.610	156.159	252.769
12 Plásticos	239.429	46.522	51.258	56.292	24.796	418.297	391.094	809.391
13 Indústria Têxtil	119.422	41.908	40.546	43.300	42.743	287.919	626.611	914.530
14 Vestuário	58.403	31.674	18.289	13.039	26.524	147.929	384.286	532.215
15 Calçados e Couros	21.934	29.171	8.087	20.746	24.595	104.533	2.019.716	2.124.249
16 Produtos Alimentares	204.526	280.528	49.490	54.759	38.573	627.876	8.591.902	9.219.778
17 Diversos	32.810	21.579	5.868	32.669	6.378	99.304	701.693	800.997
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4.041.128	1.300.730	811.895	1.210.471	530.073	7.894.297	38.615.982	46.510.279

D7

Exportações Brasileiras para o Mercosul, Chile e Bolívia - 1996 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	220.881	22.991	72.497	30.762	5.355	352.486	4.423.574	4.776.060
2 Mineração	35.224	40.599	11.019	1.161	1.634	89.637	331.320	420.957
3 Minerais não Metálicos	222.728	50.816	15.181	29.166	15.513	333.404	3.230.579	3.563.983
4 Metalurgia	1.280.804	255.655	144.894	166.476	137.161	1.984.990	9.468.694	11.453.684
5 Mecânica e Material Elétrico	295.766	109.913	42.090	67.488	58.009	573.266	1.232.105	1.805.371
6 Material de Transporte	1.260.832	102.351	142.715	254.805	42.325	1.803.028	1.917.817	3.720.845
7 Madeira e Mobiliário	80.805	7.607	24.403	7.929	3.260	124.004	2.338.418	2.462.422
8 Papel e Papelão	240.098	38.942	32.412	38.009	17.437	366.898	590.657	957.555
9 Borracha	128.114	114.779	15.471	35.213	34.567	328.144	396.241	724.385
10 Indústria Química	527.829	151.455	59.399	68.873	44.850	852.406	1.597.125	2.449.531
11 Indústria Farmacêutica	63.556	15.813	11.391	13.072	12.802	116.634	163.181	279.815
12 Plásticos	250.872	44.815	62.684	58.144	23.353	439.868	294.625	734.493
13 Indústria Têxtil	199.450	39.022	33.931	43.072	44.836	360.311	456.788	817.099
14 Vestuário	80.240	33.523	22.335	16.306	21.720	174.124	305.076	479.200
15 Calçados e Couros	38.357	26.093	11.429	23.753	26.879	126.511	2.263.673	2.390.184
16 Produtos Alimentares	220.807	249.489	103.258	59.273	35.300	668.127	9.223.224	9.891.351
17 Diversos	18.188	20.363	4.865	8.277	6.126	57.819	124.514	182.333
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5.164.551	1.324.226	809.974	921.779	531.127	8.751.657	38.357.611	47.109.268

D8

Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1990 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	648.660	142.314	262.573	110.201	13.469	1.177.217	521.155	1.698.372
2 Mineração	13.462	0	0	0	0	13.462	4.924.626	4.938.088
3 Minerais não Metálicos	111.419	20.731	3.770	9.408	9.035	154.363	289.859	444.222
4 Metalurgia	152.349	480	12.660	216.815	376	382.680	5.461.173	5.839.752
5 Mecânica e Material Elétrico	20.540	182	5.324	1.548	0	27.594	48.853	76.447
6 Material de Transporte	59.739	642	1.219	3	0	61.603	2.066.527	2.128.130
7 Madeira e Mobiliário	16.676	30.813	1.788	19.101	4.384	72.762	9.885	82.647
8 Papel e Papelão	36.198	269	2.915	28.511	0	67.893	227.566	295.459
9 Borracha	7.727	30	24.058	850	1.287	33.952	247.044	280.996
10 Indústria Química	91.916	4.310	70.995	51.867	404	219.492	2.666.914	2.886.406
11 Indústria Farmacêutica	2.190	12	6.983	16.877	0	26.062	186.751	212.813
12 Plásticos	28.744	7	17.948	144	0	46.843	420.106	466.949
13 Indústria Têxtil	48.414	124.989	28.605	8.537	2.732	213.277	290.859	504.136
14 Vestuário	2.150	5.055	28.667	18	314	36.204	7.185	43.389
15 Calçados e Couros	36.338	1.051	100.445	1.436	2.268	141.538	52.680	194.218
16 Produtos Alimentares	87.312	1.891	16.944	20.719	1.079	127.945	367.930	495.875
17 Diversos	35.643	0	3.332	10	0	38.985	34.572	73.557
18 Serviços Industriais de U.P.	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.518.171	339.509	592.620	349.298	38.173	2.837.771	17.823.685	20.661.456

D9
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1991 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	668.236	38.476	223.705	75.612	4.054	668.236	719.514	1.729.597
2 Mineração	53.131	0	12	0	0	53.131	4.975.733	5.028.876
3 Minerais não Metálicos	111.419	20.731	3.770	9.408	7.035	111.419	300.025	452.388
4 Metalurgia	172.486	207	10.463	211.144	187	172.486	5.474.942	5.931.420
5 Mecânica e Material El	26.466	127	4.748	940	34	26.466	45.539	77.854
6 Material de Transporte	108.939	207	1.441	77	24	108.939	2.056.568	2.167.256
7 Madeira e Mobiliário	7.862	20.143	899	23.975	2.143	7.862	29.143	84.165
8 Papel e Papelão	15.665	351	3.166	42.558	2	15.665	239.149	300.891
9 Borracha	7.091	7	13.027	335	418	7.091	265.284	286.162
10 Indústria Química	126.665	1.533	45.930	47.081	134	126.665	2.718.130	2.939.473
11 Indústria Farmacêutica	1.462	0	12.400	15.867	2	1.462	186.995	216.726
12 Plásticos	41.440	3	16.059	224	0	41.440	417.808	475.534
13 Indústria Têxtil	51.897	122.084	26.195	4.049	5.479	51.897	303.704	513.408
14 Vestuário	2.061	5.244	28.685	398	0	2.061	7.799	44.187
15 Calçados e Couros	107.724	632	30.679	4.277	939	107.724	53.537	197.788
16 Produtos Alimentares	78.482	9.814	11.499	21.653	1.402	78.482	382.142	504.992
17 Diversos	35.643	27	1.422	39	0	35.643	53.475	90.606
18 Serviços Industriais d	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comé	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.743.678	232.828	436.797	370.222	28.311	1.743.678	#####	#####

D10
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1992 (US\$ milhões/FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	803.061	18.155	142.005	41.359	4.583	1.009.163	662.534	1.671.697
2 Mineração	109.994	0	110	0	0	110.104	4.750.232	4.860.336
3 Minerais não Metálicos	9.590	0	3.695	153.844	3.080	170.209	267.263	437.472
4 Metalurgia	156.299	271	6.901	169.304	114	332.889	5.471.882	5.804.771
5 Mecânica e Material Elétr	19.461	29	2.338	105	10	21.943	53.402	75.345
6 Material de Transporte	222.060	8	2.856	115	12	225.051	1.869.851	2.094.902
7 Madeira e Mobiliário	3.137	23.067	410	14.359	2.422	43.395	37.840	81.235
8 Papel e Papelão	8.386	432	5.466	12.634	98	27.016	263.453	290.469
9 Borracha	7.221	4	13.441	897	56	21.619	255.245	276.864
10 Indústria Química	120.665	1.004	28.539	38.474	502	189.184	2.652.106	2.841.290
11 Indústria Farmacêutica	3.481	4.661	7.805	1.329	0	17.276	191.656	208.932
12 Plásticos	50.676	0	20.964	300	25	71.965	387.973	459.938
13 Indústria Têxtil	60.503	112.664	25.096	1.637	1.387	201.287	295.035	496.322
14 Vestuário	1.289	1.274	12.681	34	192	15.470	28.053	43.523
15 Calçados e Couros	92.974	1.769	15.990	831	0	111.564	78.937	190.501
16 Produtos Alimentares	61.392	31.639	12.115	42.695	3.038	150.879	337.695	488.574
17 Diversos	1.432	17	1.523	0	0	2.972	10.483	13.455
18 Serviços Industriais de U.I	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.731.621	194.994	301.935	477.917	15.519	2.721.986	17.613.640	20.335.626

D11
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1993 (US\$ milhões/FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	1.010.877	18.971	211.757	59.560	805	1.301.970	740.791	2.042.761
2 Mineração	525.447	0	30	0	0	525.477	4.546.893	5.072.370
3 Minerais não Metálicos	11.716	11	6.492	135.559	7.057	160.835	262.783	423.618
4 Metalurgia	211.090	788	8.400	120.371	312	340.961	4.155.268	4.496.229
5 Mecânica e Material Elétric	25.681	1	2.117	489	0	28.288	3.430.729	3.459.017
6 Material de Transporte	476.344	31	7.632	912	0	484.919	1.617.987	2.102.906
7 Madeira e Mobiliário	3.245	31.456	488	18.762	1.624	55.575	74.424	129.999
8 Papel e Papelão	7.556	426	887	18.849	102	27.820	328.715	356.535
9 Borracha	17.386	8	20.501	90	12	37.997	320.517	358.514
10 Indústria Química	110.573	875	23.468	37.964	629	173.509	3.213.071	3.386.580
11 Indústria Farmacêutica	8.095	21.542	5.419	1.732	0	36.788	261.048	297.836
12 Plásticos	45.585	5	21.771	1.367	0	68.728	584.139	652.867
13 Indústria Têxtil	79.617	157.665	28.023	3.651	824	269.780	861.686	1.131.466
14 Vestuário	913	1.053	12.443	67	815	15.291	37.417	52.708
15 Calçados e Couros	94.080	11.085	22.385	904	2.586	131.040	124.832	255.872
16 Produtos Alimentares	86.722	31.672	11.952	35.305	4.032	169.683	496.819	666.502
17 Diversos	2.330	15	1.601	14	4	3.964	54.393	58.357
18 Serviços Industriais de U.I	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2.717.257	275.604	385.366	435.596	18.802	3.832.625	21.111.512	#####

D12
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1994 (US\$ milhões/FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	1.271.694	110.437	324.742	71.689	3.750	1.782.312	1.124.013	2.906.325
2 Mineração	610.159	0	0	0	0	610.159	4.156.246	4.766.405
3 Minerais não Metálicos	16.818	417	7.513	144.207	8.874	177.829	353.264	531.093
4 Metalurgia	232.113	8.928	11.354	152.888	45	405.328	6.411.552	6.816.880
5 Mecânica e Material Elétric	55.916	69	5.038	551	3	61.577	4.812.477	4.874.054
6 Material de Transporte	669.072	0	25.984	447	0	695.503	2.700.799	3.396.302
7 Madeira e Mobiliário	7.853	29.630	7.167	24.363	1.828	70.841	97.752	168.593
8 Papel e Papelão	10.511	604	546	25.728	70	37.459	446.585	484.044
9 Borracha	35.466	1	27.724	1.147	44	64.382	465.783	530.165
10 Indústria Química	148.136	862	22.163	114.692	100	285.953	3.991.390	4.277.343
11 Indústria Farmacêutica	18.574	2.844	8.414	1.787	0	31.619	461.269	492.888
12 Plásticos	65.351	23	25.927	1.091	0	92.392	711.433	803.825
13 Indústria Têxtil	192.081	139.417	35.767	5.324	1.720	374.309	848.505	1.222.814
14 Vestuário	2.460	2.099	19.394	223	956	25.132	90.807	115.939
15 Calçados e Couros	103.607	9.897	15.851	678	923	130.956	170.142	301.098
16 Produtos Alimentares	218.034	47.221	28.809	46.556	5.007	345.627	891.702	1.237.329
17 Diversos	4.115	2	2.449	265	8	6.839	146.746	153.585
18 Serviços Industriais de U.I	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	3.661.960	352.451	568.842	591.636	23.328	5.198.217	27.880.465	33.078.682

D13
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1995 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	1.731.904	219.293	372.502	153.817	3.750	2.481.903	1.573.806	4.055.709
2 Mineração	823.552	0	2.104	858	0	826.514	4.754.926	5.581.440
3 Minerais não Metálicos	31.609	171	8.803	265.832	8.874	317.366	512.829	830.195
4 Metalurgia	426.395	2.804	19.188	318.503	45	767.238	9.498.050	10.265.288
5 Mecânica e Material Elétrico	127.310	386	8.339	1.982	3	138.022	7.599.762	7.737.784
6 Material de Transporte	1.026.227	49	21.439	1.145	0	1.048.868	4.991.970	6.040.838
7 Madeira e Mobiliário	28.614	32.314	15.489	49.110	1.828	127.144	244.189	371.333
8 Papel e Papelão	81.605	1.759	4.596	91.610	70	179.590	1.017.177	1.196.767
9 Borracha	61.007	128	32.133	4.167	44	97.454	710.541	807.995
10 Indústria Química	199.264	2.873	24.580	117.852	100	344.688	5.298.283	5.642.971
11 Indústria Farmacêutica	35.514	2.149	18.305	2.386	0	58.354	602.306	660.660
12 Plásticos	132.408	62	56.038	1.928	0	190.436	1.412.345	1.602.781
13 Indústria Têxtil	279.017	171.749	51.037	13.585	1.720	515.546	1.423.338	1.938.884
14 Vestuário	15.733	4.051	39.878	1.771	956	63.940	321.740	385.680
15 Calçados e Couros	150.530	4.302	17.202	475	923	173.064	284.456	457.520
16 Produtos Alimentares	315.000	72.541	43.846	68.467	5.007	507.136	1.482.877	1.990.013
17 Diversos	15.699	14	2.398	362	8	18.512	387.571	406.083
18 Serviços Industriais de U.I	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	5.481.388	514.645	737.877	1.093.850	23.328	7.855.775	42.116.166	49.971.941

D14
Importações Brasileiras do Mercosul, Chile e Bolívia - 1996 - US\$ milhões (FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia	Total	R. Mundo	Total
1 Agropecuária	1.968.299	231.992	515.838	165.261	29.694	2.911.084	1.524.609	4.435.693
2 Mineração	1.232.513	0	15.106	0	0	1.247.619	5.660.385	6.908.004
3 Minerais não Metálicos	24.727	102	7.760	194.532	4.907	232.028	593.444	825.472
4 Metalurgia	479.860	6.655	24.195	251.198	206	762.114	10.443.706	11.205.820
5 Mecânica e Material Elétrico	90.236	483	6.820	2.180	100	99.819	8.923.388	9.023.207
6 Material de Transporte	1.364.914	27	37.133	1.197	3	1.403.274	3.114.095	4.517.369
7 Madeira e Mobiliário	63.305	29.941	14.268	29.657	2.166	139.337	267.657	406.994
8 Papel e Papelão	99.637	846	21.857	91.995	40	214.375	1.011.942	1.226.317
9 Borracha	64.364	363	32.120	886	26	97.759	795.233	892.992
10 Indústria Química	238.223	2.720	24.192	94.587	88	359.810	5.782.130	6.141.940
11 Indústria Farmacêutica	74.496	1.183	21.209	1.919	0	98.807	877.920	976.727
12 Plásticos	165.073	146	55.333	1.832	0	222.384	1.471.954	1.694.338
13 Indústria Têxtil	404.146	179.964	44.246	15.374	14.384	658.114	1.318.370	1.976.484
14 Vestuário	10.191	4.757	45.806	3.513	4.157	68.424	320.158	388.582
15 Calçados e Couros	144.662	1.119	14.105	950	578	161.414	270.831	432.245
16 Produtos Alimentares	336.000	89.107	48.186	62.861	5.077	541.231	1.328.272	1.869.503
17 Diversos	16.107	71	1.696	429	18	18.321	348.629	366.950
18 Serviços Industriais de U.I	0	0	0	0	0	0	0	0
19 Construção Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
20 Transporte e M. Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0
21 Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	6.776.753	549.476	929.870	918.371	61.444	9.235.914	44.052.723	53.288.637

D15

Participação das Exportações para a Argentina nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	5,56	10,67	4,81	4,92	3,22	3,83	4,62
2 Mineração	1,21	1,26	3,95	11,64	11,64	9,49	8,37
3 Minerais não Metálicos	4,19	4,19	4,20	5,37	5,35	5,33	6,25
4 Metalurgia	2,49	5,39	8,58	9,27	10,22	8,94	11,18
5 Mecânica e Material Elétrico	3,86	8,94	12,23	14,43	14,51	14,36	16,38
6 Material de Transporte	4,06	16,07	25,67	26,52	26,28	23,41	33,89
7 Madeira e Mobiliário	5,95	5,19	2,76	3,77	3,87	2,24	3,28
8 Papel e Papelão	2,62	12,11	17,08	23,00	17,48	16,47	25,07
9 Borracha	4,43	15,70	18,00	15,15	15,61	13,42	17,69
10 Indústria Química	13,37	17,17	14,92	17,91	20,60	22,54	21,55
11 Indústria Farmacêutica	0,31	4,15	8,24	10,54	13,35	18,37	22,71
12 Plásticos	5,21	14,16	19,57	25,04	26,07	29,58	34,16
13 Indústria Têxtil	0,21	0,89	10,37	15,44	13,98	13,06	24,41
14 Vestuário	0,01	0,68	9,01	7,16	10,62	10,97	16,74
15 Calçados e Couros	0,04	0,48	0,74	0,50	0,89	1,03	1,60
16 Produtos Alimentares	0,42	1,01	1,75	2,28	2,74	2,22	2,23
17 Diversos	2,39	15,31	3,35	7,35	4,40	4,10	9,98
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	56,33	133,40	165,23	200,27	200,83	199,38	260,12

D16

Participação das Exportações para o Paraguai nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	0,21	0,40	0,13	0,14	0,18	0,38	0,48
2 Mineração	3,31	3,26	4,43	4,86	4,22	9,35	9,64
3 Minerais não Metálicos	0,78	0,78	0,83	1,23	1,14	1,38	1,43
4 Metalurgia	1,17	1,54	1,27	2,03	2,08	2,20	2,23
5 Mecânica e Material Elétrico	2,48	3,12	2,21	3,34	3,57	4,72	6,09
6 Material de Transporte	2,22	2,12	1,03	1,95	2,41	3,90	2,75
7 Madeira e Mobiliário	2,45	0,48	0,14	0,21	0,22	0,25	0,31
8 Papel e Papelão	1,90	2,14	2,18	3,67	2,89	3,29	4,07
9 Borracha	10,96	10,44	8,46	14,57	16,25	13,31	15,85
10 Indústria Química	2,66	3,96	2,86	5,39	5,52	5,65	6,18
11 Indústria Farmacêutica	1,93	14,33	6,22	8,99	6,78	5,72	5,65
12 Plásticos	2,74	3,26	3,02	4,20	4,58	5,75	6,10
13 Indústria Têxtil	0,37	0,36	2,11	4,82	4,92	4,58	4,78
14 Vestuário	1,03	1,65	6,92	8,87	6,66	5,95	7,00
15 Calçados e Couros	2,15	2,17	0,76	1,38	1,36	1,37	1,09
16 Produtos Alimentares	0,65	1,22	1,60	2,64	2,59	3,04	2,52
17 Diversos	2,29	2,53	1,44	3,55	2,81	2,69	11,17
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39,30	53,77	45,61	71,84	68,17	73,54	87,33

D17

Participação das Exportações para o Uruguai nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	5,16	4,24	1,19	1,44	1,05	1,56	1,52
2 Mineração	0,49	0,06	1,75	9,74	11,01	7,52	2,62
3 Minerais não Metálicos	0,14	0,14	0,24	0,43	0,52	0,47	0,43
4 Metalurgia	0,90	0,95	1,14	1,51	1,17	1,25	1,27
5 Mecânica e Material Elétrico	3,12	1,99	2,00	2,76	3,23	2,69	2,33
6 Material de Transporte	3,85	4,79	0,00	5,78	3,74	6,18	3,84
7 Madeira e Mobiliário	8,25	2,24	0,80	1,34	1,34	0,94	0,99
8 Papel e Papelão	1,16	2,12	2,59	3,09	2,60	2,57	3,38
9 Borracha	1,82	2,19	2,32	2,22	2,14	2,33	2,14
10 Indústria Química	3,02	3,45	2,23	2,42	1,99	1,78	2,42
11 Indústria Farmacêutica	1,20	10,29	2,13	2,29	2,79	3,95	4,07
12 Plásticos	6,36	5,93	5,61	6,04	6,47	6,33	8,53
13 Indústria Têxtil	0,19	0,27	2,33	4,24	3,21	4,43	4,15
14 Vestuário	0,04	0,17	1,74	3,96	2,78	3,44	4,66
15 Calçados e Couros	1,23	0,96	0,35	0,36	0,36	0,38	0,48
16 Produtos Alimentares	0,11	0,18	0,26	0,54	0,48	0,54	1,04
17 Diversos	1,33	0,52	0,67	1,36	0,98	0,73	2,67
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	38,37	40,50	27,37	49,52	45,87	47,10	46,54

D18

Participação das Exportações para o Chile nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	1,96	2,17	0,45	0,46	0,52	0,63	0,64
2 Mineração	0,04	0,88	0,34	0,15	0,13	0,24	0,28
3 Minerais não Metálicos	0,35	0,35	0,72	0,94	0,70	0,88	0,82
4 Metalurgia	2,49	2,94	2,99	3,85	2,91	3,31	1,45
5 Mecânica e Material Elétrico	4,86	3,94	3,44	3,74	3,20	4,26	3,74
6 Material de Transporte	0,02	11,54	8,32	9,11	6,85	7,88	6,85
7 Madeira e Mobiliário	1,88	0,42	0,13	0,24	0,17	0,30	0,32
8 Papel e Papelão	3,51	4,64	4,85	4,51	4,61	5,76	3,97
9 Borracha	4,99	5,30	5,55	6,53	4,31	5,55	4,86
10 Indústria Química	3,39	4,71	3,69	3,13	3,15	3,72	2,81
11 Indústria Farmacêutica	0,28	3,40	2,33	3,38	4,70	5,03	4,67
12 Plásticos	5,09	6,22	7,25	7,20	7,03	6,95	7,92
13 Indústria Têxtil	0,37	0,63	5,67	7,30	5,50	4,73	5,27
14 Vestuário	0,18	0,29	1,99	2,07	1,99	2,45	3,40
15 Calçados e Couros	0,11	0,31	0,50	0,58	0,76	0,98	0,99
16 Produtos Alimentares	0,22	0,48	0,49	0,48	0,65	0,59	0,60
17 Diversos	4,50	4,57	1,39	3,32	1,61	4,08	4,54
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	34,24	52,80	50,07	57,00	48,80	57,35	53,14

D19

Participação das Exportações para a Bolívia nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	0,21	0,27	0,06	0,05	0,07	0,12	0,11
2 Mineração	0,02	0,06	0,13	0,50	0,21	0,19	0,39
3 Minerais não Metálicos	0,34	0,34	0,43	0,57	0,60	0,58	0,44
4 Metalurgia	0,79	1,17	1,21	1,38	1,36	1,32	1,20
5 Mecânica e Material Elétrico	1,92	2,02	1,79	1,91	1,73	2,12	3,21
6 Material de Transporte	0,92	1,45	0,97	0,93	1,20	1,27	1,14
7 Madeira e Mobiliário	2,59	0,71	0,18	0,21	0,22	0,14	0,13
8 Papel e Papelão	1,25	1,80	1,83	1,85	1,95	2,29	1,82
9 Borracha	1,55	1,79	2,01	2,85	3,62	4,00	4,77
10 Indústria Química	1,18	2,01	1,52	1,71	1,82	1,65	1,83
11 Indústria Farmacêutica	0,09	0,91	4,12	5,11	4,60	5,14	4,58
12 Plásticos	1,86	1,86	1,99	2,75	3,44	3,06	3,18
13 Indústria Têxtil	0,17	0,25	2,47	4,46	4,10	4,67	5,49
14 Vestuário	0,40	0,57	3,11	4,48	4,39	4,98	4,53
15 Calçados e Couros	2,94	1,52	0,54	0,59	0,73	1,16	1,12
16 Produtos Alimentares	0,20	0,33	0,43	0,56	0,44	0,42	0,36
17 Diversos	4,45	4,19	0,68	1,56	0,90	0,80	3,36
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	20,87	21,28	23,50	31,49	31,37	33,91	37,66

D20

Participação das Exportações para o Resto do Mundo nas exportações totais brasileiras - 1990 - 96

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	86,89	82,25	93,36	92,99	94,96	93,48	92,62
2 Mineração	94,94	94,48	89,39	73,11	72,79	73,21	78,71
3 Minerais não Metálicos	94,19	94,19	93,59	91,45	91,69	91,36	90,65
4 Metalurgia	92,16	88,00	84,81	81,95	82,25	82,97	82,67
5 Mecânica e Material Elétrico	83,76	79,99	78,32	73,82	73,76	71,84	68,25
6 Material de Transporte	88,92	64,03	64,01	55,70	59,53	57,36	51,54
7 Madeira e Mobiliário	78,88	90,96	95,99	94,23	94,20	96,13	94,96
8 Papel e Papelão	89,56	77,18	71,47	63,88	70,47	69,62	61,68
9 Borracha	76,25	64,57	63,66	58,68	58,06	61,40	54,70
10 Indústria Química	76,38	68,70	74,78	69,44	66,93	64,66	65,20
11 Indústria Farmacêutica	96,19	66,92	76,96	69,68	67,77	61,78	58,32
12 Plásticos	78,73	68,57	62,56	54,77	52,41	48,32	40,11
13 Indústria Têxtil	98,70	97,60	77,04	63,74	68,28	68,52	55,90
14 Vestuário	98,35	96,64	77,22	73,46	73,56	72,21	63,66
15 Calçados e Couros	93,54	94,54	97,12	96,59	95,90	95,08	94,71
16 Produtos Alimentares	98,41	100,60	95,47	93,51	93,09	93,19	93,25
17 Diversos	85,03	72,87	92,47	82,87	89,31	87,60	68,29
18 Serviços Industriais de U.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1510,89	1402,08	1388,22	1289,87	1304,97	1288,72	1215,22

D21

Participação das Importações para a Argentina nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	38,19	38,64	48,04	49,49	43,76	42,70	44,37
2 Mineração	0,27	1,06	2,26	10,36	12,80	14,76	17,84
3 Minerais não Metálicos	25,08	24,63	2,19	2,77	3,17	3,81	3,00
4 Metalurgia	2,61	2,91	2,69	4,69	3,40	4,15	4,28
5 Mecânica e Material Elétric	26,87	33,99	25,83	0,74	1,15	1,65	1,00
6 Material de Transporte	2,81	5,03	10,60	22,65	19,70	16,99	30,21
7 Madeira e Mobiliário	20,18	9,34	3,86	2,50	4,66	7,71	15,55
8 Papel e Papelão	12,25	5,21	2,89	2,12	2,17	6,82	8,12
9 Borracha	2,75	2,48	2,61	4,85	6,69	7,55	7,21
10 Indústria Química	3,18	4,31	4,25	3,27	3,46	3,53	3,88
11 Indústria Farmacêutica	1,03	0,67	1,67	2,72	3,77	5,38	7,63
12 Plásticos	6,16	8,71	11,02	6,98	8,13	8,26	9,74
13 Indústria Têxtil	9,60	10,11	12,19	7,04	15,71	14,39	20,45
14 Vestuário	4,96	4,66	2,96	1,73	2,12	4,08	2,62
15 Calçados e Couros	18,71	54,46	48,80	36,77	34,41	32,90	33,47
16 Produtos Alimentares	17,61	15,54	12,57	13,01	17,62	15,83	17,97
17 Diversos	48,46	39,34	10,64	3,99	2,68	3,87	4,39
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7,35	8,29	8,52	10,89	11,07	10,97	12,72

D22

Participação das Importações para o Paraguai nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	8,38	2,22	1,09	0,93	3,80	5,41	5,23
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Minerais não Metálicos	4,67	4,58	0,00	0,00	0,08	0,02	0,01
4 Metalurgia	0,01	0,00	0,00	0,02	0,13	0,03	0,06
5 Mecânica e Material Elétric	0,24	0,16	0,04	0,00	0,00	0,00	0,01
6 Material de Transporte	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 Madeira e Mobiliário	37,28	23,93	28,40	24,20	17,57	8,70	7,36
8 Papel e Papelão	0,09	0,12	0,15	0,12	0,12	0,15	0,07
9 Borracha	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04
10 Indústria Química	0,15	0,05	0,04	0,03	0,02	0,05	0,04
11 Indústria Farmacêutica	0,01	0,00	2,23	7,23	0,58	0,33	0,12
12 Plásticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
13 Indústria Têxtil	24,79	23,78	22,70	13,93	11,40	8,86	9,11
14 Vestuário	11,65	11,87	2,93	2,00	1,81	1,05	1,22
15 Calçados e Couros	0,54	0,32	0,93	4,33	3,29	0,94	0,26
16 Produtos Alimentares	0,38	1,94	6,48	4,75	3,82	3,65	4,77
17 Diversos	0,00	0,03	0,13	0,03	0,00	0,00	0,02
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1,64	1,11	0,96	1,10	1,07	1,03	1,03

D23

Participação das Importações para o Uruguai nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	15,46	12,93	8,49	10,37	11,17	9,18	11,63
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,22
3 Minerais não Metálicos	0,85	0,83	0,84	1,53	1,41	1,06	0,94
4 Metalurgia	0,22	0,18	0,12	0,19	0,17	0,19	0,22
5 Mecânica e Material Elétric	6,96	6,10	3,10	0,06	0,10	0,11	0,08
6 Material de Transporte	0,06	0,07	0,14	0,36	0,77	0,35	0,82
7 Madeira e Mobiliário	2,16	1,07	0,50	0,38	4,25	4,17	3,51
8 Papel e Papelão	0,99	1,05	1,88	0,25	0,11	0,38	1,78
9 Borracha	8,56	4,55	4,85	5,72	5,23	3,98	3,60
10 Indústria Química	2,46	1,56	1,00	0,69	0,52	0,44	0,39
11 Indústria Farmacêutica	3,28	5,72	3,74	1,82	1,71	2,77	2,17
12 Plásticos	3,84	3,38	4,56	3,33	3,23	3,50	3,27
13 Indústria Têxtil	5,67	5,10	5,06	2,48	2,92	2,63	2,24
14 Vestuário	66,07	64,92	29,14	23,61	16,73	10,34	11,79
15 Calçados e Couros	51,72	15,51	8,39	8,75	5,26	3,76	3,26
16 Produtos Alimentares	3,42	2,28	2,48	1,79	2,33	2,20	2,58
17 Diversos	4,53	1,57	11,32	2,74	1,59	0,59	0,46
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2,87	2,08	1,48	1,54	1,72	1,48	1,74

D24

Participação das Importações para o Chile nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	6,49	4,37	2,47	2,92	2,47	3,79	3,73
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
3 Minerais não Metálicos	2,12	2,08	35,17	32,00	27,15	32,02	23,57
4 Metalurgia	3,71	3,56	2,92	2,68	2,24	3,10	2,24
5 Mecânica e Material Elétric	2,02	1,21	0,14	0,01	0,01	0,03	0,02
6 Material de Transporte	0,00	0,00	0,01	0,04	0,01	0,02	0,03
7 Madeira e Mobiliário	23,11	28,49	17,68	14,43	14,45	13,23	7,29
8 Papel e Papelão	9,65	14,14	4,35	5,29	5,32	7,65	7,50
9 Borracha	0,30	0,12	0,32	0,03	0,22	0,52	0,10
10 Indústria Química	1,80	1,60	1,35	1,12	2,68	2,09	1,54
11 Indústria Farmacêutica	7,93	7,32	0,64	0,58	0,36	0,36	0,20
12 Plásticos	0,03	0,05	0,07	0,21	0,14	0,12	0,11
13 Indústria Têxtil	1,69	0,79	0,33	0,32	0,44	0,70	0,78
14 Vestuário	0,04	0,90	0,08	0,13	0,19	0,46	0,90
15 Calçados e Couros	0,74	2,16	0,44	0,35	0,23	0,10	0,22
16 Produtos Alimentares	4,18	4,29	8,74	5,30	3,76	3,44	3,36
17 Diversos	0,01	0,04	0,00	0,02	0,17	0,09	0,12
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1,69	1,76	2,35	1,75	1,79	2,19	1,72

D25

Participação das Importações para a Bolívia nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	0,79	0,23	0,27	0,04	0,13	0,09	0,67
2 Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Minerais não Metálicos	2,03	1,56	0,70	1,67	1,67	1,07	0,59
4 Metalurgia	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
5 Mecânica e Material Elétric	0,00	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
6 Material de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 Madeira e Mobiliário	5,30	2,55	2,98	1,25	1,08	0,49	0,53
8 Papel e Papelão	0,00	0,00	0,03	0,03	0,01	0,01	0,00
9 Borracha	0,46	0,15	0,02	0,00	0,01	0,01	0,00
10 Indústria Química	0,01	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
11 Indústria Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Plásticos	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Indústria Têxtil	0,54	1,07	0,28	0,07	0,14	0,09	0,73
14 Vestuário	0,72	0,00	0,44	1,55	0,82	0,25	1,07
15 Calçados e Couros	1,17	0,47	0,00	1,01	0,31	0,20	0,13
16 Produtos Alimentares	0,22	0,28	0,62	0,60	0,40	0,25	0,27
17 Diversos	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,18	0,13	0,08	0,08	0,07	0,05	0,12

D26

Participação das Importações para o Resto do Mundo nas importações totais brasileiras - 1990 - 96

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1 Agropecuária	30,69	41,60	39,63	36,26	38,67	38,80	34,37
2 Mineração	99,73	98,94	97,73	89,64	87,20	85,19	81,94
3 Minerais não Metálicos	65,25	66,32	61,09	62,03	66,52	61,77	71,89
4 Metalurgia	93,52	92,30	94,27	92,42	94,05	92,53	93,20
5 Mecânica e Material Elétric	63,90	58,49	70,88	99,18	98,74	98,22	98,89
6 Material de Transporte	97,11	94,89	89,26	76,94	79,52	82,64	68,94
7 Madeira e Mobiliário	11,96	34,63	46,58	57,25	57,98	65,76	65,76
8 Papel e Papelão	77,02	79,48	90,70	92,20	92,26	84,99	82,52
9 Borracha	87,92	92,70	92,19	89,40	87,86	87,94	89,05
10 Indústria Química	92,40	92,47	93,34	94,88	93,31	93,89	94,14
11 Indústria Farmacêutica	87,75	86,28	91,73	87,65	93,58	91,17	89,88
12 Plásticos	89,97	87,86	84,35	89,47	88,51	88,12	86,87
13 Indústria Têxtil	57,69	59,15	59,44	76,16	69,39	73,41	66,70
14 Vestuário	16,56	17,65	64,46	70,99	78,32	83,42	82,39
15 Calçados e Couros	27,12	27,07	41,44	48,79	56,51	62,17	62,66
16 Produtos Alimentares	74,20	75,67	69,12	74,54	72,07	74,52	71,05
17 Diversos	47,00	59,02	77,91	93,21	95,55	95,44	95,01
18 Serviços Industriais de U.I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 Construção Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20 Transporte e M. Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21 Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	86,27	86,64	86,61	84,64	84,29	84,28	82,67